



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IG**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL**

PAULA FABYANNE MARQUES FERREIRA

**DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
URBANOS EM ITACARÉ – BA**

Campinas, SP

2011



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL**

PAULA FABYANNE MARQUES FERREIRA

**DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
URBANOS EM ITACARÉ – BA**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências
como parte dos requisitos para obtenção do título
de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

Campinas, SP

2011



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL**

DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS EM ITACARÉ – BA

ORIENTADOR: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

Aprovada em : ___/___/2011.

Examinadores:

Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias
UNICAMP/SP
(Orientador)

Prof. Dr. Ailton Luchiari
USP/SP

Prof.^aDr.^a. Regina Célia de Oliveira
UNICAMP/SP

Campinas, SP

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CÁSSIA RAQUEL DA SILVA – CRB8/5752 – BIBLIOTECA “CONRADO PASCHOALE” DO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
UNICAMP

F413d Ferreira, Paula Fabyanne Marques, 1978-
Diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos em
Itacaré (BA) / Paula Fabyanne Marques Ferreira-
Campinas,SP.: [s.n.], 2011.

Orientador: Lindon Fonseca Matias.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Geociências.

1. Socioambientalismo. 2. Planejamento urbano –
Itacaré (BA). 3. Impacto ambiental – Itacaré (BA). I.
Matias, Lindon Fonseca, 1965- II. Universidade Estadual
de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital

Título em ingles: Diagnostic of urban environmental and social impacts on Itacaré (BA).

Palavras-chaves em ingles:

Urban socio-environmental impacts

Urban planning – Itacaré (BA)

Environmental impacts – Itacaré (BA)

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia.

Banca examinadora:

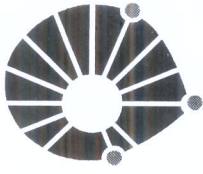
Lindon Fonseca Matias (Presidente)

Ailton Luchiari

Régina Célia de Oliveira

Data da defesa: 06-10-2011

Programa de Pós-graduação em Geografia



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

AUTORA: Paula Fabyanne Marques Ferreira

“Diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré - BA”

ORIENTADOR: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

Aprovada em: 06 / 10 / 2011

EXAMINADORES:

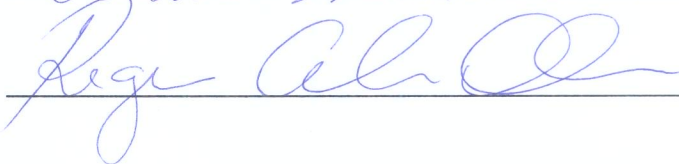
Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias


_____ - Presidente

Prof. Dr. Ailton Luchiari



Profa. Dra. Regina Célia de Oliveira



Campinas, 06 de outubro de 2011.

Dedico aos meus pais, meu irmão, meu amor e à comunidade de Itacaré (BA).

(Dedico também aos que eu “enlouqueci” e àqueles que me “enlouqueceram”...)

(Ficha catalográfica)

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias, pela especial oportunidade de trabalhar com um profissional genial e pela dedicada orientação em cada etapa da pesquisa. Além de muito aprender enquanto geógrafa, também evoluí como ser humano e “reconheci” um amigo (nas palavras de Vinícius de Moraes, “*a gente não faz amigos, reconhece-os*”). Falar o que queremos escutar é fácil, amigo é aquele que nos diz principalmente o que precisamos ouvir.

À minha amada família pelo amor incondicional, pelo apoio e por alimentar minha fé na vida e nas pessoas.

Ao meu amor amigo, parceiro nas melhores ondas da vida e também nos momentos “*storm*”.

Aos professores do Instituto de Geociências pela contribuição em minha formação como pesquisadora, especialmente ao Prof. Dr. Archimedes Perez Filho, à Prof. Dr^a. Regina Célia de Oliveira, à Prof. Dr^a. Adriana Bernardes e à Prof. Dr^a. Maria Tereza Paes.

Ao Prof. Dr. Ailton Luchiari da Universidade de São Paulo (USP), pela solicitude e valiosa contribuição.

À Prof. Dr^a. Ednice Fontes da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), pela amizade e apoio.

À Prefeitura Municipal de Itacaré e suas Secretarias de Educação, Turismo e Meio Ambiente, especialmente ao diretor desta, Luciano Leal, pela contribuição com dados e informações de grande valia para a pesquisa.

À Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER) e à Companhia de Energia Elétrica da Bahia (COELBA) pelas informações fornecidas.

À Prof. Dr^a. Erminda Couto (UESC) pela linda amizade e incentivo.

Ao Prof. Dr. Paulo Meliani (UESC), que divide o amor pela Geografia e por Itacaré, agradeço pela amizade, gentileza e boa vontade.

À Val, pela preciosa amizade, carinho e apoio em todos os aspectos.

À Karla, pela amizade e valiosa contribuição durante as atividades em campo. Agradeço também aos meus amigos pela torcida e a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho. Sonhar e evoluir...sempre faz a diferença! Valeu!

*“Não há pedra igualmente ao diamante
Nem metal tão querido quanto o ouro
Não existe tristeza como o choro
Nem reflexo igual ao de um brilhante
Nem comédia maior que a de Dante
Nem existe acusado sem defesa
Nem pecado maior que avareza
Nem altura igual ao firmamento
Nem veloz igualmente ao pensamento
Nem há grande igualmente à natureza...”*
Zé Ramalho

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	16
1. A URBANIZAÇÃO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	20
1.1. Aspectos gerais da urbanização	20
1.2. Os impactos socioambientais urbanos	23
1.3. Turismo: uma atividade urbanizadora	32
1.4. Transição funcional do espaço baiano	38
2. MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS	44
2.1. Procedimentos metodológicos	44
2.2. Etapas da pesquisa	45
3. A URBANIZAÇÃO EM ITACARÉ - BA	50
3.1. Caracterização regional: aspectos histórico-geográficos	50
3.2. O município de Itacaré	56
3.3. Caracterização da área de estudo: área urbanizada de Itacaré	64
4. DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS EM ITACARÉ – BA	88
4.1. Uso da terra na área urbanizada	88
4.2. Impactos socioambientais urbanos	91
4.3. A compreensão da comunidade sobre os impactos socioambientais urbanos	114
4.4. Uma realidade social que pode obscurecer a beleza natural	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
APÊNDICES	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 - Em destaque a Mesorregião Sul Baiano e a Microrregião Ilhéus-Itabuna	51
Figura 3.2 - Vista da Orla Central de Itacaré	59
Figura 3.3 - Mapa de localização da área de estudo	64
Figura 3.4 - Casa no Centro de Itacaré	66
Figura 3.5 - Praia da Concha	66
Figura 3.6 - Pousada de luxo no Bairro Conchas do Mar	67
Figura 3.7 - Rua da Pituba I no Centro de Itacaré	68
Figura 3.8 - Rua da Pituba II	68
Figura 3.9 - Vista da Pituba III	69
Figura 3.10 - Bairro São Miguel (Alagados)	70
Figura 3.11 - Bairro da Passagem	70
Figura 3.12 - Rua situada no bairro da Passagem	71
Figura 3.13 - Vista do Bairro do Porto de Trás	72
Figura 3.14 - Vista do Bairro Santo Antônio (Bairro Novo)	73
Figura 3.15 - Favela da Portelinha	74
Figura 3.16 - Ocupação de APP (Nova Brasília) em Itacaré	75
Figura 3.17 - Mapa de infraestrutura urbana	78
Figura 3.18 - Praia da Tiririca	82
Figura 3.19 - Fachada frontal da Igreja de São Miguel	83
Figura 3.20 - Vista do Farol de Itacaré	84
Figura 4.1 - Mapa de uso da terra na área urbanizada de Itacaré	89
Figura 4.2 - Espacialização dos impactos socioambientais na área urbanizada de Itacaré	94
Figura 4.3 – Lançamento de lixo e esgoto diretamente no curso d'água no Bairro Novo	95
Figura 4.4 - Área desmatada nas proximidades da Praia da Concha	96
Figura 4.5 - Habitação em área suscetível a deslizamento no Bairro do Santo Antônio	98
Figura 4.6 - Habitação em área com ocorrência de deslizamento no Bairro Novo em setembro de 2009 (a) e março de 2010 (b)	99

Figura 4.7 - Ocupação em fundo de vale no Bairro Santo Antônio (Bairro Novo)	100
Figura 4.8 - Habitações do tipo “palafitas” na favela da Portelinha	101
Figura 4.9 - Área alagada na favela da Portelinha	102
Figura 4.10 - Lançamento de águas servidas em corpo d’água na Rua da Pituba II	102
Figura 4.11 - Construção irregular e lançamento de esgoto <i>in natura</i> em corpo d’água no Bairro São Miguel	103
Figura 4.12 - Habitações nos fundos de quiosques para venda de artesanatos no acesso à Praia da Concha	104
Figura 4.13 - Artesãos na entrada da Praia da Concha	105
Figura 4.14 - Quiosques para venda de artesanatos na entrada de acesso à Praia da Concha	105
Figura 4.15 - Ocupação em área de mangue na localidade de Nova Brasília	106
Figura 4.16 - Pousada e barracas na Praia de Tiririca	107
Figura 4.17 - Visão estuarina da Orla de Itacaré (praia da Coroinha)	108
Figura 4.18 - Lançamento de esgoto na Orla de Itacaré (praia da Coroinha)	109
Figura 4.19 - Urubus na área urbanizada de Itacaré	110
Figura 4.20 - Obra embargada desde 2008 no Centro Histórico de Itacaré	111
Figura 4.21 - Vista dos fundos do Cemitério de Itacaré	112
Figura 4.22 - “Seu Nego” (coveiro aposentado) apoiado no “Sumidouro” do Cemitério de Itacaré	113
Figura 4.23 - Porcentagem de pessoas que declararam identificar impactos socioambientais em Itacaré	120
Figura 4.24 - Porcentagem de pessoas que declararam se preocupar com impactos socioambientais em Itacaré	120
Figura 4.25 - Pior impacto socioambiental urbano na opinião dos entrevistados	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Evolução da população urbana em Itacaré – BA	60
Tabela 4.1 - Tipos de uso da terra na área urbanizada de Itacaré – BA	91
Tabela 4.2 - Principais impactos socioambientais urbanos identificados pelos entrevistados	121

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ASPERI	Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Itacaré
BAHIA TURSA	Secretaria do Turismo do Estado da Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
DERBA	Departamento de Infraestrutura e Transporte do Estado da Bahia
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG	Instituto de Geociências da Unicamp
IPAC	Instituto do Patrimônio Ambiental e Cultural
ISO	Organização Internacional para Padronização
ITI	Instituto de Turismo de Itacaré
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento Turístico no Nordeste

PRODETUR-BAHIA	Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia
PRUA	Plano de Referência Urbanístico Ambiental
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SETUR	Secretaria do Turismo do Estado da Bahia
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS EM ITACARÉ - BA

RESUMO

Este trabalho visa contribuir com o conhecimento sobre a dinâmica de produção do espaço geográfico na cidade de Itacaré, localizada na região cacaueira do estado da Bahia, Brasil. A emergência da cidade como polo turístico e sua perspectiva de desenvolvimento econômico tem ampliado a atratividade local e, por conseguinte, a pressão demográfica. A crescente urbanização, a especulação imobiliária, a falta de planejamento e o intenso fluxo de turistas têm desencadeado processos que afetam toda a relação entre a sociedade e o espaço natural, causando uma série de impactos socioambientais. A metodologia teve como principal estratégia a espacialização dos principais impactos, considerando as características físicas e sociais da área em estudo. Além do levantamento e revisão bibliográfica, foram realizadas visitas em campo, coleta de informações em órgãos oficiais, realização de mapeamentos temáticos, entrevistas com moradores locais, turistas e representantes públicos, análise de imagens de satélite da área de estudo e elaboração da base de dados georreferenciados, enfocando os principais impactos socioambientais urbanos. O presente diagnóstico adverte uma situação de expansão urbana voltada para o turismo sem um planejamento estratégico, que está gerando crescentes impactos socioambientais e a degradação da qualidade de vida local, especialmente dos segmentos mais pobres da população.

Palavras-chave: diagnóstico, impactos socioambientais urbanos, expansão urbana, Itacaré.

DIAGNOSTIC OF URBAN SOCIAL-ENVIRONMENTAL IMPACTS ON ITACARÉ – BA

ABSTRACT

This paper intends to contribute to knowledge about the dynamics of production of geographical space in the town of Itacaré, located in the cocoa region of Bahia, Brazil. The emergence of the city as a tourist hub and its outlook for economic development has increased the local attraction and, consequently, the demographic pressure. Increasing urbanization, real state speculation and massive flow of tourists have unleashed processes that affect the entire relationship between society and the natural space, causing a series of socio-environmental impacts. The methodology had as the most strategy, the spatialization and integration of these socio-environmental attributes, considering the physical and social characteristics of the study area. In addition to the survey and literature review, visits were made in the field, collecting information in official establishments, conducting thematic mapping, interviews with local residents, tourists and government officials, analysis of satellite images of the study area and development of georeferenced database, focusing on the major urban socio-environmental impacts. This diagnostic warns a situation of urban sprawl devoted to tourism, without a strategic planning are causing socio-environmental impacts and degradation of quality of local life, especially for the poorest segments of the population.

Keywords: diagnostic, urban socio-environmental impacts, urban sprawl, Itacaré.

INTRODUÇÃO

“O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade...” (Milton Santos).

As cidades se dinamizam e crescem geralmente orientadas pelas atividades econômicas que desenvolvem. A urbanização, enquanto processo subordinado aos meandros dos interesses capitalistas, cristaliza no espaço geográfico o histórico de seu modo de produção e da divisão social do trabalho. Quando se busca compreender os aspectos socioambientais de espaços citadinos, a análise dos impactos socioambientais, já delicada e controversa, torna-se ainda mais complexa, na medida em que traz particularidades das construções humanas e das relações sociais, como o adensamento populacional e alterações cada vez mais profundas na ocupação da terra urbana, quase sempre em desarmonia com o espaço natural.

Atualmente há um crescente interesse pelas questões ambientais no sentido da preservação, cuja ênfase tem sido o uso de teorias ecológicas para estabelecer estratégias sustentáveis. A sustentabilidade, conceito utilizado em muita quantidade e com pouca propriedade, geralmente está associada à subjetividade ética e ao valor direto ou indireto dos recursos explorados, resultando em lucros, ou seja, uma base objetiva. Dessa forma, os aspectos ecológicos não podem ser isolados dos aspectos econômicos, e especialmente dos sociais, pois envolvem os interesses de diversos grupos, visto que há uma relação entre a distribuição desigual dos recursos e os impactos ambientais.

A pobreza não é facilmente conceituada ou mensurada, mas pode ser entendida como uma ausência de atendimento adequado das necessidades básicas, como infraestrutura domiciliar, saúde e educação, que associadas, têm um intenso impacto negativo sobre o espaço natural. Portanto, num momento em que a ciência, seus métodos e a análise de dados ganham uma representatividade cada vez mais significativa, torna-se imprescindível a imbricação da verdade dos processos sociais e das complexidades das atividades econômicas, bem como com a produção dos espaços urbanos, incorporando uma representação eficiente da realidade e subsidiando os planejamentos urbanos a atingir os ideários a que se propõem.

A pequena cidade de Itacaré (BA) está localizada no litoral sul da Bahia e tem sua gênese urbana relacionada ao florescimento, auge e declínio da lavoura cacaueteira. Possui uma grande diversidade ecológica caracterizada por um conjugado de ecossistemas de expressivo valor científico e econômico. Em função deste grande potencial paisagístico, vive desde a década de 1990 uma transição funcional promovida por ações governamentais do Estado da Bahia, pautadas nas perspectivas pujantes da indústria do turismo. A súbita inserção no setor tem promovido uma reorganização socioespacial caracterizada por uma intensa expansão urbana e seus inerentes impactos socioambientais, visto que há geralmente, no bojo do crescimento populacional, um aumento da informalidade, da favelização, dos índices de criminalidade e da degradação ambiental.

O diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré visa contribuir para uma melhor compreensão sobre a dinâmica de produção do espaço geográfico na cidade, já que a sua emergência como polo turístico e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico têm ampliado a atratividade local e, conseqüentemente, a pressão demográfica. Busca-se, dessa forma, fornecer subsídios para tomadas de decisões do poder público, proporcionando parte da informação científica necessária para o desenvolvimento de um consenso social e construção de um compromisso político efetivo, visando melhorias das condições socioambientais da área urbana.

A realização da pesquisa fundamentou-se no levantamento e revisão bibliográfica sistemática, na realização de mapeamentos temáticos e na elaboração de uma base de dados geográficos enfocando os principais impactos socioambientais urbanos. Nesse contexto, o geoprocessamento e a tomada de dados *in situ* contribuíram com uma análise mais apurada a respeito da apropriação do espaço urbano pela população residente e dos impactos socioambientais decorrentes. Tais estratégias não podem mensurar como as interações físicas ocorrem, contudo, conformam uma ordenação quando comparadas e espacializadas, auxiliando significativamente na interpretação do espaço geográfico.

Apesar das limitações da racionalidade científica face à complexidade dos processos relacionados neste estudo, há realmente a necessidade de uma abordagem integrada. A conversão das informações nem sempre é uma tarefa fácil, mas a avaliação enquanto diagnóstico é um

desafio que deve ser aceito na medida em que permite o processo de aprendizado. Caso a ciência não possa auxiliar no planejamento das cidades e na formulação de políticas públicas efetivas, tornando o conhecimento parte dos alicerces que as sustentam, tampouco será possível sem um embasamento científico apropriado, visto que na prática, as perspectivas econômicas sempre prevalecem.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, de forma a tornar mais objetiva a compreensão do amplo espectro de considerações e dos objetivos específicos de cada etapa da formulação do presente diagnóstico. O capítulo 1. A URBANIZAÇÃO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS tece considerações sobre a urbanização enquanto processo, a problemática socioambiental urbana, as acepções que envolvem o termo “socioambiental” na análise do espaço geográfico e o turismo enquanto atividade “urbanizadora”, destacando a transição funcional do espaço baiano nesse sentido. É importante estabelecer uma correlação entre os principais aspectos a serem considerados na relação quase sempre conflitiva entre o processo de urbanização e o meio natural, além do papel do turismo enquanto agente econômico que “comercializa” o espaço como produto, geralmente dotando-o apenas da infraestrutura urbana necessária para o acesso e satisfação do visitante, mas não para uma melhor qualidade de vida daqueles que convivem com o lugar.

O Capítulo 2. MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS descreve os procedimentos metodológicos adotados, através dos quais se procurou estar suficientemente em contato com a realidade, interpretando a área de estudo em relação à sua composição e função e buscando-se compreendê-la como um todo contínuo por intermédio dos dados levantados. As etapas da pesquisa descrevem detalhadamente o processo de georreferenciamento digital, os procedimentos em campo, os mecanismos para a compilação do material cartográfico, a obtenção dos dados socioeconômicos e realização de entrevistas com representantes do poder público local, sempre relativizando a importância de um procedimento em relação aos outros e procurando reunir e organizar os dados de modo a facilitar a interpretação.

A partir do Capítulo 3. A URBANIZAÇÃO EM ITACARÉ - BA apresenta-se uma contextualização de informações distintas sobre o município, sua localização na mesorregião Sul

Baiano e seu papel no cenário regional. Os aspectos histórico-geográficos e a caracterização da área urbanizada permitem um melhor entendimento acerca de sua origem como porto cacauero no período colonial e da gênese de sua portentosa urbanização na era do “ouro negro”, além dos reflexos sofridos pela crise da vassoura-de-bruxa na década de 1980. Período em que o turismo surgiu como uma salutar alternativa econômica à recessão e se iniciaram as primeiras transformações em sua dinâmica socioespacial, que vêm se aprofundando desde então.

Os resultados obtidos são apresentados no Capítulo 4. **DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS EM ITACARÉ**, por meio do referido diagnóstico e da respectiva discussão diante da problemática enleada. As inferências parecem corroborar com o que é geralmente comum em estudos com essa abordagem, como a onipotência da natureza, mas também com a sua previsibilidade face às questões socioambientais urbanas. Como em outras localidades, são observados elementos que denotam uma relação sinérgica entre os desiguais aspectos sociais e econômicos, geralmente associados a uma responsabilidade compartilhada pela sociedade de modo geral e pautada em históricos de (in)decisões políticas.

As **CONSIDERAÇÕES FINAIS** apresentam uma síntese sobre o diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré e incitam novos olhares sobre o campo vasto da investigação científica que abrange a urbanização, o turismo e as questões socioambientais urbanas.

1. A URBANIZAÇÃO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

“... a cidade não para, a cidade só cresce...” (Chico Science).

1.1. Aspectos gerais da urbanização

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2010), cada vez mais a população mundial deve se concentrar nas cidades e, dessa forma, a urbanização será uma das tendências demográficas mais importantes do século XXI. Pela primeira vez na história da humanidade, desde o ano de 2008, nossa espécie estabeleceu um marco histórico, com mais da metade da população mundial vivendo em ambientes urbanos.

O conceito de urbano, tal como se sabe, não é consensual, assim como os critérios para delimitação do tecido urbano também não são uniformes. O “fenômeno urbano”, como se oferece à análise atualmente (ou como resiste a ela), nas palavras de Lefebvre (2008), depende de classificações subjetivas, assim como de noções metodologicamente já conhecidas, tais como níveis e dimensões.

Em função da própria dificuldade de se estabelecer um conceito objetivo para o fenômeno, tal qual não sabemos ao certo nem mesmo sua origem histórica, tais discussões remontam à Antiguidade, desde a origem das cidades, perpassando pelos processos que levaram ao desenvolvimento do “espaço urbano” em si, que hoje certamente contempla toda uma história do espaço e do tempo.

Para Sposito (1997), cabe resgatar certas características fundamentais no entendimento do desenvolvimento urbano, tais como as condições sociais, políticas e econômicas necessárias à sua origem e evolução. Essa retrospectiva é de expressiva notoriedade, se quisermos compreender a magnitude do processo de urbanização atrelado ao desenvolvimento do nosso sistema econômico, tanto no que se refere à intensidade e estruturação do capitalismo, quanto ao caráter amplo e diversificado das cidades.

Lefebvre (2008) situa o urbano no âmbito da industrialização, embora não considere o urbano subproduto da mesma. Ainda na década de 1970, este autor fazia considerações indicando que o “fenômeno urbano” não se constituía numa realidade acabada, mas sim uma realidade inacabada, um processo contínuo e inerente ao capitalismo. As justificativas relativas à necessidade de superar tal reducionismo, que colocam o urbano, segundo Lencioni (2008), como derivação de um processo, deixam pouca margem para se perceber seu próprio conteúdo.

Sabe-se que, embora o processo de urbanização tenha se acelerado com as Revoluções Industriais até meados do século XX, nos países desenvolvidos foi um fenômeno relativamente lento. Apenas após a II Guerra Mundial se iniciou um processo de urbanização consistente e rápido se estendendo para muitos países em desenvolvimento, notadamente na América Latina e Sudeste Asiático.

Compreender o processo de urbanização é sempre um desafio, contudo, pode-se entendê-lo, ainda que de forma simplista, como uma transformação na estrutura da sociedade capitalista, caracterizada pela transformação dos espaços naturais e rurais em espaços urbanos, concomitante à transferência em larga escala da população para as cidades, em função de toda a infraestrutura social, política e econômica. Assim, muito além dessa diferenciação entre rural e urbano, está embutida na origem da cidade a complexidade da organização social, possível apenas com a divisão técnica do trabalho e, conseqüentemente, a diferenciação social (SPOSITO, 1997).

Hoje em dia, como destaca Sposito (1997), com a Revolução Informacional, já não é tão simples estabelecer uma conexão direta apenas entre o campo e a cidade, ou entre a industrialização e a urbanização, principalmente nos países subdesenvolvidos emergentes, como é o caso do Brasil. Inclusive, tem ocorrido na atualidade, um processo inverso em que ocorre uma transferência de indústrias da cidade grande (onde o setor que mais cresce é o de serviços) para cidades de pequeno e médio porte, promovendo uma descentralização urbano-industrial.

A base material da sociedade urbana tem sua visibilidade principal conferida nas cidades, contudo, essas são heterogêneas. Pequenos núcleos urbanos, como exemplo Itacaré, consolidam-se ou estagnam-se a partir de movimentos de concentração e dispersão. Representam as dinâmicas sociais contemporâneas e pretéritas, sendo ao mesmo tempo processos e resultados que

são forjados em diferentes dimensões, tais como a política, a econômica, a demográfica, entre outras, expressas no território de forma contínua e descontínua (OLANDA, 2008).

O processo de reprodução do espaço urbano envolve uma sociedade fragmentada, estratificada em classes, produzindo para consumidores privados, conforme Nascimento (2008). Para Lefebvre (2008), as necessidades urbanas são admitidas e classificadas apenas em função de imperativos econômicos, de normas e “valores” sociais e, talvez por tais motivos, a compreensão do espaço urbano seja extremamente difícil, por ser um lugar de confrontações e contradições (MARTINS, 2008).

O fato de ser um local de contradições, parte do espaço entendido como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, o lugar se torna elemento central para a compreensão da dinâmica dos conflitos socioambientais urbanos, que se manifestam pelas possibilidades de uso e apropriação do espaço citadino. De modo geral, apesar das diferenças históricas, de dimensão, estilo arquitetônico, particularidades e funções, as cidades tendem a se assemelhar cada vez mais, principalmente em relação ao consumo desigual do espaço urbano, assim como na geração dos mais variados tipos de impactos socioambientais.

Nas palavras de Lefebvre (2008, p. 33):

Esses aspectos da problemática urbana (que não são menores e vão além das imagens banalizadas do “meio ambiente”, posto que supõem uma análise) não figuram no esquema [...]. Na fase crítica, a natureza aparece no primeiro plano dos problemas. Associadas e concorrentes, a industrialização e a urbanização devastam a natureza. A água, a terra, o ar, a luz, os “elementos” estão ameaçados de destruição.

A ocupação do espaço geográfico de forma desmedida continua fomentando crescentes discussões em como alcançar, e se é possível, uma suposta estabilidade entre as ações praticadas pela sociedade e o espaço natural. O fenômeno urbano, constituído por contínuos processos de mudança na estrutura da sociedade capitalista, seria produto das enérgicas transformações antrópicas sobre o meio físico no decorrer dos anos. Tornando-se, desse modo, objeto de estudo de inúmeros pesquisadores, na tentativa de avaliar, diagnosticar, compreender e prever os efeitos dessa ocupação humana sobre o espaço natural, assim como sua dinâmica temporal (GONÇALVES; GUERRA, 2009).

Apesar de muito se falar em produção do espaço urbano, quando se trata do consumo, da troca e circulação desse “produto social”, se avança lentamente. A discussão a respeito dos efeitos do espaço sobre o social, como uma variável relevante e capaz de interferir nos processos sociais, merece cada vez mais atenção (VILLAÇA, 1999). Segundo Coelho (2009), acredita-se, por exemplo, que a concentração de pessoas num determinado espaço físico, acelera determinantemente os processos que terminam por degradar o meio ambiente.

Seguindo essa lógica, os problemas socioambientais crescem na mesma proporção que a concentração populacional, o que cria uma estreita associação entre a problemática ambiental e as cidades, ou seja, os impactos socioambientais urbanos. O aumento contínuo da população urbana é uma das pontas de todo um processo em desequilíbrio, que envolve o crescimento das cidades, a desigualdade social e a problemática ambiental inerente ao sistema econômico e à ausência de ações sociais, políticas e econômicas coordenadas.

1.2. Os impactos socioambientais urbanos

Toda cidade desenvolve-se originalmente sobre um dado ambiente natural que se altera à medida que a mesma se dinamiza e cresce (MENDONÇA; LEITÃO, 2008). Em qualquer cidade, pode-se observar que o espaço urbano é fragmentado, já que as desigualdades sociais se cristalizam na paisagem urbana. Quanto maiores as disparidades, maiores as distinções entre moradias e acesso aos serviços públicos básicos, que materializam a face mais visível do crescimento desordenado, a segregação espacial (CORRÊA, 1995).

Contudo, é oportuno destacar, como bem afirma Villaça (2000), que o crescimento ordenado ou planejado nos remete atualmente a um conceito “ideologizado” e falso, visto que, na realidade, há muitas formas de segregação planejada e este “desordenado” talvez não seja tão desordenado como nos parece. Para o autor, nossa sociedade se contenta com esses rótulos como uma explicação pertinente para nossos problemas urbanos, mas pouco se pensa em qual tipo de planejamento impediria um crescimento caótico diante da pobreza urbana e dos baixos investimentos em equipamentos, bem como a má distribuição de infraestrutura urbana, cuja questão chave estaria na obediência aos planos oriundos da ação de planejamento.

É claro que o autor considera os investimentos planejados mais rentáveis e objetivos, mas esses estão longe de serem suficientes diante da ideologia do “crescimento ordenado”. Brasília seria um bom exemplo de cidade planejada? A Capital Federal de 1960 é deveras diferente da Brasília de hoje, com as cidades satélites se alastrando em torno do Plano Piloto e proliferando uma urbanização caótica com alarmantes índices de criminalidade no Distrito Federal. De modo que a questão é muito mais complexa, neste aspecto, como tudo que envolve o fenômeno da urbanização. Todavia, entende-se neste trabalho, o desordenado em um sentido literal, figurando apenas o que está ausente de ordem e organização.

Sabe-se que o território é revelador de diferenças, às vezes agudas, das condições de vida da população. No Brasil, apesar da industrialização, o país conservou uma série de condições de subdesenvolvimento, muitas vezes agravadas pelo crescimento econômico, disparidades regionais anunciadas, enormes concentrações de renda e uma crescente tendência ao empobrecimento dos menos privilegiados (SANTOS; SILVEIRA, 2008). No contexto urbano, percebe-se que o problema ambiental é bem mais amplo, dinâmico e complexo, consolidado na realidade social que transcende os aspectos físicos, representados pela expansão da pobreza, subnutrição, desemprego, falta de habitação, higiene, saúde e educação (VESTENA; SCHMIDT, 2009).

A formação do espaço geográfico é derivada das relações sociais que dinamizam as atividades econômicas, e estas determinam o uso da terra de uma localidade. Para Santos (2009), o uso e ocupação das terras é tema básico para o planejamento ambiental, já que retrata as atividades humanas que podem significar pressão sobre os elementos naturais, sendo um elo importante de ligação entre as informações dos meios biofísicos e socioeconômicos. As consequências dessas ações antrópicas, incutidas por decisões políticas, são o que se chama de impacto, e devem ser vistos em todo seu espectro refratado.

Drew (1986) ilustra a interação existente entre os ambientes naturais e humanos e procura salientar como a mudança em um único elemento pode desencadear alterações em todo o sistema. Para o autor, a cidade seria como um complexo “ecossistema humano”, cujas atividades econômicas impõem pressões sobre as áreas naturais. A questão ambiental é sempre imprescindível, visando à conservação e manejo das mesmas. Segundo Begon *et al.* (2006) é

necessário determinar um valor econômico, em função dos argumentos econômicos, a favor das atividades humanas que tornam a conservação necessária. A causa conservacionista provavelmente será mais eficiente se organizada em termos de custo-benefício.

O espaço consumido pela cidade, prevê-se, é substancialmente maior do que aquele ocupado de fato pela área urbanizada, já que os resíduos produzidos acumulam-se no solo, nas águas e no ar, podendo causar uma série de desequilíbrios. De modo que a ocupação irregular da terra, sobretudo nos grandes centros urbanos, está diretamente ligada a grande parte dos reveses naturais que têm castigado a sociedade.

As tragédias ocorridas nas áreas urbanas são anunciadas e se repetem continuamente, numa espécie de ciclo mórbido. O crescimento desordenado das cidades demanda maior impermeabilidade do solo, gera pressão demográfica e a ocupação de áreas inadequadas para moradia pelos segmentos mais pobres, que não possuem poder aquisitivo suficiente para pagar pelo espaço urbano mais seguro. A morosidade dos governos geralmente predomina, na medida em que uma interferência exige apresentar alternativas de habitação aos segmentos menos favorecidos, que não moram em local seguro por falta de condições, o que significa enfrentar a indústria da especulação imobiliária, que detém o comando das apropriações de terra.

Nesse contexto, a complexidade das características biofísicas de um lado e a complexidade do fenômeno urbano de outro, enquanto processo que tem como produto as cidades estruturadas em classes sociais, colocam, segundo Coelho (2009), limitações à evolução determinística e à fé excessiva na aptidão auto-organizativa dos sistemas ecológicos e sociais.

Os inúmeros conceitos de impactos ambientais presentes na literatura apontam para uma diversidade de interpretações. Geralmente estão relacionados às causas dos problemas ambientais (pressão), à qualidade do ambiente face às ações antrópicas (estado) e às providências tomadas pela sociedade diante de tais pressões (resposta), conforme Santos (2009).

Esta mesma autora apresenta vários conceitos de diversos autores, geralmente concordantes. E infere que o mesmo deve ser entendido “[...] como toda alteração perceptível no meio, que comprometa o equilíbrio dos sistemas naturais ou antropizados, podendo decorrer tantos das ações humanas quanto naturais”. A avaliação desses deve considerar uma “[...]”

interpretação qualitativa e quantitativa das mudanças de ordem ecológica, social, cultural ou estética no meio” (SANTOS, 2009, p. 110).

Para Oliveira e Herrmann (2009), certos conceitos têm sido aplicados indiscriminadamente no que tange ao debate ambiental no Brasil, criando um paradigma e um fato sociológico no qual natureza e ambiente se confundem em torno do ideal conservacionista. Enfatizam que buscar conhecer a “natureza” (cujo significado implica conjunto das coisas naturais) é interessante para preservá-la, mas que o fundamental para nossas necessidades é o conhecimento que nos permita usar e modificar nosso ambiente sem destruí-lo, já que o ambiente traz em sua etimologia a noção de envoltório que serve à sustentação dos seres vivos. Bem afirma Coelho (2009) que os conceitos são significados e estão em constante movimento, de modo que nas análises de impactos ambientais, os próprios conceitos de meio, ambiente, impacto, equilíbrio, entre outros, precisam ser permanentemente questionados.

Sánchez (2008) versa sobre o assunto entre muitas nuances, apresentando definições técnicas (quase todas largamente concordantes, elaboradas de diferentes maneiras), legais (Resolução Conama n.º1/86, Normas ISO), legislações internacionais, entre outras. Além de ressaltar que, sendo o impacto ambiental provocado por ação humana, pode apresentar alterações adversas ou até mesmo benéficas. Assim, o conceito de “degradação” ambiental pode então ser entendido como uma alteração adversa dos processos, funções ou componentes ambientais e, corresponde, portanto, a um impacto ambiental negativo.

Ainda segundo o autor, ações humanas que impliquem a supressão ou inserção de certos elementos do ambiente, bem como a sobrecarga ao mesmo, caracterizam um impacto ambiental. Cujas definições adotadas em sua obra seria a alteração da qualidade ambiental, que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocadas pela ação humana. É nítido que o conceito de ambiente oscila entre o polo fornecedor de recursos e o polo meio de vida. Por um lado, ambiente é o meio de onde a sociedade extrai os recursos naturais necessários à sobrevivência, assim como àqueles demandados pelo processo de desenvolvimento socioeconômico. Em contrapartida, é também o meio de vida, cuja integridade depende da manutenção das funções ecológicas essenciais à mesma.

O recurso ambiental não se refere somente à capacidade da natureza de fornecer recursos naturais físicos, mas também de prover serviços e desempenhar funções de suporte à vida. Segundo estudos de Balmford *et al.* (2002), os serviços ecológicos prestados, tais como controle de sedimentação, prevenção de enchentes, sequestro de carbono pela vegetação, uma gama de valores das espécies, entre outros, representariam, em termos econômicos mundiais, valores calculados acima de 35 trilhões de dólares por ano.

Com efeito, ao discutir o “ambiente”, ou outro substantivo seguido do qualitativo “ambiental” (no que diz respeito aos seres humanos, que definem seu habitat através da transformação do espaço natural), é imprescindível que o conceito de “habitat” seja enfatizado, e não exatamente o de “natureza”. Visto que o ambiente natural está diretamente associado ao recurso natural, a partir dos quais os seres vivos definem seu habitat, esta associação recorrente entre “ambiente” e “natureza” cria, especialmente no Brasil, a falsa dicotomia entre o ambiental e o urbano, criando incompatibilidades entre o planejamento ambiental e o planejamento urbano, e resultando em políticas desarticuladas e ineficazes que escamoteiam a maior potencialidade oferecida pelo processo de urbanização: constituir ambientes que primem à qualidade de vida de seus habitantes (OLIVEIRA; HERRMANN, 2009).

Coelho (2009) discorre sobre os estudos de impacto ambiental urbano e acredita que há um conhecimento insuficiente dos processos ambientais, pautados em noções defasadas de equilíbrio e na ausência de teorias integradoras das dimensões físicas, político-sociais, culturais e espaciais. A autora acrescenta que, sendo a urbanização uma transformação humana, seus impactos decorrentes são produtos de transformações dinâmicas e recíprocas da natureza e da sociedade estruturada em classes sociais.

Para Ricklefs (2003), o curso atual das organizações humanas apresenta direção previsível e nada convidativa, com a escassez de recursos naturais, poluição em níveis alarmantes, muitas pessoas vivendo na pobreza e na doença, além de crescentes atritos políticos e sociais. Os diferentes agentes e projetos, bem como as diferentes formas de produzir e de viver a cidade, resultam numa série de situações conflitantes, dentre as quais vêm ganhando dimensão os impactos socioambientais (LIMA, 2007).

A complexidade de compreensão de conceitos e processos envolvendo os impactos socioambientais apresenta um duplo desafio para a Geografia. Existe a necessidade de problematizar a realidade ao construir esse objeto de investigação, definir coerentemente os conceitos e articular uma interpretação concisa dos processos ecológicos e sociais à degradação do ambiente urbano. Conforme Santos e Silveira (2008), quando quisermos compreender qualquer segmento de um território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza e seu uso, que por sua vez contém a ação humana. A Geografia contribui no auxílio ao entendimento dos problemas do nosso cotidiano e dos problemas mundiais, já que para se compreender as causas dos problemas ambientais, é necessário considerar as relações existentes entre a degradação ambiental e a sociedade (FIALHO, 2007).

Na prática, muitas vezes, aquilo que se convencionou como a Geografia Humana permanece alheia à dinâmica da natureza, assim como, por sua vez, a dita Geografia Física à dinâmica social e, desse modo, muitas vezes ambas falham em demonstrar a importância das relações socioespaciais, especificamente ao analisar a reestruturação socioespacial, processo no qual as áreas de maior risco ambiental estão destinadas aos segmentos menos favorecidos da sociedade (COELHO, 2009).

Os processos de degradação dos ambientes passaram a considerar o viés social na produção do espaço e entendidos dessa forma com mais ênfase a partir da década de 1980 (FERNANDES, 2004). Os impactos socioambientais contemplam a dimensão social da dilapidação ambiental e, por esse motivo, o espaço natural e a problemática social devem ser analisados conjuntamente, para um entendimento metodologicamente mais aprofundado a respeito das dimensões de desigualdade que ameaçam a dignidade das populações urbanas e a integridade dos ecossistemas locais.

Estudos atuais e pretéritos, fundados na concisão e predição, podem de fato fornecer índices de poluição ou taxas de erosão, mas que, não raramente, refletem uma visão fragmentada e reducionista dos processos atuantes. A interpretação de tais processos e suas complexidades tem colocado em cheque a abordagem determinista e a lógica da causalidade unidirecional. Os impactos socioambientais são resultantes de mudanças sociais e ecológicas, estimuladas pelos

impulsos das relações entre forças externas e internas à unidade espacial, ecológica, histórica ou socialmente determinada, incidindo diferencialmente, alterando as estruturas das classes sociais e reestruturando o espaço geográfico (COELHO, 2009).

Ainda segundo a mesma autora, os estudos convencionais a respeito de impactos socioambientais urbanos limitaram-se a associar o crescimento urbano com as características ecológicas, renunciando à compreensão da cidade moderna (e mudanças associadas concernentes às suas formas de produção, funções, estruturas e dinâmicas infraestruturais). Os padrões socioespaciais e os impactos socioambientais devem ser explicados pelas forças que emanam de uma organização social e hierárquica por definição.

Para Ojima (2007), dois fatores são relevantes quando se trata de crescimento urbano: o populacional e o padrão de expansão física das suas ocupações, no qual se desenha como o maior desafio para o século XXI, não apenas pela pressão dos números, mas pela maneira que as formas urbanas se moldam e são moldadas pelas tensões entre crescimento populacional e expansão urbana. Na opinião dele, é necessário discutir uma abordagem metodológica pouco enfatizada na literatura brasileira, a dimensão da dialética socioespacial com ênfase nos impactos do espaço sobre a sociedade.

Há que se distinguir esses dois processos, na opinião de Angel *et al.* (2005), já que o crescimento da população urbana naturalmente conduz a uma expansão das áreas urbanas que irão comportar esse contingente populacional no interior das cidades. Assim sendo, a problemática habitacional relaciona-se diretamente com a expansão urbana, ao promover uma especulação imobiliária sobre os terrenos mais próximos aos centros das cidades, restando à população de baixa renda a ocupação, quase sempre, de bairros periféricos pouco valorizados ou áreas limitadas por suas próprias características naturais, como várzeas e encostas.

Na acepção de Mendonça (2002), há necessidade de integrar os conceitos e unificar as questões naturais e sociais do meio ambiente, a fim de compreender e estudar soluções para os problemas ambientais da contemporaneidade. Para o autor, o termo “socioambiental” enfatiza o necessário envolvimento da sociedade enquanto parte fundamental dos processos relativos à

problemática ambiental contemporânea, de modo que os impactos ambientais passam a serem tratados dessa forma ao longo deste trabalho.

Nas últimas décadas, observa-se o crescente envolvimento das questões humanas e sociais no contexto ambiental, contemplando o homem e suas atividades como elementos, e não meros fatores do meio. Todavia, é importante ressaltar que uma análise integrada não compreende uma análise misturada. Para Mendonça e Kozel (2002), um estudo elaborado em conformidade com a Geografia Socioambiental deve emanar de problemáticas em que as situações conflitantes, decorrentes da interação entre a sociedade e a natureza, explicitem a degradação de uma ou de ambas. Assim, não convém tratar as questões naturais e sociais como estanques, mas essa integração não deve ocorrer na metodologia e sim na contextualização do problema.

A escolha dos métodos e conceitos significa levar em conta diversas escalas de manifestação da realidade, de maneira a encontrar as variáveis explicativas fundamentais (SANTOS; SILVEIRA, 2008). Daí a relevância do termo “impacto socioambiental”, já que envolve uma série de implicações ambientais, sociais, culturais, econômicas, políticas e tecnológicas. O conceito de justiça ambiental expresso por Harvey (1997) procura associar politicamente a sociedade e o meio ambiente, salientando que a causa dos problemas ambientais pode ser encontrada nas relações sociais e na assimetria entre poder político e econômico.

A sociedade como um sistema complexo, não pode se reduzir à soma dos indivíduos que a constitui, já que incorpora contradições que influenciam e redirecionam suas inter-relações internas e antagônicas. Para Coelho (2009), a ausência de teorização sobre os processos sociais implica na superficialidade da compreensão do social e suas relações com o meio natural. A compreensão do meio ambiente em sua totalidade desenvolve-se na interação contínua entre uma sociedade em movimento e um espaço físico que se modifica permanentemente.

O termo socioambiental abraça as questões humanas como parte do meio, enfatizando as dimensões sociais da degradação ambiental e promovendo ligações entre o meio natural e a iniquidade social. Essas estão atreladas às vulnerabilidades decorrentes, tais como condições de domicílio suscetíveis a deslizamentos e inundações, ausência de infraestrutura urbana básica para

tais populações (coleta e tratamento de esgoto, água potável, coleta e disposição de lixo), assim como ao espectro de doenças a que estão expostas por tais motivos.

Segundo Mendonça (2004), tais fatores estão diretamente vinculados à condição de pobreza de significativa parcela da sociedade moderna. Barrow (1997) entende que, embora não exista uma clara definição do termo socioambiental na literatura, assim como não existe uma definição objetiva para a avaliação de impactos dessa natureza, há certo sentido em enxergar a sociedade e o ambiente natural como extremos de um mesmo espectro, considerando a real sobreposição existente.

Há de se ter, todavia, uma preocupação com o risco de não incorrer em conceitos errôneos e noções pré-concebidas. O conceito de ambiente aqui tratado envolve questões sociais, políticas, econômicas e culturais inerentes ao meio. Enquanto as relações entre o meio natural e a desigualdade social envolvem a “vulnerabilidade” no sentido literal da palavra, do que é ou encontra-se vulnerável, suscetível, o ponto fraco de uma determinada questão e não um índice mensurável de fragilidade do lugar, ou da pobreza em si, por assim dizer.

Diversos estudos depreendem que, nas análises urbanas, a noção de ambiente deve ser vista de forma mais ampla, contemplando além dos aspectos naturais, a infraestrutura necessária ao seu funcionamento enquanto habitat humano. No caso de Açailândia (MA), por exemplo, Marçal e Guerra (2009) defendem a necessidade de um planejamento urbano que leve em conta os fatores socioambientais e econômicos para uma melhor qualidade de vida no seu espaço urbano, que tem sido palco de uma ampla redefinição espacial por se tornar um importante entreposto comercial e entroncamento rodo-ferroviário no estado.

O mapeamento da exclusão/inclusão social, realizado na cidade de Ponta Grossa (PR) por Nascimento (2008), revela uma cidade bastante estratificada social e espacialmente, cujo espaço urbano é marcado por profunda segregação das classes sociais. Na medida em que os níveis de renda e desenvolvimento urbano vão diminuindo, declinam os padrões de qualidade de vida no que concerne à apropriação do espaço, marcado por habitações em condições precárias e vulneráveis às intempéries.

A atual situação ambiental e habitacional de Petrópolis (RJ), caso que recebeu recente divulgação na mídia nacional, já era considerada bastante delicada para Gonçalves e Guerra (2009), visto que a ocupação irregular das áreas de maior vulnerabilidade tem ocorrido com tamanha velocidade que impossibilita à administração local ter algum controle sobre essas apropriações, resultando em tragédias anunciadas. Para Sobreira (1989), ocupações de terrenos desvalorizados ou voltados para a preservação é uma tendência e, infelizmente, tornou-se uma prática comum em todo o país. Visão esta reforçada até mesmo pela presidente Dilma Rousseff que pronunciou, ao visitar Nova Friburgo em janeiro deste ano, após a tragédia fluminense apontada pela ONU como o décimo mais letal deslizamento da história, que “[...] ocupação irregular no Brasil não é exceção, é regra” (ISTOÉ, 2011, p. 50).

Na prática, como menciona Harvey (2001), as pressões coletivas exercidas pelo Estado e por instituições religiosas, políticas e culturais, aliadas ao exercício do poder econômico, afetam de modo vital a dinâmica do capitalismo nas cidades. Tais pressões, diretas ou indiretas, são persuasivas no sentido de incorporar novos conceitos sobre nossas necessidades e desejos básicos, cujo efeito pode moldar toda a trajetória e forma de desenvolvimento de um lugar.

Seguindo este pensamento, faz-se necessária uma breve reflexão sobre outra forma de indústria com grande poder de ordenamento espacial e que em muito vem influenciando os meandros do fenômeno urbano de muitas localidades, especialmente no litoral baiano. A indústria do turismo apresenta grande dinamismo na atualidade e mostra-se essencialmente urbanizadora, ao implicar uma atividade econômica promissora que promove a necessidade de uma infraestrutura urbana para sustentá-la, envolvendo o capital imobiliário, a segregação socioespacial e as novas centralidades pautadas numa urbanização turística.

1.3. Turismo: uma atividade urbanizadora

As novas atividades produtivas, como as relacionadas ao turismo e ao lazer, têm influenciado de forma crescente o processo de produção espacial das cidades e suas representações, observando-se um processo de urbanização diferente daquele vivenciado com a industrialização, a urbanização turística, consoante Korossy e Cordeiro (2010). O conceito surgiu

na década de 1990 (MULLINS, 1991) para designar uma nova forma de urbanização pós-industrial e pós-moderna, a partir da qual muitos autores vêm discutindo as características desse fenômeno de reprodução do espaço geográfico nas cidades turísticas.

Numa economia globalizada, como a vigente no mundo atual, as regiões funcionam subordinadas a lógicas distantes, externas em relação à área de ação (SANTOS, 2008). Cada cidade responde por um papel dentro da integração funcional e territorial que é definida em nível mundial, dentro da lógica capitalista. A existência de um lugar turístico de significativa atratividade pressupõe a implantação de infraestrutura de serviços adequada e que suporte o fluxo de turistas num determinado espaço. Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se inferir que cada cidade, ou mesmo região, em casos mais abrangentes, deve especializar-se em uma atividade econômica, de acordo com os fatores locais de maior relevância (SANTOS, 2005).

Apesar dos esforços governamentais para diversificar a atividade turística, no Brasil, o segmento geralmente priorizado é o de veraneio ou mar e sol, desprestigiando outras localidades e congestionando o litoral (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008). A beleza cênica da zona costeira brasileira, com mais de 8 mil quilômetros de extensão, contempla uma gama de diversidade biológica e ecossistemas contíguos como baías e estuários, praias, costões rochosos, lagunas e banhados costeiros, manguezais, dunas, falésias, recifes, entre outros, que justificam a ampla atratividade para esta promissora atividade econômica.

O turismo, como todas as outras atividades humanas, causa impactos resultantes da interação do homem com a natureza e pode provocar ocupações desordenadas que deixam marcas profundas nos locais em que se insere, gerando novas possibilidades de degradação dos recursos (ZILIOLI, 2008). A ausência de um planejamento claro e objetivo de desenvolvimento urbano e turístico tende a uma depreciação do valor do sítio da cidade turística. O Estado é um dos elementos centrais para a definição de valor de uma localidade, em função de sua capacidade de reverter tendências de ocupação e gerar novas perspectivas de uso, buscando orientar as tendências presentes, direcionando para padrões sustentáveis ou estimulando a devastação, como assevera Moraes (1999). Contudo, na maioria das cidades litorâneas brasileiras, as fontes de financiamento para infraestrutura como saneamento e habitação são reduzidas pelo cenário de

estagnação da economia. O crescimento urbano vem se caracterizando pelo “espontaneísmo” do uso da terra, gerando os impactos socioambientais.

Costa *et al.* (2002) acreditam que a identificação de conflitos socioambientais vem se consolidando como uma promissora área de investigação nesse sentido, na medida em que possibilita uma compreensão mais abrangente das diferentes lógicas que articulam os interesses que se contrapõem em determinadas situações urbanas. Em algumas situações pode se identificar uma total dessimetria entre os grupos e agentes envolvidos, em outros casos há possibilidades de mediações. Os autores analisaram o caso do turismo de natureza na Serra do Cipó (MG) e os interesses divergentes entre o turismo empresarial em Porto Seguro, litoral sul baiano, e acreditam que existe a necessidade de preservação ambiental, não somente para garantir as condições de continuidade da atividade turística, mas para assegurar as condições adequadas de vida e trabalho para a população local. Ambas as áreas se encontram sob forte pressão ambiental e sociocultural das novas atividades associadas ao turismo ecológico, logo, em constante transformação espacial.

Destarte, intervenções urbanas que permitem melhorias na infraestrutura básica dessas localidades são fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística. Não se pode pensar em desenvolvimento econômico sem a modificação do ambiente natural, assim como não há atrativos turísticos, se não há a estrutura adequada e um cenário ideal que atraia visitantes e, principalmente, investidores, como bem afirma Barreto (1991).

No caso de Florianópolis (SC), Oliveira e Herrmann (2009) consideram que a urbanização acelerada e relativamente recente da cidade também está associada ao desenvolvimento da atividade turística e entendem que, nem sempre, o planejamento pode garantir uma melhor distribuição do espaço urbano. O Plano Diretor é frequentemente alterado pelo Legislativo Municipal sob a influência de lobbies, que obtêm sucesso para tramitação e execução de seus planos, resultando em um crescimento voltado para a especulação imobiliária e apropriação indevida de domínios naturais. Os autores ressaltam que a capital catarinense é um exemplo típico de uso equivocado do espaço geográfico, o que muitas vezes pode se transformar em catástrofe para a população de baixa renda, já que esta, inadvertidamente ou por falta de opção, ocupa espaços naturais sem vocação para assentamentos urbanos.

O turismo e todas as ações que seguem as proposições governamentais e de interesse do capital privado, passam a influenciar o surgimento de funções urbanas específicas, e estas, por sua vez, as aspirações socioeconômicas dos cidadãos. Para Santos (2010), a natureza desse processo se apresenta de forma direcionada em Aracaju (SE), visto que os benefícios são previamente avaliados e apropriados por determinados agentes modeladores do espaço urbano, como os promotores e proprietários imobiliários. Portanto, a valorização imobiliária, fruto da interação dos diversos agentes, passa a atuar incisivamente na constituição do espaço urbano.

Vasconcelos e Coriolano (2008) corroboram nesse sentido, pois a velocidade das ações públicas tem sido inferior ao crescimento de Fortaleza (CE), onde também ocorre o não cumprimento do Plano Diretor. A especulação imobiliária é apresentada neste estudo como o mais grave impacto socioambiental observado nos litorais ocupados pelo turismo. Visto que a atividade implica o consumo dos espaços com grande diversidade na ocupação e utilização estruturante das paisagens e de negócios, agilizando processos com elevada capacidade de organização espacial.

De acordo com Zilioli (2008), numa análise referente à degradação ambiental no entorno no Rio Carapintangú, localizado no povoado de Barra Grande, no litoral sul do estado da Bahia, as relações artificiais entre o crescimento da população, a infraestrutura de apoio ao turismo, os empreendimentos, os atrativos naturais e os visitantes tornam-se, ao longo dos anos, cada vez mais difíceis de serem sustentáveis econômica e socialmente, pois a incapacidade dos recursos em suprir essas necessidades biológicas e econômicas da sociedade, pode levar a um colapso ambiental e turístico.

São inúmeras as justificativas para a atribuição de um lugar como propício ao desenvolvimento da atividade turística e fundamental para algumas economias. Governos estaduais e municipais acreditam que é uma forma de dinamizar sua economia, além de colocá-la em evidência até mesmo em nível mundial. O Programa de Desenvolvimento Turístico no Nordeste do Brasil (PRODETUR - NE) é o responsável por grande parte das intervenções urbanas associadas à consolidação do litoral nordestino como destino turístico nacional e internacional.

Consoante Santos (2005), a publicidade comercializa o espaço turístico com imagens que se propagam pelo mundo com a velocidade característica da era global. Dentro desse contexto, se desenvolve o enquadramento teórico e conceitual que procura justificar a implantação de uma política de desenvolvimento econômico baseada na atividade turística para o Nordeste brasileiro, bem como para o Estado da Bahia e a cidade de Salvador. Nesta, o turismo é tratado atualmente como uma estratégia de desenvolvimento urbano, capaz de implementar melhorias em sua estrutura social e econômica desde a década de 1990.

Cabe citar que em 1992, com a implantação da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte e a construção da Linha Verde interligando as vias litorâneas, estabeleceram-se as bases para a exploração turística da referida região, aproximando os povoados costeiros da capital baiana. Por iniciativa do *holding* Odebrecht, foi contratada uma empresa internacional para avaliar o potencial turístico da região do Sauípe, uma das localidades nas cercanias de Salvador. Ocasão na qual foram estabelecidos critérios de ocupação, com vistas a equacionar o uso da terra, a conservação e preservação dos recursos naturais, assegurando a essência da atratividade turística regional, conforme relata Santos Neto (2003).

O lançamento do Complexo Costa do Sauípe gerou intensa expectativa no governo estadual e na sociedade baiana de modo geral, bem como nos seus empreendedores, no mercado hoteleiro nacional e, especialmente, nos órgãos governamentais ligados ao turismo. A expectativa de retorno mostrava-se compatível com a simulação do estudo de viabilidade de equipamentos turísticos típicos para equipamentos do tipo *resort*, apresentado pela Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) e pelo PRODETUR. Este indicava um retorno de investimento cinco anos após o início das operações e após sete anos do investimento inicial. A tematização cultural do *resort* era vista de modo interessante pelos operadores europeus, com atrativos como o Brasil colonial, sua natureza peculiar, a cultura afro-brasileira e o carnaval. Apesar da assimetria entre o que fora planejado e o que fora efetivamente implantado e de prejuízos experimentados desde sua realização, as taxas de ocupação de Sauípe geralmente superam as expectativas, alcançando uma média de ocupação de 50% (LIMA, 2006).

No caso de Salvador, buscou-se um público elitizado, que poderia ir à cidade sem nela se fixar e lá estar, sem que nela de fato estivesse. A cultura baiana é tratada tal como um *souvenir* e

os turistas podem desfrutar das belezas naturais com segurança, longe das favelas, da população local e seus problemas socioambientais. Para Santos Neto (2003), a imagem de “Terra da Felicidade” é vendida pela indústria do turismo, quando na realidade, grande parte da população não possui o devido acesso à saúde e à educação pública de qualidade, bem como condições adequadas de moradia, entre outros direitos sociais. É bem verdade que a atividade proporciona a criação de novos postos de trabalho e cria perspectivas de desenvolvimento, todavia insuficientes para gerar uma maior distribuição de riquezas.

Na medida em que o solo urbano transforma-se em mercadoria, o espaço passa a ter papel fundamental, uma vez que, apropriado de forma privada para ser utilizado como área de suporte das atividades econômicas desencadeadas pelo *trade* turístico, se converte na própria ação territorializada do capital imobiliário, geralmente apoiado por uma rede de decisões políticas e econômicas, que consolida o turismo como um vetor decisivo para o desenvolvimento urbano (CARLOS, 1996). Com efeito, este processo pode ser colocado em prática sem a análise da capacidade de carga e, muitos lugares não suportam as demandas geradas, resultando em consequências graves, como a degradação socioambiental, como bem afirma Santos (2010). Portanto, o processo de turistificação, ou melhor, a produção de espaços turísticos, pode gerar impactos negativos, sobretudo, os impactos socioambientais.

Não obstante, a compreensão de impactos socioambientais como processo depende, sobretudo, de compreender a história de sua configuração socioespacial, o modelo de desenvolvimento urbano e os padrões internos de diferenciação social. É necessário articular uma interpretação coerente dos processos ecológicos, econômicos e sociais à degradação do ambiente urbano. É irrefragável, nas palavras de Oliveira e Herrmann (2005), não existe meio ambiente sem seres vivos, assim como não há ambiente urbano sem seres humanos.

Pode-se pressupor, desse modo, que a indústria do turismo tem fundamental influência no processo de construção e complementação urbana em muitos lugares, especialmente pela criação de equipamentos e serviços urbanos em áreas específicas das cidades. A atividade turística é, portanto, substancialmente urbanizadora, seja pela expansão demográfica, seja pela necessidade de uma infraestrutura de suporte à atividade turística ou pela proliferação das atividades socioeconômicas relacionadas ao setor.

1. 4. Transição funcional do espaço baiano

Ao longo dos anos da ocupação territorial do Brasil, houve uma grande concentração na faixa litorânea, fenômeno associado ao processo de colonização do tipo agrário-exportador, concentrando as atividades econômicas nessas áreas e originando as primeiras cidades. Cabe frisar que a história do Brasil mostra que a maioria de nossas cidades cresceu e se desenvolveu de forma aleatória, sem seguir um planejamento pré-estabelecido para a expansão do sítio urbano (BRITO, 2010).

Estudo realizado por Lubambo *et al.* (1999), destaca o fenômeno da “litoralização” na estrutura da rede urbana nordestina, representado pela grande concentração de habitantes nas faixas litorâneas, que correspondem ao sistema sub-regional agroexportador tradicional, relacionado à produção sucroalcooleira, ao plantio de cacau e à pecuária bovina, além das atividades turísticas.

O estado da Bahia possui o maior litoral do país e é considerado o maior do nordeste brasileiro, por apresentar uma área de 564.692,7 km². Possui uma população estimada de 13.633.969 habitantes, o que corresponde a uma densidade demográfica de 24,83 hab./km² (IBGE, 2010). Segundo a SEI (2010), o estado mantém uma tendência gradual no processo de urbanização, com cerca de 70% dos baianos vivendo em áreas urbanas, percentual que ainda está abaixo do índice nacional, registrado como 84%, e também inferior ao total da região nordeste (73%), conforme dados do IBGE (2010).

No contexto histórico, o processo de urbanização no estado baiano remonta aos primórdios do período de colonização das terras brasileiras pela Coroa Portuguesa. A região em seu conjunto (Salvador, Baía de Todos os Santos e Recôncavo) se constituiu numa nodalidade, que combinava um profícuo espaço de comércio de escravos africanos, produção canavieira e fumageira. Tal atividade refletiu terminantemente na dinâmica espacial intrarregional, que se combinava com outras funções da cidade capital e seu entorno, cujo sistema urbano se limitava a algumas vilas até o término do período colonial, com grande concentração no recôncavo, área de intensa influência no período. Além desses pequenos núcleos de maior autonomia administrativa,

modestos assentamentos rurais se dispersavam pelo interior da Bahia e contribuiriam para a futura ampliação da rede urbana no estado (BRITO, 2010).

A família real portuguesa desembarcou em 1808 na Baía de Todos os Santos, em uma providencial visita a Salvador antes de seguir para o Rio de Janeiro, visto que a cidade ainda era um centro importante do comércio e das decisões da colônia, além de seus moradores ainda se ressentirem com a mudança da capital. Era necessário reparar esse descontentamento e assegurar a fidelidade dos baianos neste momento de instabilidade. Dom João passou um mês na Bahia e anunciou, nesse período, uma das medidas mais importantes que tomaria nos seus treze anos de Brasil: a abertura dos portos brasileiros. Posteriormente, o monarca chegou a recusar tentadoras propostas dos representantes da Câmara para permanecer na Bahia, recusando-as apenas por segurança, já que Salvador era mais vulnerável a um eventual ataque francês do que o mais distante e bem protegido porto da Baía da Guanabara (GOMES, 2007).

Os primeiros núcleos urbanos no Brasil concentraram-se na planície litorânea, já que se orientavam para o comércio e para defesa do território contra ataques estrangeiros (ARAÚJO, 2005). Da mesma forma ocorreu o processo de ocupação da região Sul Baiano (zona econômica definida atualmente como Litoral Sul), que se iniciou no século XVI, período do descobrimento do Brasil. A ocupação da região, conforme descrição de Brito (2010), deu-se a partir do município de Ilhéus, que teve seus espaços naturais substituídos pela lavoura canavieira, cuja atividade determinou o ritmo de imigração em função das perspectivas de alta lucratividade e pela condição de centro principal da então Capitania.

Ao longo do período colonial e nos primeiros dois terços do século XIX, o que viria a ser a região cacaeira da Bahia produzia madeira, aguardente, açúcar e produtos alimentícios. Grande parte do que era produzido era consumido na capital do estado e uma pequena parte era exportada para a Europa. No século XVIII, jesuítas, autoridades coloniais e imigrantes europeus introduziram a cultura do cacau (*Theobroma cacao*), fruto que serve de base para o chocolate, e muitos outros grupos de moradores da região iniciaram escassos plantios, verificando a viabilidade econômica do fruto (MAHONY, 2007).

Para Mattoso (1992), o crescimento do consumo de chocolate na Europa e EUA no século XVIII, assim como o desenvolvimento da sua industrialização, estimularam o cultivo do cacau na comarca de São Jorge dos Ilhéus, bem como o de novas lavouras para exportação, com o intuito de diminuir a dependência comercial do açúcar. Além da necessidade de reduzida mão de obra, o clima e o solo da comarca eram favoráveis ao cultivo do fruto proveniente da região amazônica, devido às constantes chuvas. Alternativas como o café, cacau e algodão tiveram seu plantio iniciado nas propriedades particulares e nas missões indígenas ao longo do litoral.

A expansão inicial dessa zona seguiu as margens do Rio de Contas, onde surgiram as povoações de Ubaitaba e Jequié, e ao sul, as paróquias da Invenção de Santa Cruz da Vila dos Ilhéus e de São Boaventura do Poxim (atual Canavieiras). As propriedades negociadas possuíam escrituras e limites estabelecidos por marcos de pedras legitimados pelo conhecimento mútuo, prática que sobreviveu na demarcação das fazendas de cacau, período em que raros eram os cercamentos. Nesse período, o território da comarca podia ser dividido em três zonas, considerando aspectos históricos e econômicos. Ao norte, as freguesias de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Cairú e a do Espírito Santo de Boipeba, com uma relação de proximidade com Valença e o sul do Recôncavo. Ao centro, Nossa Senhora da Assunção de Camamu, São Sebastião do Marau e São José da Barra do Rio de Contas, atual Itacaré, conhecidas como as “terras das doze léguas” (RIBEIRO, 2008).

Segundo Falcon (1995), foi apenas em meados do século XIX que a região do litoral sul baiano deixou sua condição de fornecedora de produtos de subsistência para ganhar significativa relevância econômica, se tornando a principal região produtora de cacau do estado. A partir de então, o porto de Barra do Rio de Contas, habitado essencialmente por pescadores e ribeirinhos, muitos deles com descendência indígena ou filhos (e netos) de escravos, oriundos de quilombos e mocambos regionais (REIS, 2005), ganhou um novo status, como único vínculo de transporte náutico entre a região e a capital de São Salvador, responsável, portanto, pela drenagem de toda a produção cacauzeira do sul do estado da Bahia.

Assim, pode-se dizer que a pequena cidade de Itacaré é um exemplo típico de espaço derivado desde seu surgimento no século XVIII. Com o desenvolvimento da monocultura da cana-de-açúcar em Salvador (Capitania da Bahia), o aldeamento indígena foi criado para

produção de alimentos para a capital, por determinação da Coroa Portuguesa. Segundo Meliani (2006), com a introdução da cultura do cacau no século XVIII e sua consolidação no sul da Bahia, a localidade tornou-se importante porto cacaueiro, enviando as amêndoas produzidas em sua hinterlândia para Ilhéus e Salvador, de onde seguiam para exportação.

A cultura do cacau foi rapidamente absorvida pelo mercado externo, tornando-se a base da economia regional, cujo cultivo contribuiu significativamente para o processo de urbanização, na medida em que exigia uma infraestrutura urbana necessária para atender aos interesses dos fazendeiros e exportadores do fruto, como a construção da ferrovia Itabuna/Ilhéus, a ampliação do Porto e das rodovias vicinais. Para Ribeiro (2008), a agricultura cacaueira foi a base do povoamento e da geração de riqueza até então inédita no Sul da Bahia, tendo como resultado o estabelecimento de novas e complexas relações sociais, o surgimento de vários núcleos urbanos no litoral e no interior e o desenvolvimento demográfico nos já existentes.

De acordo com Pinazza e Alimandro (2001), o governo brasileiro chegou a doar terras em 1913 para quem quisesse plantar cacau, de modo que seu cultivo atraiu muitos imigrantes. Esse movimento migratório, dentre outros fatores, contribuiu para um acelerado crescimento da região. Por um período de aproximadamente 200 anos, a lavoura cacaueira prosperou gerando riqueza e renda, chegando a representar 85% da produção brasileira e 60% do PIB do estado. O cacau contribuiu para criar toda uma infraestrutura tais como portos, estradas vicinais, pontes, hotéis e atraindo empresas nacionais e estrangeiras.

Apesar do desenvolvimento promovido pelo “fruto de ouro”, a região foi atingida pelos desdobramentos da crise econômica de 1929 e, no plano interno, pelos reflexos da revolução de 1930, período de turbulência política devido ao enfraquecimento das estruturas oligárquicas até então dominantes. Além disso, as sucessivas pragas que assolaram as plantações e as baixas nos preços no mercado externo abalaram o setor produtivo (MOREIRA, 2010).

Nesse cenário, a crise de natureza conjuntural e estrutural de grandes proporções se alastrou por toda a região cacaueira, em decorrência do refluxo do capital, da significativa queda dos postos de trabalho, além de outros impactos regionais que resultaram em uma sequência de fatores adversos, como as quedas da produção decorrentes de variações climáticas e a ocorrência

da praga vassoura-de-bruxa (*Crinipellis pernicioso*) que coincidiram com o período de excedentes mundiais de produção, níveis elevados de estoques, condicionando a uma longa permanência de baixos preços praticados no mercado mundial (MENEZES; CARMO NETO, 1993).

Com os baixos preços ditados pelo mercado e a ausência de um fruto saudável, a crise do cacau afetou todo o sul do estado da Bahia, provocando o endividamento dos fazendeiros, o desemprego de grande parte dos trabalhadores rurais e a estagnação da economia (COUTO, 2011). De acordo com Moreira (2010), a crise promoveu o fechamento de várias corretoras e indústrias que processavam as amêndoas, provocando desemprego nos setores rural e urbano, com uma redução dos postos de trabalho de 400 mil para 150 mil em apenas dez anos, resultando em crise, tensão social e a migração de um grande contingente populacional para as cidades em busca de sobrevivência. Tal quadro assolou de maneira significativa toda a região cacauzeira na década de 1990 e conduziu ao redirecionamento de capitais para outros setores da economia, tais como a fruticultura, a celulose e, principalmente, o turismo.

Desde a segunda metade do século XX, muitos municípios situados na zona costeira brasileira se transformaram socioeconomicamente, substituindo suas atividades econômicas baseadas na pesca, no extrativismo vegetal e na agricultura de subsistência para se ocupar de atividades essencialmente urbanas, como o desenvolvimento industrial e a exploração turística (AMORIM, 2011).

Nesse contexto, foi criado em 1991 o Plano de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR BAHIA), com o intuito de consolidar a indústria turística estadual. Dentre as estratégias, estava uma atribuição de valores patrimoniais em relação à demarcação dos possíveis territórios turísticos por parte do governo baiano. O planejamento elaborou metas para viabilizar economicamente o projeto governamental diante das agências de fomento internacional, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que teve significativa participação no projeto, redesenhando a geografia turística do estado em seis áreas, são elas: Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Costa do Cacau e Chapada Diamantina, na descrição de Couto (2011). Resultante desta proposta, o município de Itacaré, situado na então denominada Costa do Cacau (Ilhéus, Uruçuca, Itabuna, Una, Canavieiras, Santa Luzia e Itacaré) e

possuidor de um dos últimos redutos da mata atlântica, foi contemplado com a construção da Estrada Parque Ilhéus-Itacaré, entre os anos de 1996-1998.

Desde então, Itacaré busca se reerguer economicamente através do turismo cultural e de sol e mar, assim como Ilhéus e outras cidades litorâneas da decadente região cacauera. Com a pavimentação concluída em 1998, a Estrada Parque BA-001 atingiu de imediato o seu objetivo, cujo resultado manifesto foi o crescimento do setor turístico em Itacaré, no qual se destaca a oferta de serviços, que cresce na proporção de demanda da alta estação. Desde pequenas pousadas, bares e restaurantes a complexos turísticos do tipo *resorts*, que têm movimentado a economia local, atraindo além de turistas, muitos migrantes em busca de oportunidades. Confere-se a seguir a descrição do processo de pesquisa e, posteriormente, pode se compreender, de forma mais aprofundada, a gênese da urbanização nesta pequena cidade.

2. MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS

“...se puderes olhar, vê. Se podes ver, repara...” (José Saramago).

2.1. Procedimentos metodológicos

A revisão bibliográfica sistemática utilizou fontes voltadas para a fundamentação teórica concernente à problemática central da pesquisa no município de Itacaré e sua área urbanizada, com apreciação crítica e síntese em fichamentos dos estudos selecionados, reunindo documentos e o crescente número de informações científicas.

As consultas documentais foram realizadas na Prefeitura Municipal de Itacaré e suas Secretarias (Meio Ambiente, Obras e Desenvolvimento Urbano, Turismo, Tributos e Educação), Câmara Municipal, escritórios do IBGE (instalados exclusivamente para realização do Censo 2010) e das concessionárias de serviços públicos Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA) e Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. (EMBASA). Quanto às publicações consultadas, as principais fontes de pesquisa foram a Biblioteca da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Biblioteca Central César Lattes da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Biblioteca Setorial do Instituto de Geociências (IG) da UNICAMP, Biblioteca Digital da UNICAMP (Sistema Nou-Rau), além de outros sistemas informatizados que interligam centros de documentação acadêmica.

Tomando por base as contribuições de Matias (2002), a maior vantagem dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) está, de modo geral, na sua capacidade de otimizar a produção de informações espaciais. Isto é possível, sobretudo, pela versatilidade dessa geotecnologia que possibilita trabalhar com uma ampla variedade de dados de natureza e propriedades distintas.

Sob a égide do período técnico científico informacional, caracterizado fundamentalmente por uma intensa interação entre a ciência e a técnica no processo produtivo, a produção e a transmissão de informações (inclusive as informações espaciais) assumem uma posição de estratégica importância na dinâmica de reprodução espacial (SANTOS, 2006). Entre os principais enfoques da geotecnologia está a caracterização das atividades humanas sobre a superfície

terrestre, buscando compreender as relações do homem com a natureza, bem como o uso que este confere aos recursos naturais, provocando, ainda que desintencionalmente, muitas alterações ambientais na constante busca em se beneficiar de seus valores funcionais (LUCIARI, 2005).

“Como um moderno sistema de informação, o SIG desempenha de forma concomitante na sociedade contemporânea, as funções de um sistema de informação e ação” (MATIAS, 2002). Ainda segundo Matias (2002), além de um mecanismo técnico, é uma construção intelectual que visa contribuir com a representação e compreensão de uma determinada realidade, permitindo a formação de um arcabouço interpretativo que auxilie na análise dos fenômenos geográficos. Nesta perspectiva dinâmica e relacional, que tomamos por base neste estudo uma leitura da relação sociedade e natureza por meio do mapeamento e diagnóstico dos impactos socioambientais, nos moldes propostos por Mendonça (2004).

A metodologia teve como principal estratégia a espacialização de vários atributos socioambientais e a integração destes, considerando as características físicas e sociais da área em estudo. A tecnologia SIG nos permite realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados georreferenciados (CÂMARA; DAVIS, 2001).

2.2. Etapas da pesquisa

Para Nascimento (2005), no que tange a análise da organização do espaço urbano, a tecnologia SIG tem se mostrado ser um instrumental eficiente, através de uma integração entre diferentes mapas temáticos e dados não espaciais (como indicadores da população, por exemplo) e da sua espacialização, permitindo a produção e análise de informações espaciais, proporcionando uma melhor compreensão da organização espacial das cidades e podendo auxiliar na gestão do espaço urbano.

Nesta pesquisa, a representação dos atributos e a respectiva análise espacial dos dados obtidos foram realizadas com auxílio do programa *ArcGIS 9.3* (ESRI, 2010), o que possibilitou o processo de georreferenciamento digital. Tal tecnologia integra funções como o processamento de imagens, análise espacial, modelagem numérica do terreno e consulta a bancos de dados espaciais, possibilitando a identificação e caracterização das diferentes unidades avaliadas, além das consequências da atuação antrópica nas áreas abordadas.

A etapa inicial na elaboração do material cartográfico foi a construção da base de dados georreferenciados, utilizando para isso os dados cartográficos em meio analógico, escala 1:12.500, contidos na proposta de Plano Diretor (2006) da Prefeitura Municipal de Itacaré e cedido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Os temas que compõem a base de dados são: rede de drenagem, sistema viário, padrão residencial predominante, equipamentos e serviços urbanos, serviço de abastecimento de água e serviços de apoio ao turismo. O tema referente ao serviço de energia elétrica (postes georreferenciados e rede de transmissão) foi cedido pela Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA). Infelizmente não foram encontrados dados altimétricos na escala e formato apropriado da área urbanizada, o que faz com que a base tenha somente representação planimétrica.

Os dados espaciais contidos em cada tema foram transferidos para o meio digital por meio do emprego de técnicas de digitalização via *scanner*, georreferenciamento com pontos de controle e posterior vetorização sobre tela das feições geométricas. Em seguida foi realizada a digitalização dos mapas temáticos, convertendo os arquivos do formato *.jpg* (*Joint Photographic Experts Group*) para o formato *.shp* (*Shapefile*), apropriado para o trabalho no ambiente SIG. Esta etapa contou com auxílio de fotografias aéreas do ano de 2002, escala 1:8.000, obtidas da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER), assim como informações adquiridas diretamente em campo.

Num primeiro momento, foi realizada uma atividade de campo preliminar (no dia 13 de setembro de 2009), no qual se percorreu e delimitou-se toda a área de estudo, realizando-se também os primeiros registros fotográficos. Na ocasião, foram identificados os principais aspectos a serem analisados da área urbanizada do município (enfoque do trabalho), juntamente com outras características relevantes a serem posteriormente investigadas.

Durante todo o período de investigação, entre setembro de 2009 a maio de 2011, foram realizadas visitas periódicas aos principais órgãos oficiais visando adquirir dados e informações necessárias à pesquisa. A partir destes levantamentos, foi possível traçar de forma mais detalhada o perfil e configuração da área urbanizada de Itacaré, como uma estratégia para ampliar a análise do tema ao compreender melhor a evolução de certos fenômenos no tempo e no espaço, além de

facilitar a identificação e posterior caracterização em campo, nos auxiliando na atualização da base de dados e subsidiando a elaboração do material cartográfico.

Para a avaliação dos impactos socioambientais urbanos foi adotada a elaboração de uma Ficha de Avaliação específica adaptada das contribuições de Drew (1985), Barrow (1997), Sánchez (2008) e Santos (2009). A ficha avaliativa funcionou como uma espécie de caderneta de campo, mas com itens relativos ao seu objetivo, para um manuseio otimizado. Foi estruturada de modo que fosse possível no campo registrar as coordenadas referentes aos locais identificados de ocorrência do impacto, através de pontos de controle obtidos com receptor GPS, bem como campos para a identificação e caracterização do impacto existente, inclusive a respectiva numeração e registro fotográfico (Apêndice A).

A metodologia para compilação do mapa atualizado de uso da terra contou com os dados cartográficos de escala 1:12.500 (CONDER, 2006) e os respectivos processos de digitalização e transferência de dados logrados em campo. Objetivando maior precisão na identificação de alguns elementos, foi utilizada uma imagem do satélite SPOT 4, com passagem em 17/11/2009 e resolução espacial de 10 metros da área de estudo recentemente disponibilizada pelo site *Google Earth*.

Segundo Santos (2009), qualquer investigação socioambiental deve trazer, além das leituras e técnicas, a participação da população para avaliação do grau de compreensão diante dos problemas enfrentados cotidianamente, assim como das experiências que carregam nessa estreita relação com o espaço que ocupam. A aplicação de questionários socioeconômicos desencadeia um processo de participação, detectando conflitos e dificuldades de compreensão, seja em relação aos elementos naturais, socioeconômicos ou legais.

De modo que, neste estudo, foi produzido um questionário semiestruturado para levantamento de dados socioeconômicos da população residente na área urbanizada. As questões norteadoras foram elaboradas no sentido de averiguar os padrões socioeconômicos que poderiam indicar elementos associados às condições de vida da população tais como renda da família, tipo de habitação, número de pessoas residentes, ocupação do entrevistado, grau de instrução etc. (SANTOS, 2009). Assim como identificar o grau de esclarecimento sobre os impactos

socioambientais a que estão submetidos por meio da capacidade de identificação dos mesmos e nível de consciência aos riscos a que estão expostos (Apêndice B).

Embora esta etapa tenha uma concepção metodológica qualitativa, recorreu-se a uma inferência estatística fundamentada na definição de uma amostra seguindo a técnica de amostragem aleatória simples que, segundo Andriotti (2003, p. 23), consiste num processo de amostragem onde “[...] cada indivíduo pertencente à população tem, também, a mesma probabilidade de pertencer à amostra.” O número de questionários aplicados foi calculado visando alcançar o tamanho mínimo de amostra com um erro amostral tolerável de até 10%, o que resultou na definição de 100 questionários a serem aplicados no caso. Como os dados do IBGE (2010) para população urbana no município apontam um total de 13.670 habitantes, considera-se que o tamanho da amostra atende ao objetivo da pesquisa na sua representatividade, atingindo uma margem de confiabilidade de 90%.¹

Para efetivação das etapas de identificação dos impactos socioambientais (preenchimento da ficha de avaliação) e aplicação dos questionários, foram definidos roteiros percorrendo toda a área urbanizada. A atividade de campo foi realizada no período entre 18 e 23 de julho de 2010 por equipe composta pela pesquisadora e seu orientador, devidamente munidos com equipamento GPS, máquina fotográfica digital, os respectivos mapas de orientação e registro, as fichas de avaliação e os referidos questionários.

Na aplicação dos questionários foi adotada uma sistemática de amostragem probabilística, com abordagem aos entrevistados nas próprias residências - o fato de ser uma cidade pequena facilitou o processo, já que as casas encontravam-se abertas, muitas vezes com os moradores nas portas, olhando o movimento incomum – ocasião em que nos identificamos e solicitamos sua colaboração na pesquisa sendo realizada. Os respondentes foram abordados nos locais de forma aleatória, com direito decisório em relação às respostas (totais ou parciais) e mantidos em anonimato.

¹ O cálculo do tamanho mínimo da amostra deu-se da seguinte forma (LEVINE, 2000; ANDRIOTTI, 2003):

Equação 1: $n = 1/E^2$

Onde, n – tamanho mínimo da amostra
E – erro amostral tolerável

Equação 2: $n = (N \times n_0) / (N + n_0)$

Onde, n – tamanho mínimo da amostra
N – tamanho da população
 n_0 – tamanho da amostra

Os dados socioeconômicos concernentes aos questionários foram posteriormente tabulados utilizando-se o programa *Microsoft Excel*, permitindo ilustração através da conversão em tabelas e gráficos, em seguida incorporados ao *Microsoft Word*.

Cumpridas tais etapas e com o intuito de obter uma visão mais abrangente da problemática ao relacionar os diferentes entendimentos face às questões analisadas, foram realizadas entrevistas com autoridades do poder público em Itacaré: Secretária de Educação, senhora Juliana Delmont; Secretária de Turismo, senhora Diana Quadros; Secretário e Diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, respectivamente os senhores Paulo Baracho e Luciano Leal; e finalmente, com o Exmo. Prefeito Municipal de Itacaré, senhor Antônio Mário Damasceno.

Ademais, foram realizadas entrevistas complementares com turistas (abordados aleatoriamente nas praias da Concha e da Tiririca) e com os empresários, senhor Marcos Antônio Almeida, proprietário de “O Restaurante” (localizado na Rua da Pituba há 16 anos), e com a senhora Diana Quadros, que além de atual Secretária de Turismo, é proprietária da “Pousada Sítio Paraíso”, localizada no Centro de Itacaré há mais de 20 anos. Nos apêndices C, D e E encontram-se, respectivamente, os roteiros das entrevistas realizadas com representantes do poder público, empresários e turistas, todas registradas em áudio mediante anuência dos mesmos. Na sequência apresentam-se os resultados angariados na pesquisa, algumas reflexões e o diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos na área de estudo.

3. A URBANIZAÇÃO EM ITACARÉ (BA)

“... flor da Bahia, semeada em chão de pedra...” (Nana Caymmi).

3.1. Caracterização regional: aspectos histórico-geográficos

O Litoral Sul do Estado da Bahia está na área compreendida entre a foz do Rio Jequiçá e a do Jequitinhonha, é um espaço de macrorregiões (16% da superfície do estado), abrigando em torno de 12% da população em 53 municípios. É subdividida em três sub-regiões, a do Baixo Sul que tem Valença como subcentro, a Zona Cacaueira com Ilhéus e Itabuna como polos referenciais e a subzona de Ipiaú, mais interligada a Jequié e ao eixo da BR-116 (CONDER, 2006), vide contexto regional na Figura 3.1.

O sistema urbano regional da zona cacaueira é conformado por quatro subsistemas demarcados: Ubaitaba (mais 04 sedes), Ibicaraí (mais 03 sedes), Coraci (mais 02 sedes) e Camacan (mais 05 sedes) como subcentros, que estão integrados entre si e com Itabuna (mais 05 sedes municipais em seu entorno), que cumpre papel central na hierarquia regional, tendo na BR-101 seu eixo viário central de integração, um dos dois maiores centros de referência regional, ao lado de Ilhéus (mais 04 sedes municipais) (CONDER, 2006).

De acordo com a mesma fonte, o processo de ocupação e povoamento da região iniciou-se no período colonial, através da implantação de entrepostos estratégicos na costa litorânea, localizados próximos aos estuários dos rios para penetração no interior e para armazenamento das riquezas naturais que eram enviadas à capital e ao exterior. Na medida em que a ocupação do interior se consolidava, através da pacificação ou extermínio dos indígenas, grandes extensões de terras eram desmatadas e ocupadas com a agricultura e pecuária, atividades que asseguraram progressivamente o povoamento regional, que foi ocorrendo entre avanços e recuos em função da ausência de definição econômica.

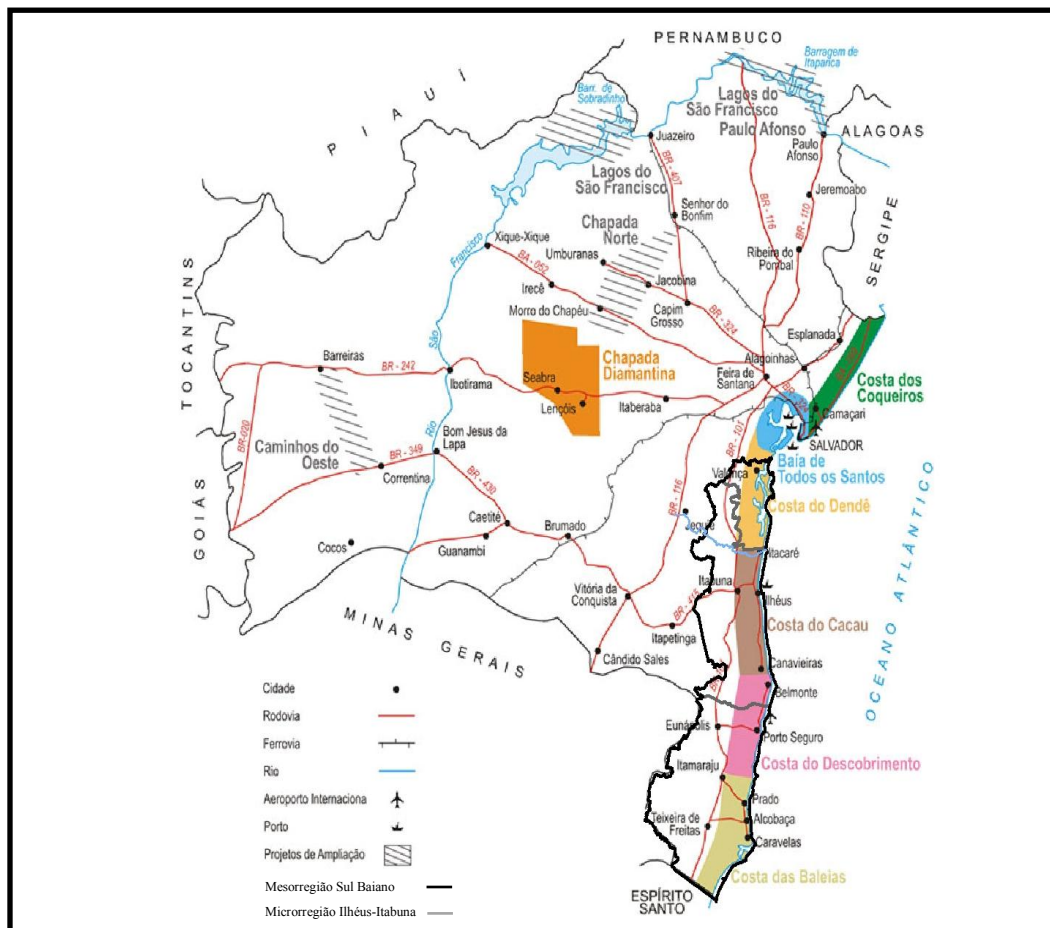


Figura 3.1 – Em destaque a Mesorregião Sul Baiana e a Microrregião Ilhéus-Itabuna
 Fonte: Adaptado de SEI – Bahiatursa (2005). Orgs.: Ferreira; Matias (2011).

As primeiras décadas do século XX são marcadas pela consolidação da cultura cacaeira, com produções anuais que chegavam a dezenas de milhares de toneladas, apesar de a monocultura apresentar, desde sempre, certo grau de instabilidade, sujeito a períodos de estagnação econômica. Conforme Meliani (2006), fatores climáticos, flutuações no câmbio e nos preços, a concorrência com produtores africanos e a incidência de pragas e doenças, estão entre os principais fatores dessa instabilidade que assolou a região, inclusive durante as guerras mundiais, período em que os principais consumidores da amêndoa, como Europa e Estados Unidos, reduziram as importações. A década de 1980 vivenciou a pior de todas as crises, afetando diretamente a população da maioria dos municípios da região, como Itacaré, que teve um decréscimo de renda acima de 25% (REIS, 2002).

Segundo a CONDER (2006), a região viveu basicamente seis períodos distintos:

- O primeiro compreende o período entre 1746 a 1820, quando ocorreram os primeiros plantios e o desbravamento, e logo em seguida uma estagnação sem maiores consequências;
- O período entre 1821 a 1895 foi caracterizado pelo aumento significativo do cultivo do cacau, a descoberta do mercado externo e início das primeiras exportações. Vários povoados e ruelas datam desse período, erguidos por produtores desbravadores, que ainda se misturavam com trabalhadores de várias outras tarefas produtivas;
- A afirmação do cacau como base econômica do litoral sul ocorre no terceiro período (1896 a 1930), quando os coronéis passaram a transformar os povoados e vilas em cidades, resultado das bem sucedidas safras de cacau, definindo um caráter mais urbano por meio do comércio e dos novos casarões;
- O quarto período está compreendido entre 1931 e 1957, referente a um momento de crise de produtividade, devido ao excesso de uso das terras pouco produtivas, à exagerada ampliação da fronteira agrícola, às condições inapropriadas para escoamento da produção e inacessibilidade aos maiores centros de comercialização. O período também assinala a primeira grande baixa na cotação das amêndoas, ocasionando as vendas de muitas terras pelos produtores endividados;
- No quinto período, de 1958 a 1986, foi criada pelo Governo Federal a Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), que de fato recuperou a lavoura das amêndoas. Contudo, não houve uma modernização das relações de produção concernentes ao século anterior, gerando uma frustração em relação às expectativas de recuperação da estrutura econômica, refletindo-se nas relações sociais;
- E, por fim, o sexto período que vem desde 1987 até os dias atuais. Compreende a crise ocasionada pela vassoura-de-bruxa, doença nos cacaueiros que reduziu a produção baiana pela metade no início da década de 1990. Tal crise, aliada à descapitalização dos produtores e à desvalorização do preço, em função da grande competição no mercado internacional, marcou o fim da era do “ouro negro” e a região assistiu abalada ao desembarque, no período, dos primeiros carregamentos de importação da amêndoa, no Porto do Malhado, em Ilhéus (BA).

Entre os aspectos físicos gerais, a geomorfologia da região é definida pelo Projeto RADAMBRASIL como Planalto Cristalino Rebaixado, domínio que ocupa uma extensa área junto à costa baiana. A ocorrência de serras cortadas por redes hidrográficas entalha vales profundos, com orientações herdadas dos ciclos tectônicos, constituindo algumas características do relevo local (NUNES *et al.*, 1981). Segundo Meliani (2003), a costa sul, apresenta planícies litorâneas pouco desenvolvidas, devido à presença de embasamento cristalino que alcança o oceano. As mesmas ocorrem junto às pequenas praias e são de maior expressividade quando associadas às planícies fluvio-marinhas das embocaduras dos rios que deságuam junto à foz dos rios de Contas, Jeribucassu e Tijuípe.

A bacia hidrográfica do Rio de Contas é a maior inteiramente contida no estado, está localizada na porção centro sul da Bahia com uma área de drenagem de aproximadamente 55.000 km², conectando biomas e atividades de irrigação, mineração e desmatamento, que se constituem como os principais vetores de modificação de suas propriedades ao longo dos anos (PAULA; FIGUEIREDO, 2007). O regime fluvial é essencialmente torrencial, visto que as irregularidades pluviométricas ao longo do ano causam significativa variabilidade nos seus deflúvios, registrando-se valores nulos nos meses mais secos (principalmente em Ipiaú e Jequié), quando a intensa perda de água por evaporação, devido aos rigores do clima semiárido, contribui consideravelmente para a redução do volume d'água. Embora se apresente perene em todo o seu curso, grande parte de seus afluentes é intermitente, conforme estudo de Campos (2002).

O Rio de Contas drena 74 municípios e abrange uma população calculada em aproximadamente um milhão de pessoas (SRH, 1993). No seu estuário, apresenta vazão média de 260 m³/s (MAIA *et al.* 2007), local no qual o desmatamento é um dos principais vetores de impacto, tanto na modificação do regime de cheias e secas, quanto no processo de assoreamento. O corte de mata atlântica (nativa da região) proporciona maior suscetibilidade aos processos erosivos no solo, promovendo, por conseguinte, maior carga sedimentar, de modo que a alta produção de sedimentos por tributários e a perda da capacidade de transporte de fluxo associado contribuíram com o processo de assoreamento, consoante Campos (2002). Os estudos de Paula e Figueiredo (2007) enfatizam que o uso indiscriminado de fungicidas no cultivo do cacau, realizado por mais de décadas para controle de pragas como a vassoura-de-bruxa, apesar de reduzido atualmente, terá reflexo ainda por um longo período.

A linha de costa possui aproximadamente 22 km, estendendo-se da desembocadura do Rio Piracanga, limite norte com o município de Maraú, até o limite sul com o município de Uruçuca, demarcado pela foz do Rio Tijuípe. É bastante variada em seus aspectos morfológicos, com muitas reentrâncias e pequenas praias arenosas confinadas entre costões rochosos e promontórios, intercalados por morros cobertos por remanescentes de mata atlântica, que representam uma gama de paisagens e ecossistemas endêmicos (KENT, 2000). As praias são predominantemente do tipo dissipativo e intermediário-dissipativo e com granulometria fina (RODRIGUES *et al.*, 2004) e formam um verdadeiro santuário ecológico.

O clima da região é tropical úmido, com chuvas frequentes durante o inverno e as temperaturas médias diárias variam entre 25°C e 30°C, podendo chegar aos 40°C no verão. Uma característica climática marcante que envolve toda a zona cacauceira é a ausência de um período seco típico. Predomina a alta umidade, com chuvas em torno de 200 dias por ano, com uma média pluviométrica anual que ultrapassa os 2.000 milímetros, sendo maior a incidência durante os outonos e invernos (GONÇALVES; PEREIRA, 1981). A gênese das chuvas pode estar relacionada à orientação da costa e do relevo do município, fatores também condicionantes da abundante pluviosidade.

A vegetação apresenta zonas de mangue, presença de restingas costeiras e remanescentes de mata atlântica (IBGE, 1992). Segundo Meliani (2003), apesar da crescente ocupação humana, as terras da faixa costeira, parcialmente protegidas pela Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré-Serra Grande, apresentam remanescentes florestais primários e secundários de floresta ombrófila densa. A denominada Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa de Itacaré-Serra Grande é uma unidade de conservação criada pelo decreto estadual n.º 2.186 (1993), possui uma área de 168 km² e ocupa uma faixa costeira com aproximadamente 6 km de largura por 28 km de comprimento, partindo do oceano Atlântico (BAHIA, 1998). A criação de unidades de conservação estaduais está entre as ações articuladas às políticas de desenvolvimento econômico por meio do turismo. Estas pressupõem que, através dessa gestão, seja possível conservar a integridade de paisagens naturais como as de Itacaré, sustentando, supostamente, seu potencial turístico.

Muitas áreas, outrora florestadas, hoje são áreas de cultivo para agricultura de subsistência, pois, com a crise do cacau, muitos agricultores das fazendas produtoras se viram impelidos a ocupar terras improdutivas até então. Conforme Cavalcanti (1994), os assentamentos rurais na bacia do Rio Jeribucassu, como o projeto da Marambaia, que teve suas terras desapropriadas em 1986 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), comprovam o processo de ocupação recente da faixa costeira de Itacaré. Cultivos cíclicos (como mandioca, feijão e milho) e cultivos permanentes (como o abacaxi, cacau, coco-da-bahia, seringa e cravo-da-índia) são culturas presentes nas pequenas e médias propriedades rurais.

Nas últimas décadas, o cultivo do café vem se intensificando como alternativa ao cacau, transição que pode ter consequências negativas para o meio natural. Na medida em que o cacau é responsável pela preservação de parte da vegetação da mata atlântica da região, por precisar de sombra fresca, ao contrário do café que precisa de muita luz solar e estimula o desmatamento.

Entretanto, cabe destacar que o cacau é uma espécie ombrófila típica de sub-bosque, que vem sendo cultivada há mais de cem anos no sistema agroflorestal conhecido como cabruca, onde o sub-bosque da mata atlântica nativa também é raleado e, apenas as árvores mais altas são preservadas, com o objetivo de prover o sombreamento necessário ao seu cultivo (SAMBUICHI, 2002; AMORIM, 2011). Lima (2007) destaca que o sistema de cabruca se apresenta como sustentável, já que mantém grande parte da cobertura florestal nativa, contudo, seu funcionamento é praticamente desconhecido, pois os estudos sobre os fluxos de energia para manutenção deste sistema são incipientes, além de que, tais tratamentos culturais, afetam diretamente a dinâmica florestal e intensificam processos erosivos, impedindo a regeneração da floresta.

Nos anos 1990, através de políticas públicas para o desenvolvimento do Estado da Bahia, o município de Itacaré foi incluído no Programa de Desenvolvimento da Costa do Cacau, assumindo a função de destino turístico devido ao seu potencial paisagístico e ecológico. Entre os principais incentivos para o desenvolvimento turístico naquela década, está a criação de uma unidade de conservação na zona costeira do município (APA Itacaré-Serra Grande) em 1993 e a conclusão das obras de pavimentação da BA-001 em 1998, ligando Ilhéus a Itacaré. Esta é considerada a primeira estrada ecológica do país, cuja construção foi decisiva para inserção

turística de Itacaré na região, permitindo um rápido acesso a Ilhéus, cidade com maior infraestrutura e um pequeno aeroporto com voos nacionais diários (MELIANI, 2006).

A partir desse período, a cultura do cacau passa a ter definitivamente um papel secundário, face à nova ordem econômica em constituição e ao novo polo turístico de amplo alcance regional, que vem consolidando nos últimos anos o turismo como principal atividade econômica de Itacaré. Atualmente, acredita-se que a tendência da região econômica do Litoral Sul é se tornar o principal centro turístico do estado, fortalecido pela integração que a BA-001 promoveu na faixa litorânea, revelando o potencial turístico de Itacaré para o restante do estado e do país.

3.2. O município de Itacaré

O município de Itacaré está localizado aproximadamente 400 km ao sul de Salvador, integrado à Região Administrativa de Ilhéus e Região Econômica do Litoral Sul. Em sua totalidade abrange uma área de 738 km², com uma população total de 24.318 habitantes e densidade demográfica média de 33 hab./km² (IBGE, 2010).

Pela sua extensa possibilidade de navegação, o Rio de Contas transformou-se no eixo de ligação entre o interior da Chapada Diamantina e o litoral, no qual São Miguel da Barra do Rio de Contas servia como apoio náutico pelas condições facilitadoras de sua foz. Devido à sua localização no encontro das águas ribeirinhas junto ao mar, a diminuta vila passou a se constituir num estratégico ponto para embarque e desembarque de toda a produção da época, bem como para o tráfico de escravos que serviam às fazendas locais (COUTO, 2011). Por serem regiões abrigadas e com certa diversidade de recursos, os estuários foram áreas histórica e preferencialmente ocupadas, que apresentam elevadas densidades populacionais e concentração de atividades portuárias, comerciais e turísticas, que, por sua vez, contribuem para alterar suas características estruturais, bem como suas funções ecossistêmicas (PAULA; FIGUEIREDO, 2007).

A origem do município remonta ao início do século XVIII, em um aldeamento indígena localizado junto à foz do Rio de Contas. A cidade de Itacaré teve origem numa aldeia de índios, onde o padre jesuíta, Luís da Grã, ergeu uma capela sob a invocação de São Miguel, batizando a povoação como São Miguel da Barra do Rio das Contas. Em 1718, o arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide, elevou aquela capela à categoria de freguesia, com a mesma denominação (IBGE, 2010). A intensidade da vida comercial proporcionada pelo Rio de Contas, segundo Couto (2011), fez com que o povoado de São Miguel passasse a atrair e agregar novos interesses de segmentos sociais mais abastados, luxuosas casas de veraneio foram construídas pelos fazendeiros do interior e por novos comerciantes, que passaram a residir na área do porto. Em torno da igreja de São Miguel, no alto de uma pequena colina junto ao mar, desenvolveu-se o centro da vila.

Em 27 de janeiro de 1732, a povoação de São Miguel da Barra do Rio das Contas foi elevada à categoria de vila e a município, por ordem de D. Ana Maria Ataíde e Castro, Condessa de Resende e donatária da capitania de Ilhéus, à qual pertenciam as terras de Itacaré. Através do Decreto Estadual n.º 7.850 de 16 de dezembro de 1931, o município da Barra do Rio de Contas passou a ser chamado de Itacaré, nome originário da combinação das palavras indígenas, provavelmente tupi, “ita” (pedra) e “karé” (arqueada, torta), uma possível alusão às estruturas sinuosas das rochas afloradas em toda a costa itacareense. Em divisão territorial de 1963, o município passa a ser constituído de 2 distritos: Itacaré (sede) e Taboquinhas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (CONDER, 2006; IBGE, 2010).

A cidade de Itacaré, portanto, tem sua origem associada ao Rio de Contas, em função do apoio náutico proporcionado por sua foz, constituindo-se em porto estratégico para transporte de madeira, tráfico de escravos, entre outros produtos da época. Também foi responsável pela drenagem de toda produção cacaueteira do seu vale, via porto de Itacaré, perdendo parte de sua importante função, a partir de 1923, com a chegada da ferrovia até Ubaitaba e Aurelino Leal, período em que Itacaré estabelece um eixo de integração regional com Ubaitaba e outro com Uruçuca, ambos remanescentes do apogeu do cacau (CONDER, 2006).

A área urbana central se iniciou com a construção da Igreja São Miguel e a Casa dos Jesuítas, monumentos remanescentes do período colonial que datam do século XVIII e tornaram-

se as edificações mais importantes da cidade. Em meados do século XIX, com o intenso desenvolvimento econômico da região ligado ao ciclo do cacau, época do “ouro negro”, Itacaré era um importante porto de escoamento do sul da Bahia. Datam dessa época as construções de grandes casarios, período no qual a cidade era considerada muito próspera. Segundo Meliani (2006), a demanda estrangeira pela amêndoa foi responsável pela produção do espaço geográfico no município, orientando o uso da terra e dinamizando a economia local.

Na região portuária, portentosas construções estampavam a riqueza de seus proprietários, mas no término de 1920, essa abundância começou a se esvaír, quando o porto da Barra do Rio de Contas perde parte de sua importância regional para o escoamento da produção cacauzeira. Fato que ocorreu essencialmente devido à construção do porto de Ilhéus (entre 1920 e 1926) e a extensão ferroviária que conectou os povoados desta área ao novo porto, mais central para a região sul, conforme estudos de Couto (2007; 2011).

Sua relevância portuária regional se manteve, ainda conforme Couto (2011), já que continuou a escoar a produção municipal e a embarcar os passageiros que rumavam para Salvador, até o final da década de 1960, quando então foi definitivamente desativado em decorrência do assoreamento crescente do Rio de Contas. Há um elevado nível de assoreamento na sua área de foz, onde a carga sedimentar trazida pelo rio em função das baixas velocidades do fluxo e remanso das marés vem se depositando, proporcionando o surgimento de extensos bancos de areia e recobrimento da área de manguezal (SRH, 1993).

Ainda na metade do século XX, Itacaré começou a perder sua importância regional, tanto em função das condições naturais de seu porto, de baixo calado, quanto pelas melhorias implementadas no porto de Ilhéus, afirma Vinhaes (2001). Devido ao redirecionamento dos fluxos econômicos que passam a ocorrer fora da sede de Itacaré, é inaugurada em seu trecho urbano no ano de 1961 a denominada Ladeira Grande, principal ligação viária para outros municípios vizinhos. Mas a mancha urbana permaneceu inalterada até a década de 1970, com pequenas extensões do arruamento existente e a construção da Orla Central (Figura 3.2), que qualificaria a extensão do belo estuário do Rio de Contas, aonde vieram se instalar suas edificações mais valorizadas (SILVA *et al.*, 2007).



Figura 3.2 - Vista da Orla Central de Itacaré (MATIAS, 2010).

Com a crise cacauera desencadeada na década de 1980 e a perda de sua importância portuária, Itacaré viveu um isolamento regional. Couto (2011) enfatiza o relativo isolamento no qual foram encerrados seus habitantes, uma vez habituados à circulação costeira permitida pela navegação, passando a enfrentar sérias dificuldades de circulação devido a seus frágeis caminhos terrestres. A redução significativa da população rural no final do século XX é notável em todos os municípios da região do Litoral Sul, o que revela um grande êxodo rural nesse período (CONDER, 2006). É possível, evidentemente, que o êxodo rural como resultado da crise cacauera tenha contribuído com a expansão urbana de Itacaré, assim como também é possível que tenha tomado rumos distintos, já que era diminuta a capacidade da sede de expandir as ofertas de emprego e manter os contingentes migratórios.

Apesar da relativa proximidade com Ilhéus, Itacaré estava geograficamente “afastada” até o final do século XX, resultante da dificuldade de acesso por estradas não pavimentadas em um meio natural sinuoso e de alta pluviosidade. Tais condições foram responsáveis, em parte, pela conservação das paisagens naturais, principais atrativos turísticos atuais. O que justifica a forte

aptidão para as atividades de recreação e lazer, despontando na preferência de turistas que visitam o sul do estado e atraindo investimentos no setor turístico em crescente desenvolvimento. A perspectiva de desenvolvimento econômico pronunciada tem aumentado a atratividade local, o que passou a refletir nos índices demográficos.

O Censo 2000 já apontava um declínio da população rural como possível consequência da transição da sede municipal para polo turístico e de fluxos migratórios, propiciada pela implantação da BA-001 em 1998. É importante considerar que a própria instalação de grandes obras de engenharia como a construção de estradas, requer um elevado contingente de mão de obra que tende a se estabelecer no local, mesmo após a conclusão das obras, principalmente quando se trata da produção de um espaço turístico.

Dados comparativos (IBGE, 2010) revelam que a transformação em transição refletiu nos índices demográficos da localidade. A parcela urbana praticamente dobrou nos últimos dez anos e representa atualmente a maior fração do total de 24.318 habitantes, vide dados na Tabela 3.1.

Tabela 3.1 - Evolução da população urbana de Itacaré, BA (1970-2010).

Década	Pop. Urbana (hab.)	% Pop. Urbana	Pop. Rural (hab.)	% Pop. Rural	Pop. Total (hab.)
1970	2.656	18,83	11.448	81,17	14.104
1980	3.005	22,75	10.202	77,25	13.207
1990	4.275	23,19	14.156	76,81	18.431
2000	7.951	43,88	10.169	56,12	18.120
2010	13.642	56,09	10.676	43,91	24.318

Fonte: IBGE (2010). Org.: Ferreira (2011)

A atividade turística surgiu em Itacaré como uma salutar solução diante da crise cacauieira, visto que, como afirma Moech (2002), o turismo é uma atividade econômica promissora e de múltiplos enfoques, associada intrinsecamente a muitos outros setores da economia, de forma direta ou indireta, tais como transportes (aéreo, rodoviário, marítimo e fluvial), comércio (*souvenirs*) e serviços (hotelaria, bares, restaurantes, casas noturnas, agências e operadoras turísticas etc.).

Para Oliveira e Herrmann (2009), a capacidade de gerar renda a partir do turismo não deve ser considerada potencialmente sem se dotar o sítio urbano de infraestrutura que viabilize o desenvolvimento planejado e sustentável da atividade turística. Assim, parte da região nordeste e do espaço territorial baiano vem se redefinindo com base nessas perspectivas, já que se destaca em seus aspectos naturais e históricos, além das festas populares (BAHIATURSA, 2011). Muitas das ações fomentadoras desenvolvidas pelo governo baiano têm se apoiado em pesquisas que procuram caracterizar o perfil da demanda turística dos municípios costeiros analisados pela BAHIATURSA e com contribuição de trabalhos realizados pelas universidades locais, como a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

A conclusão da Estrada Parque em 1998 configurou-se como um expressivo vetor de desenvolvimento regional e, desde então, verifica-se um crescente fluxo de turistas. Segundo estudo de Oliveira (2008), o município de Itacaré chega a receber na alta estação o impressionante número de 170 mil visitantes, uma quantidade quase 7 vezes maior que sua população. Tais dados são ainda mais expressivos quando comparados aos números da Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (SETUR, 2008), que apontam a Costa do Cacau em sétima colocação na participação das Zonas Turísticas baianas, com aproximadamente 324.500 visitantes, o equivalente a 3,8% do total. A Baía de Todos os Santos (incluindo Salvador) lidera o ranking com 35% de todo o fluxo receptor do estado, seguida pela Costa do Descobrimento, principalmente Porto Seguro, representada por 11%.

É oportuno destacar a inauguração em outubro de 2009 do novo trecho de 48 km da BA-001, unindo a Costa do Dendê com a Costa do Cacau. A obra foi executada pelo Departamento de Infraestrutura e Transporte do Estado da Bahia (DERBA), com recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério do Turismo e Governo do Estado da Bahia. A ampliação da rodovia interliga Itacaré a Camamu e reduz um percurso de mais de 3 horas para aproximadamente 40 minutos, viabilizando o turismo de massa, atraindo muitas caravanas e o turista do tipo *day use*, provenientes de pequenas cidades do interior baiano como Tapuia, Tremembé e Ibirapitanga.

A paisagem da pequena cidade de Itacaré vem passando por uma intensa transição funcional com a abertura de novos caminhos, pavimentações, edificações, infraestrutura turística

e conseqüente expansão urbana. Suas características se evidenciam numa combinação de atividades residenciais, administrativas, comerciais e, cada vez mais, de serviços (MELIANI, 2006). A inserção turística no município parece estar promovendo uma reorganização do espaço urbano pautada na expansão desordenada e na degradação socioambiental.

O setor secundário é pouco significativo no município, com um pouco mais de cinquenta pequenas indústrias identificadas. A maioria são padarias e, as restantes, pequenas indústrias caseiras, nas quais se destacam as produções de móveis, escovas, esquadrias, sabão, laticínios, azeite de dendê e da farinha de mandioca. Esta tem seu processamento realizado geralmente em propriedades agrícolas de pequeno porte, através das rústicas casas de farinha, utilizando-se a matéria-prima das próprias propriedades onde estão instaladas, algumas vezes absorvendo a produção de outras propriedades (CONDER, 2006).

No setor primário, a pesca artesanal ainda é uma intensa atividade econômica em Itacaré, assim como em outras áreas da Bahia, destinada à subsistência e fonte exclusiva ou complementação de renda dos pescadores locais. Segundo Burda *et al.* (2007), atualmente a atividade vem sofrendo alguns conflitos, sendo o mais significativo a competição com barcos externos à comunidade, procedentes de outros municípios como Ilhéus e Porto Seguro, e de outros estados como Sergipe e Espírito Santo.

Numa tentativa de minimizar e conter a exploração não sustentável dos recursos pesqueiros há, desde 1999, a tentativa de criar uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX) em Itacaré. A proposta resultou de uma mobilização da comunidade pesqueira local, contra a concorrência com embarcações de grande porte, a pesca predatória e o crescimento da atividade turística e da especulação imobiliária. Mas a situação continua indefinida até o momento, diante de impasses envolvendo a Marinha, o Ministério do Meio Ambiente e a Petrobrás, em função da liberação de área originalmente proposta para a RESEX Marinha de Itacaré, que estaria inserida no Bloco Exploratório BM-CAL-6. Nos termos da Lei n.º 9478/97, que prevê a devolução dos blocos, poderia ser devolvida até 50% da área em questão (BURDA, 2007).

A pesca na região é dividida em dois tipos: a praticada no mar e proximidades das praias e a exclusivamente estuarino-lagunar. O instrumental usado geralmente é bem simples, muitas

vezes produzido pelos próprios pescadores, como relata Costa (2006). As entidades que organizam as atividades dos pescadores das comunidades urbanas de Itacaré são: Colônia de Pescadores Z-18, Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Itacaré (ASPERI) e a Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Porto de Trás, conforme estudos de Alarcon e Schiavetti (2005), além das comunidades pesqueiras como Banca do Peixe, Forte, Porto de Trás e Passagem.

Na zona rural, próxima da sede, encontram-se pescadores das comunidades de Piracanga, Itacarezinho, Campo Seco e Taboquinhas. Nessas áreas, a rede hidrográfica encontra-se melhor preservada, mas já se verifica um aumento da densidade de barramentos e introdução de espécies exógenas, geralmente feitas por fazendeiros e sitiantes, para suprir o crescente mercado turístico (PRUA, 2003). Segundo estudos de Burda (2007), as atividades relacionadas à pesca e ao turismo sustentam a economia dos pescadores de Itacaré, que, em sua maioria, possuem mais de uma profissão e realizam “bicos”, principalmente nos períodos de temporada. O município concentrava, na década de 1980, mais de 70% de sua população rural sobrevivendo da produção de cacau, da agricultura de subsistência e da pesca (PRUA, 2003; SEI, 2010). Em Itacaré, os pescadores realizam pesca artesanal com embarcações de pequeno porte e artes de pesca variadas (ALARCON; SCHIAVETTI, 2005).

Outra atividade realizada no município é o extrativismo vegetal que ocorre, de forma mais expressiva, na parte oeste e sudoeste da bacia do Jeribucassu, com extração de madeira dos remanescentes da floresta tropical atlântica. Geralmente para atender a produção de móveis e construção civil, beneficiada em tábuas dentro da própria floresta, facilitando o transporte realizado por animais de carga.

De acordo com Meliani (2003), a maior demanda para atividade extrativista mineral vem da construção civil. Ocorre a extração de areia das formações de natureza sedimentar, principalmente, nas bacias dos rios Jeribucassu e Burundanga. Segundo a CONDER (2006), quanto ao potencial mineralógico, destaca-se a existência de manganês, diversas pedreiras e rochas ornamentais.

No que diz respeito à criação de animais, trata-se de atividade pouco difundida, representada pela criação ovina, bovina e equina, voltada basicamente para subsistência e transporte de carga e de pessoas (MELIANI, 2003). Inexistem no município propriedades voltadas especificamente para a pecuária, sendo trabalhada em grande parte nas fazendas de cacau, com áreas de pasto com solo de baixa fertilidade (CONDER, 2006).

3.3. Caracterização da área de estudo: área urbanizada de Itacaré

A sede do município localiza-se junto à foz do Rio de Contas e encontra-se a uma distância de 65 km ao norte de Ilhéus, via BA-001. A área urbanizada ocupa 1,44 km² e está posicionada geograficamente entre os paralelos 14°16'00" e 14°17'30" Sul e meridianos 38°59'00" e 39°00'15" Oeste Gr (Figura 3.3).

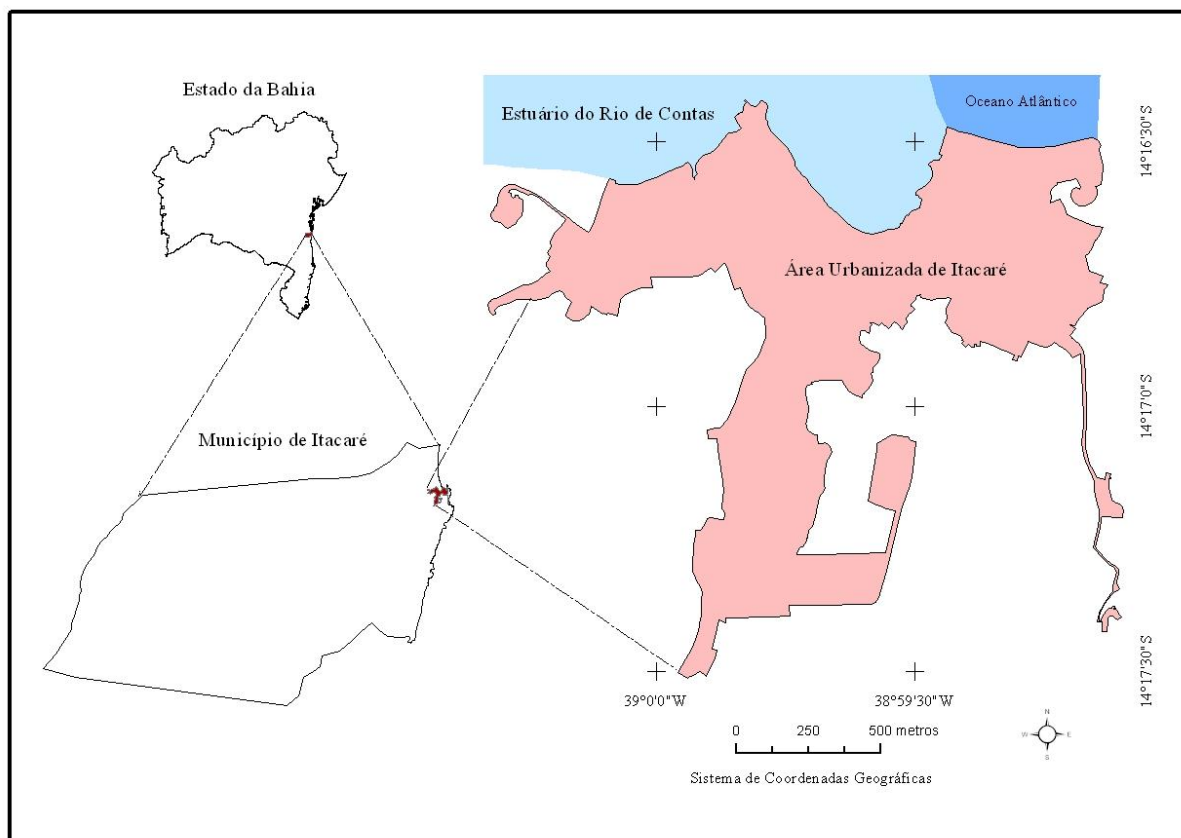


Figura 3.3 - Mapa de localização da área de estudo. Org.: Ferreira; Matias (2011).

As condições geomorfológicas do sítio urbano, associadas às expressivas mudanças no uso e ocupação da terra e às projeções referentes ao crescimento demográfico, juntamente com as informações contidas no Plano Diretor (CONDER, 2006), serviram como fundamento para definição da área de estudo, tomando como parâmetro a delimitação da área urbanizada. O principal vetor de expansão ao longo da rodovia Ilhéus - Itacaré foi considerado referência para a delimitação proposta, tendo como limites a mesma área definida na regulamentação da APA de Itacaré - Serra Grande para o Plano de Referência Urbanística Ambiental de Itacaré (PRUA, 2003).

A delimitação da área urbanizada se inscreve na estrutura das diretrizes do modelo de desenvolvimento espacial da urbe e atenderia, segundo o Plano Diretor proposto (CONDER, 2006), a demanda para os próximos 20 anos em novas áreas para uso e ocupação residencial, comercial e serviços, de acordo com a racionalização do crescimento urbano e maximização da implantação e manutenção da infraestrutura urbana.

A estrutura urbana da cidade possui duas fases distintas, a primeira relacionada ao seu surgimento, caracterizada por um baixo crescimento vegetativo e até mesmo uma fase de estagnação, onde a zona central se mostrava relativamente organizada (CONDER, 2006), com a topografia natural condicionando sua ocupação em suave declive em direção ao estuário do Rio de Contas. Consoante Gomes *et al.* (2008), as cotas hipsométricas de até 5 metros representam grande parte do núcleo central original da cidade, nas proximidades da foz do referido rio.

Para melhor entendimento da área de estudo, realiza-se a descrição dos principais bairros contidos na área urbanizada de Itacaré, acompanhadas de fotografias registradas em campo:

- Centro: área que possui melhor padrão de infraestrutura, reunindo uma oferta de equipamentos urbanos, socioculturais e disponibilidade de serviços. Núcleo das moradias da tradicional classe média local, passa por modificações no seu tecido original a partir dos anos 1990, em que muitos casarões foram convertidos em pousadas e casas mais modernas (Figura 3.4).
- Loteamento Conchas do Mar (Etapas I, II e III): localizado a leste do núcleo central, em área subjacente à praia da Concha (Figura 3.5) em toda a sua extensão, teve implantação na década de 1980 como alternativa de moradia para as classes de maior poder aquisitivo. Uma das principais

áreas de expansão urbana da cidade, entretanto, cujo público em sua maioria, procede de outros estados do país, além de outros países, geralmente antigos veranistas que se tornaram proprietários de pousadas de luxo (Figura 3.6).



Figura 3.4 - Casa no centro de Itacaré (MATIAS, 2009).



Figura 3.5 - Praia da Concha (MATIAS, 2010).



Figura 2.6 - Pousada de luxo no Bairro Conchas do Mar (MATIAS, 2010).

- Pituba: com a abertura de acesso às praias do Resende, Tiririca, da Costa e da Ribeira, localizadas a sudeste da área central original, o então denominado “Caminho das Praias” torna-se a Rua da Pituba, no final da década de 1980 (SILVA *et al.*, 2007). A Pituba é um bairro peculiar caracterizado como uma espécie de corredor turístico, por ser a principal via de acesso às praias (de carro ou a pé) e uma referência para os turistas, já que oferece uma infraestrutura de comércio e serviços bastante diversificada. Merece ser equacionada quanto à situação fundiária, uma vez que sofre contínua pressão imobiliária, justamente por tais motivos. O colorido bairro é resultado de uma negociação entre os posseiros das Conchas e o proprietário, surgindo como um loteamento viabilizado pela prefeitura (CONDER, 2006) – Figura 3.7.

Antigos moradores da área do Loteamento Conchas do Mar I, considerados invasores, foram deslocados para a Pituba (SILVA *et al.*, 2007). O bairro possui atualmente duas ruas adjacentes denominadas Pituba II e Pituba III, cujo padrão residencial médio é inferior e se distingue da principal, conforme se pode observar nas figuras 3.8 e 3.9, respectivamente.



Figura 3.7 - Rua da Pituba I no centro de Itacaré (MATIAS, 2010).



Figura 3.8 - Rua da Pituba II (MATIAS, 2010).



Figura 3.9 - Vista da Pituba III (MATIAS, 2010).

- Bairro São Miguel: bairro vizinho da Pituba e conhecido como “Alagados”, numa referência à sua área alagadiça e de perceptível umidade influente nas casas, por sofrer inundações mesmo com chuvas de baixa intensidade, além da presença constante de lama nas ruas (Figura 3.10).

- Bairro da Passagem: formou-se entre as décadas de 1980 e 1990, em um local de isolamento para doentes de varíola (conhecida no local como “bexiga”) e considerado um dos principais vetores de expansão urbana (SILVA *et al.*, 2007). O bairro, localizado a oeste do centro, fora habitado inicialmente pelos nativos de Itacaré e serve atualmente como alternativa para os segmentos menos favorecidos economicamente (Figura 3.11), enquanto outra parte da população nativa procura se abrigar, numa tentativa de preservar a identidade e cultura local.

O bairro está situado próximo ao centro da sede e apresenta ocupação com relativa ordenação do sistema viário em paralelos. Embora a ocupação predominante ainda seja residencial, algumas pousadas de nível médio inferior começam a ser implantadas com o crescimento da cidade (Figura 3.12).



Figura 3.10 - Bairro São Miguel (Alagados) (MATIAS, 2010).



Figura 3.11 - Bairro da Passagem (FERREIRA, 2010).



Figura 3.12 - Rua situada no Bairro da Passagem (MATIAS, 2010).

- Porto de Trás e Marimbondo: são bairros populares, antigos e tradicionais, com áreas contíguas ao centro da cidade. Praticamente ocupado por nativos, o Porto de Trás (Figura 3.13) preserva intensamente a cultura local. Situado às margens do Rio de Contas, atrás do morro do cemitério, teve sua origem numa estreita relação de parentesco proveniente de grupos originados no antigo quilombo do Oitizeiro, segundo Reis (2005). As habitações são humildes, maioria sem saneamento básico. A Associação de Moradores em parceria com a ONG alemã “ImaginAção” realizou a implantação de esgotamento do tipo condominial no local, beneficiando mais de 100 casas, segundo a CONDER (2006).

O Marimbondo originou-se num aglomerado de casas de taipa, construídas por ribeirinhos de mesma proveniência, que segundo Couto (2011), desceram o rio para comercializar a produção de suas roças nas docas do porto de escoamento do cacau. Há uma complementaridade entre as duas áreas, embora após a construção da estrada, apenas o Porto de Trás tenha mantido

suas configurações originais, preservando-se espacialmente da heterogeneidade sociocultural engendrada pelo turismo.



Figura 3.13 - Vista do Bairro do Porto de Trás (MATIAS, 2010).

- Bairro Santo Antônio (Rua da Linha e Santo Antônio): inicialmente era apenas uma rua, conhecida como “Rua da Linha”, em função da presença de rede de telégrafo (CONDER, 2006). Seu entorno foi definido pela prefeitura como área de expansão e o bairro foi ocupado desordenadamente através de ocupações, principalmente com a implantação da rodoviária de Itacaré, em 1994, nas proximidades. Houve desse modo uma valorização da área em função da constituição de um novo espaço funcional. Ademais, com a conclusão das obras de pavimentação da BA-001 em 1998, muitos trabalhadores vindos de outras cidades se instalaram no novo local, consolidando o Bairro Santo Antônio, também conhecido como “Bairro Novo”, por ter um pouco mais de dez anos. A Figura 3.14 permite uma noção de sua extensa dimensão.

Segundo pesquisadores do Censo 2010, durante conversas informais, a estimativa é que o bairro do Santo Antônio (Bairro Novo) concentre atualmente metade da população urbana de Itacaré. Em função da excelente localização e vista na parte superior, tem se destacado no que diz respeito à valorização das terras ocupadas nesta área. Estima-se que a implantação do sistema de energia elétrica e abertura do sistema viário em 2005 justificam a atual substituição de tipologia por que vem passando em alguns pontos.



Figura 3.14 - Vista do Bairro Santo Antônio (Bairro Novo) na entrada de Itacaré (MATIAS, 2010).

Localizada em uma pequena ruela adjacente à rodoviária está a Portelinha, uma favela que existe há menos de cinco anos (Figura 3.15), cujo nome faz referência a uma favela fictícia exibida numa novela de TV. Vários elementos apontam para uma espécie de aglomeração entre a Rua da Linha, o Bairro do Santo Antônio (Bairro Novo) e a Portelinha



Figura 3.15 - Favela da Portelinha (MATIAS, 2009).

A estratégia de ocupação é recorrente e evidencia o severo problema concernente à ausência de áreas de expansão urbana, principalmente no que diz respeito a lotes populares, estes geralmente são os de maior risco e menor valor venal. Segundo a CONDER (2006), muitas ocupações também ocorrem em propriedades particulares vulneráveis, pela ausência dos proprietários (residentes fora da cidade) ou áreas de domínio público. Bairros como Porto de Trás, Marimbondo, Baixa da Gia (contíguo ao Porto de Trás) e o bairro da Passagem “incharam” rapidamente desde 1998, avançando sobre o manguezal, praticamente comprometido pelo aterramento e/ou poluição por dejetos domésticos e resíduos sólidos. Há muitas ocupações irregulares, principalmente nas Áreas de Proteção Permanente (APP), como se pode observar na Figura 3.16, que retrata a localidade de Nova Brasília, “bairro” contíguo ao bairro da Passagem e desprovido de qualquer infraestrutura.



Figura 3.16 - Ocupação de APP (Nova Brasília) em Itacaré (MATIAS, 2010).

O sistema viário da cidade tem a BA-001 como o eixo rodoviário de maior importância e acessibilidade, além de constituir o principal vetor de crescimento de expansão urbana. Exerce a ligação entre Itacaré e Ilhéus, responsável significativamente pelo crescimento da cidade, assim como novos fluxos de serviços e acesso aos principais destinos turísticos. Cabe ressaltar que faz cerca de um ano a estrada foi prolongada até Camamu, constituindo a Via Turística Costeira, interligando todo o litoral baiano.

O prolongamento da BA-001 na área urbana propriamente dita, denominada como Ladeira Grande apresenta 15 m de largura (CONDER, 2006), compreendendo o principal acesso da cidade, nas imediações do Terminal Rodoviário construído em 1994. Como tangencia o Bairro do Santo Antônio (também localizado na entrada da cidade), a ocupação na margem da referida pista está comprometendo a estabilidade do talude de contenção da mesma, representando perigo para motoristas e pedestres. Desde o trevo (rótula) da Marambaia, o trecho da rodovia possui pavimentação em asfalto, ciclovia e é provido de sinalização gráfica de tráfego em excelente estado. Embora em relação à ciclovia, não existam barreiras físicas em todo o trecho, permitindo

que os carros possam invadi-la com facilidade. Tratando-se de um trecho em declive, a ausência das barreiras já comprometeu a segurança dos diferentes fluxos de usuários, como ciclistas, pedestres e animais, principalmente durante à noite. Em função de acidentes, lombadas foram estabelecidas em alguns trechos da Ladeira Grande, próximos à sede, em 2008.

No centro histórico tradicional, nas vias de acesso aos bairros da Pituba I e II (caminho das praias), Passagem e Ladeira Grande possuem pavimentação em paralelepípedo, estando alguns trechos bastante danificados, com passeios em sua maioria, apresentando estado de conservação relativamente em boas condições. No entanto, muitos acessos locais no interior dos bairros não possuem nenhum tipo de pavimentação. As vias internas são predominantemente planas, nas áreas norte, central, oeste e leste, em sua maioria com tráfego em duplo sentido. Embora já exista sinalização concernente à regulamentação, orientação e advertência, a malha urbana encontra-se congestionada, principalmente em períodos de maior fluxo como temporadas e feriados. Como sua estrutura pouco planejada de hierarquização se apresenta espontaneamente, ainda é insuficiente para evitar conflitos generalizados entre pedestres e veículos, ao misturar funções cotidianas de moradia, comércio e serviços aos interesses turísticos.

Segundo a CONDER (2006), qualquer programa para pavimentação de vias na cidade, deve estar condicionado às soluções concernentes à macrodrenagem e esgotamento sanitário. É notória a grande incidência de córregos a céu aberto, utilizados como coletores de esgoto doméstico. O abastecimento de água na sede do município é feito pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), implantado em 1978. A água é captada ordinariamente do Riacho Ribeira Grande através de tomada direta em uma barragem de nível e em casos de maior demanda, do Rio Jeribucassu. O tratamento é realizado através de uma Estação de Tratamento de Água (ETA), com decantação, filtração e desinfecção. A partir desta, a água é conduzida para quatro reservatórios que alimentam a rede de distribuição. O sistema é constituído por uma linha Tronco e dois anéis. O anel 1 atende às áreas da Concha, São Miguel, Pituba, enquanto o anel 2 atende à área central, Porto de Trás e Passagem (incluindo Nova Brasília e Baixa da Gia).

Localizada próxima ao bairro da Passagem está a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), projeto da EMBASA recentemente implantado, adotando lagoas de estabilização como mecanismo de tratamento (CONDER, 2006), podendo vir a se tornar um obstáculo no processo

de ocupação irregular verificado na área. Com o crescimento desordenado, o esgotamento sanitário de muitas edificações da área central foi clandestinamente canalizado para o sistema de drenagem existente, causando sobrecarga e poluição, sobretudo na área central.

O sistema elétrico estadual que atende o município de Itacaré origina-se na Estação Rebaixadora do Funil, fazendo o percurso Itabuna - Aurelino Leal – Itacaré, por duas linhas de distribuição. A primeira delas vindo diretamente de Aurelino Leal até a subestação localizada na Ladeira Grande, atendendo toda a área urbana e parte da área rural do vetor de Taboquinhas. O índice de atendimento do município ultrapassa 50%, incluindo principalmente a sede municipal (CONDER, 2006; COELBA 2010).

Pode-se observar que as praças e áreas verdes estão localizadas próximas ao centro histórico, na Avenida Castro Alves e Orla Central. Entre as instituições públicas destacam-se a Prefeitura Municipal e o Fórum, localizados no Centro, onde estão concentrados os serviços ligados ao judiciário, como Juizado de menores (funcionando com um promotor e um juiz), Cartórios de Registro de Imóveis e emissão de documentos (certidão de nascimento, casamento etc.), vide o Mapa de Infraestrutura Urbana na Figura 3.17.

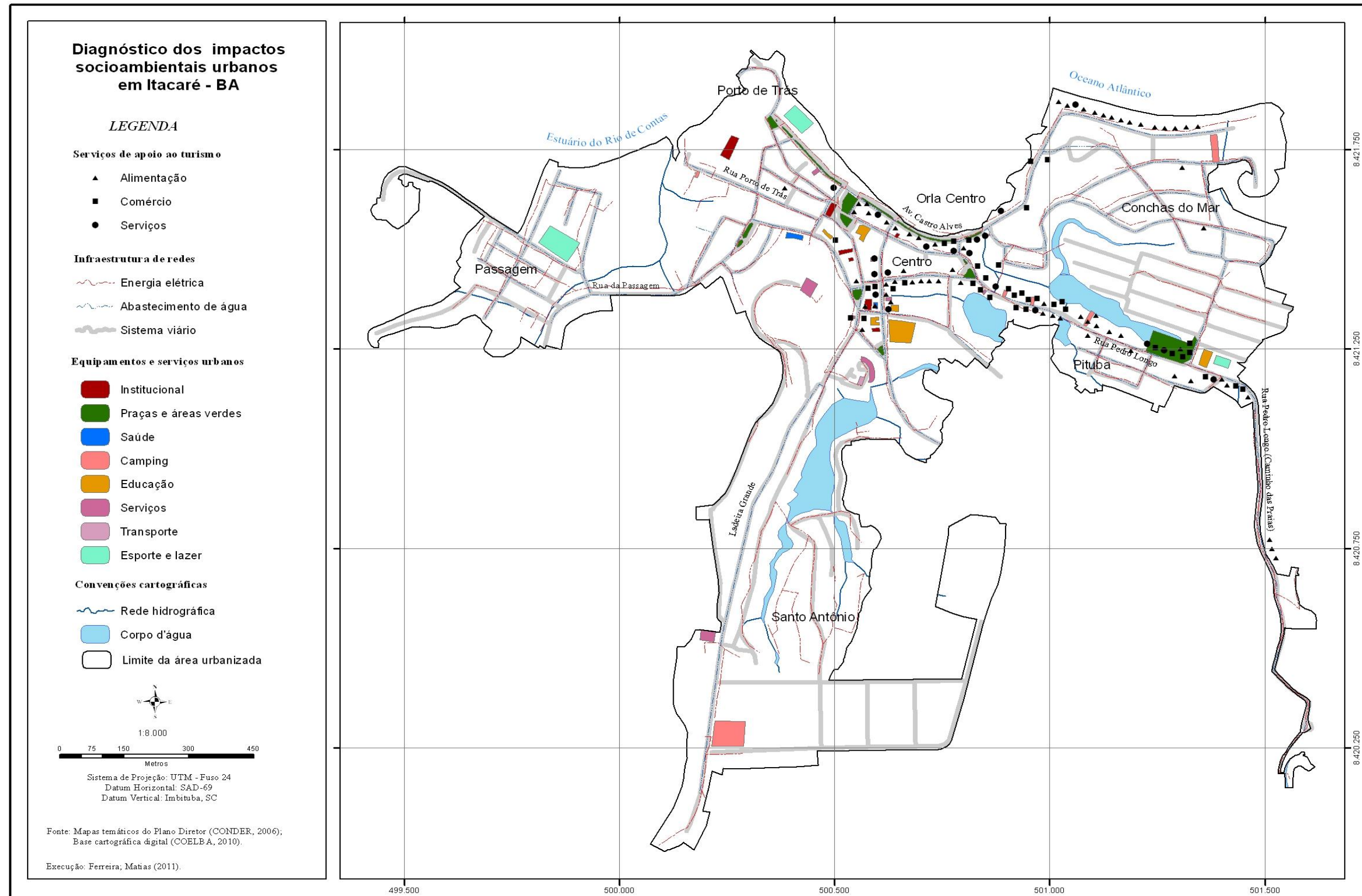


Figura 3.17 - Mapa de Infraestrutura Urbana, Org.: Ferreira; Matias (2011).

Quanto à infraestrutura básica da saúde, a área urbanizada de Itacaré possui um único hospital que oferece serviços de clínica geral, pediatria e atendimento ambulatorial. De acordo com a CONDER (2006), estabelece uma relação número de leitos/habitante de 0,0016, muito abaixo do considerado satisfatório pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Existem duas clínicas particulares e dois postos de saúde na sede, atendendo clínica geral, ginecologia e ortopedia. Os programas de vacinação de base são realizados pela Prefeitura Municipal, a partir de campanhas nacionais e atendimento regular nos postos. As condições físicas dos prédios são precárias, com carência de equipamentos e materiais adequados.

A educação em Itacaré conta com apenas dois estabelecimentos da Rede Estadual de ensino, responsável pela única escola pública de segundo grau no município, situada na sede, as outras são municipais e se encontram na área central. Há carência de equipamentos, material didático, com muitas escolas funcionando em prédios improvisados. A maior concentração de vagas encontra-se na zona urbana, segundo a Secretaria Municipal de Educação, concentrando mais de 65% dos alunos matriculados (CONDER, 2006).

A zona comercial desenvolve-se sobre o eixo central (Ruas Joaquim Vieira, Everaldo Lopes, João Souza), além da área do Terminal Rodoviário. Os estabelecimentos, em sua maioria, fazem suprimento às necessidades cotidianas dos moradores como padarias, mercados, farmácias, papelarias, lanchonetes, quitandas, armarinhos, lojas de calçados e confecções, além de pequenos bares e restaurantes. Há uma baixa oferta de produtos industrializados, como móveis e eletrodomésticos na cidade, comprados em sua maioria em Ilhéus e Itabuna. O comércio varejista local é abastecido por comerciantes atacadistas do mesmo eixo, além de outras cidades localizadas em outros estados (CONDER, 2006). Possui uma feira livre que atrai vendedores e ambulantes de outros municípios vizinhos, como Ubaitaba, Aurelino Leal e Ubatã, que era localizada até 2007 ao redor do Terminal Rodoviário, quando foi transferida para a Rua do Campo. Itacaré possui serviços bancários (Banco do Brasil, um banco Portal do Bradesco e uma lotérica que presta serviços da Caixa Econômica Federal), todos localizados na área central. O movimento financeiro é reduzido, com um giro médio semanal que não ultrapassa R\$ 80.000,00 entre as transações realizadas pelo município, população local e turística, de acordo com dados da CONDER (2006).

O setor de comunicações conta com uma agência de atendimento da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), localizada no Centro. Há uma repetidora de televisão aberta, que transmite programações da TV Santa Cruz (afiliada local da TV Globo), SBT e BAND. O acesso à internet está disponível nas *lan houses* e nos serviços de apoio ao turismo (pousadas, resorts, cafés etc.). A telefonia fixa conta com atendimento da TELEMAR, através de duas centrais digitais, abrangendo praticamente toda a área urbanizada. De acordo com a proposta do Plano Diretor 2006, o sistema não apresenta problemas de oferta, atualmente dimensionado para atender as dinâmicas previstas de expansão urbana e turística, além de receber sinal de todas as operadoras de celular (Oi, Tim, Vivo e Claro), com antenas localizadas no Morro da Telebahia, no Centro da cidade.

Identificado em área institucional no mapa, está localizado no morro de mesmo nome, o cemitério de Itacaré, em um local de difícil acesso e carente de todo tipo de infraestrutura. De acordo com a CONDER (2006), o mesmo é administrado pela Prefeitura Municipal e não possui registros sobre cadastros de sepulturas e gavetas. Possui uma área de apenas 1.265 m², com capacidade para 66 sepulturas dispostas verticalmente em forma de gavetas e 58 sepulturas dispostas horizontalmente sobre o solo, totalizando 124 sepulturas. Conforme a Seção de Tributos da Prefeitura Municipal, é cobrada uma taxa de R\$ 83,50 pela concessão de uso das gavetas pelo período de cinco anos, mas não há controle sobre esse processo. Não atende às necessidades da cidade, que o utiliza com essa exígua capacidade desde o seu surgimento, no século XVIII.

Nas proximidades estão as praças Dois de Julho e São Miguel, onde são realizados eventos cívicos, artísticos e religiosos. A cidade não possui biblioteca pública, casa de teatro ou cinema. Existe desde 2008 um espaço cultural alternativo, o Cinema Cultural de Itacaré, que é dedicado a projetos sociais e culturais, onde acontecem exposições de alguns filmes em DVD e shows culturais locais (capoeira, samba de roda, maculelê, teatros e oficinas). Há aproximadamente três anos, uma empresa internacional do ramo turístico financiou a construção do Centro Cultural do Porto de Trás, consolidando, segundo Couto (2011), um espaço anteriormente criado pelos jovens da “Tribo do Porto”, um grupo formado por jovens capoeiristas da área.

Merece destaque neste aspecto a Associação Casa do Boneco, fundada por Jorge Rasta, caracterizada por um movimento social que atende crianças e adolescentes nativos socialmente marginalizados, desenvolvendo atividades educacionais, profissionalizantes, culturais (capoeira, puxada de rede, maculelê etc.) e de conscientização política. A sua estrutura permite que haja apresentação cultural de influência afro-indígena, permitindo aos turistas conhecer a realidade local de característica singular e oferecendo um produto turístico cultural (GÂNDARA *et al.*, 2010). As apresentações acontecem geralmente na sede própria do grupo, que se encontra na entrada da praia da Concha, onde também se realizam eventos relacionados às escolas públicas locais, como a Conferência Local sobre Meio Ambiente (Projeto vinculado ao Ministério da Educação).

Quanto à infraestrutura de transportes, Itacaré possui um terminal rodoviário localizado na Rua Joaquim Vieira, vizinho à Ladeira Grande. Conta com quatro decks para embarque e desembarque, quatro guichês de atendimento (empresas Rota Transportes e Águia Branca, que prestam atendimento intermunicipal), uma lanchonete e dois banheiros. Há certa urgência no que diz respeito à reforma de suas instalações, solucionando a contínua presença de água empoçada, esgoto e lixo. Não há sistema de transporte urbano dentro da sede, onde as pessoas circulam de carro, bicicleta ou a pé. A oferta de transportes se resume ao serviço de táxi, moto-táxi e transportes vinculados aos serviços turísticos (micro-ônibus, kombi, vans, veículos tipo 4x4).

O transporte hidroviário é constituído pelo atracadouro localizado na foz do Rio de Contas, para navegação de cabotagem. Segundo a CONDER (2006) é utilizado por embarcações de pesca e apoio náutico a barcos de passeio e travessia para o norte, área do Pontal. Funciona em condições operacionais precárias, sem escadas de acesso e infraestrutura de segurança. A única opção de transporte aéreo da cidade é representada por uma pista de pouso de aproximadamente 600 m de comprimento por 23 de largura, localizada em meio a loteamentos particulares cuja propriedade encontra-se sob litígio.

As atividades ligadas ao esporte e lazer estão relacionadas principalmente aos recursos paisagísticos associados à atividade turística. Merecem destaque as belas praias urbanas em conchas, como as praias do Resende, da Tiririca, da Costa e da Ribeira, todas com considerável grau de preservação. São peculiares pela proximidade com a mata atlântica e pela presença de

mananciais de água doce propícios para banho. A prática do surf se destaca no aspecto turístico, em função da altura e constância das ondas durante todo o ano, sendo algumas praias, especialmente a praia da Tiririca (localizada a apenas 1 km da cidade) sede de diversos campeonatos e referência internacional para a prática do esporte (Figura 3.18).



Figura 3.18 - Praia da Tiririca (FERREIRA, 2010).

Itacaré também possui um considerável patrimônio paisagístico e cultural, já que surge a partir de um aldeamento indígena, onde os jesuítas ergueram uma capela sob invocação de São Miguel, dando origem à povoação de São Miguel da Barra do Rio de Contas, durante período da colonização, em cujo local da antiga capela foi construída a Igreja Matriz de São Miguel Arcanjo (IBGE, 2010). A Igreja e a Casa dos Padres são os monumentos mais antigos e representativos da história e da cultura do município, local onde acontecem as principais festas religiosas. Ambas estão localizadas na Praça São Miguel, área institucional no mapa da Figura 3.17, em uma pequena elevação frente ao Rio de Contas. A Igreja de São Miguel (Figura 3.19), como a Casa

dos Padres, hoje são tombadas (tombamento provisório, decreto de 27/08/08) pelo Instituto do Patrimônio Ambiental e Cultural da Bahia (IPAC, 2010).



Figura 3.19 – Fachada frontal da Igreja de São Miguel (MATIAS, 2009).

Existem outras edificações na cidade características do século XIX e início do século XX que representam importante acervo paisagístico e urbano em seu conjunto. Destacam-se como zonas de interesse paisagístico o Atracadouro na área do Porto de Trás (local histórico, por ter sido o antigo porto de escoamento do cacau), a Ponta do Xaréu (local simbólico onde se realizam rodas de capoeira e danças típicas, com mirada estratégica frontal para a cidade, vista do mar e um belo pôr-do-sol) e o Farol, localizado na praia da Concha, com singular posição, avançando sobre o mar e sítio circundante (Figura 3.20).



Figura 3.20 – Vista do Farol de Itacaré (MATIAS, 2010).

Observa-se no mapa da Figura 3.17 que os serviços de apoio ao turismo predominam na área leste. A rota do turismo está concentrada na Orla e na popular Rua da Pituba, caracterizada por diversas lojas de artesanato, pousadas, cafés e restaurantes, mais o comércio ligado ao *trade* turístico. As áreas relacionadas à Praça dos Cachorros, ladeira para Praia da Concha e à Orla (Avenida Castro Alves) também são expressivas nesse sentido, assim como o Loteamento Conchas do Mar.

O comércio e os serviços que dão apoio à atividade turística estão presentes através das lojas de *souvenirs*, artesanato, moda praia, camisetas, agências e operadoras de turismo, lavanderias e outros serviços também são facilmente encontrados, geralmente concentrados nos bairros do centro, principalmente na Rua da Pituba, Rua das Flores, Praça dos Cachorros e na Orla Central. Entre os principais serviços de apoio ao turismo estão os meios de hospedagem, comércio e serviços, que se concentram em sua maioria nos percursos que dão acesso às áreas de relevante interesse paisagístico e ecológico.

Existe uma infraestrutura turística com serviços especializados em hospedagem (campings, albergues, pousadas, hotéis tipo *village* e complexos turísticos do tipo *resorts*), além de grande oferta de bares, restaurantes, cafés e lanchonetes, proporcionando uma variedade em termos de alimentos e bebidas. No Loteamento Conchas do mar, a predominância é de pousadas de alto padrão, superadas apenas pelos *resorts* localizados fora da área urbanizada: Txai Resort, (localizado na Praia do Itacarezinho, a 15 km de Itacaré), Itacaré EcoResort (na Praia do São José, a 6 km da sede) e Village Resort, a 2 km da cidade.

É oportuno comentar o caso do Warapuru Resort (complexo hoteleiro de padrão seis estrelas, que está sendo implantando numa área de 49 hectares na Fazenda Engenhoca, a cerca de 20 km da sede), cujo embargo das obras fora decretado em 2006 pelo Ministério Público Federal por falta de licenciamento ambiental, diante de sérias irregularidades, entre as quais a ausência de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), a implantação de cercas na praia da Engenhoca e da utilização de maquinário pesado em área de corredor ecológico que se encontra em diferentes estágios de regeneração florística (OLIVEIRA, 2008). O empreendimento de vultosas proporções, que está totalmente inserido em área de Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade declarada pela UNESCO (a Mata Atlântica do Brasil foi elevada à categoria de Reserva da Biosfera em 1991, tendo em vista a urgência da conservação deste bioma), vem tentando retomar suas obras nos últimos anos, contudo, continua com destino indefinido, visto que enfrenta, além de impasses jurídicos, muitos problemas financeiros.

Como bem afirma Santos Neto (2003), na formulação de políticas públicas para a indústria do turismo e do lazer, é necessário ter a clareza dos conceitos de ecoturismo e turismo ecológico, pois cada um destes segmentos apresenta características distintas. O turismo ecológico, embora apresente seu foco nos recursos naturais, tem como principal objetivo o fator econômico. Os visitantes relacionados a este segmento elegem seus destinos atraídos pela natureza, mas seus objetivos estão pautados na apropriação das benesses que esta lhe pode fornecer. Já o ecoturismo implica responsabilidades ambientais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da comunidade local, bem como a satisfação com o turismo. Segundo Lindiberg e Hawkins (1999), muitas localidades são divulgadas em função de seu potencial ecoturístico, embora a atividade praticada não esteja de acordo com tal definição.

Sob a égide do “ecoturismo”, vem se praticando em Itacaré uma equivocada interpretação desse conceito e se desrespeitando muitos dos critérios socioambientais que o caracterizam, evidenciando uma verdadeira distorção da realidade local (OLIVEIRA, 2008). Dessa forma, é importante que haja esta clareza conceitual, pois o (eco)turismo tem um apelo expressivo na paisagem de Itacaré, composta pela biodiversidade da mata atlântica, densos coqueirais, áreas de mangue, praias desertas, fazendas de cacau e patrimônio cultural que remetem a um período histórico significativo, todavia, na maioria das vezes, este “eco” parece encontrar-se mais pertinentemente associado ao radical da palavra “(eco)nômico”, por assim dizer.

Uma cidade depende de formas políticas e sociais e, essas são produto de determinações sociais, que por sua vez, são forças que a caracterizam e lhe dão individualidade (PEREIRA, 2001). Influenciada pelos ciclos alternados de evolução e estagnação urbana, nada se compararia em Itacaré à fase caracterizada pela avassaladora mudança que viria com as perspectivas em relação ao turismo, afirma Meliani (2006). A cidade tem passado por um processo de rápida transformação e substituição de tipologia e usos, mudanças no uso e valor da terra, surgimentos de novos bairros, variadas funções, inserção de equipamentos e serviços voltados ao turismo.

Hoje a atividade turística se desenvolve em torno da área urbanizada, núcleo no qual tudo acontece e se modifica. Para Silva *et al.* (2007), a intensa expansão urbana de Itacaré tem contribuído significativamente com a especulação imobiliária sobre os terrenos da área urbanizada (próximos ao centro e das praias), restando à população de baixa renda, a ocupação de espaços periféricos pouco valorizados, pelo distanciamento ou limitações naturais, como várzeas e encostas.

O turismo vem cristalizando em torno de si os diversos antagonismos que afloram quando se trata de atribuir valor aos recursos naturais ou de transformá-los em produto, e ainda aferindo o benefício social oriundo da utilização desses espaços. No momento, muitos elementos apontam para uma situação de crise envolvendo a atividade turística em Itacaré, devido aos inúmeros aspectos negativos revelados na cidade, ao se tornar, em pouco mais de uma década, um dos mais importantes núcleos receptores da região, conforme Oliveira (2008), dentre os principais está a expansão urbana desordenada, a degradação socioambiental e seus inerentes problemas.

Longe de apreender a imensa complexidade da dinâmica urbana, socioambiental e turística, busca-se nesta análise aprofundar uma acepção da Geografia que observa a natureza como um elemento apropriado pela sociedade numa relação predatória, na qual esta sociedade não se percebe como parte constituinte dessa natureza. Na sequência apresentam-se os resultados angariados na pesquisa, algumas reflexões e o diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos na área de estudo.

4. DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM ITACARÉ - BA

“A realidade é uma categoria sujeita à dúvida e destinada à transformação” (Ernest Bloch).

4.1. Uso da terra na área urbanizada

O uso e ocupação das terras é um tema básico na análise socioambiental, pois retrata as atividades antrópicas que podem significar condições de pressão ou impacto, sendo, portanto, uma ponte substancial para a análise de fontes dessas pressões, além de um relevante elo de conexão entre os aspectos socioeconômicos e o meio físico no qual estão inseridos. Em áreas urbanas é ainda mais importante considerar aspectos demográficos, condições de vida e a temática econômica, conforme Santos (2009).

Ao examinar o mapa de uso da terra (Figura 4.1) verifica-se uma predominância de uso residencial ou mista (residencial e comercial) em toda a área urbanizada, com a presença de bolsões de vegetação em torno dos bairros e nas áreas privadas, interpostas de áreas ocupadas. Ao sul, ao longo da Ladeira Grande, área de acesso à cidade e principal vetor de expansão segundo a CONDER (2006), apesar do predomínio de lojas comerciais de grande porte (madeireiras, material de construção) e lojas e oficinas voltadas ao serviço automotivo, existem residências de padrão médio inferior, intercaladas por sítios, chácaras, campings, pousadas de nível médio alto e várias entradas para loteamentos que surgem a cada dia, ampliando a área desmatada, bem como a mancha urbana da cidade (Loteamento Alto da Boa Vista, Eco Resort Vilas de São José e Outeiro de Santo Antônio).

O bairro do Santo Antônio (Bairro Novo), predominantemente residencial, é caracterizado por rápida expansão desordenada, ameaçando os remanescentes de vegetação arbórea circundantes ao seu entorno, comprometendo a base do talude de contenção da via de acesso à cidade (Ladeira Grande) e contínua ocupação espontânea sobre a rede de drenagem (áreas alagadas).

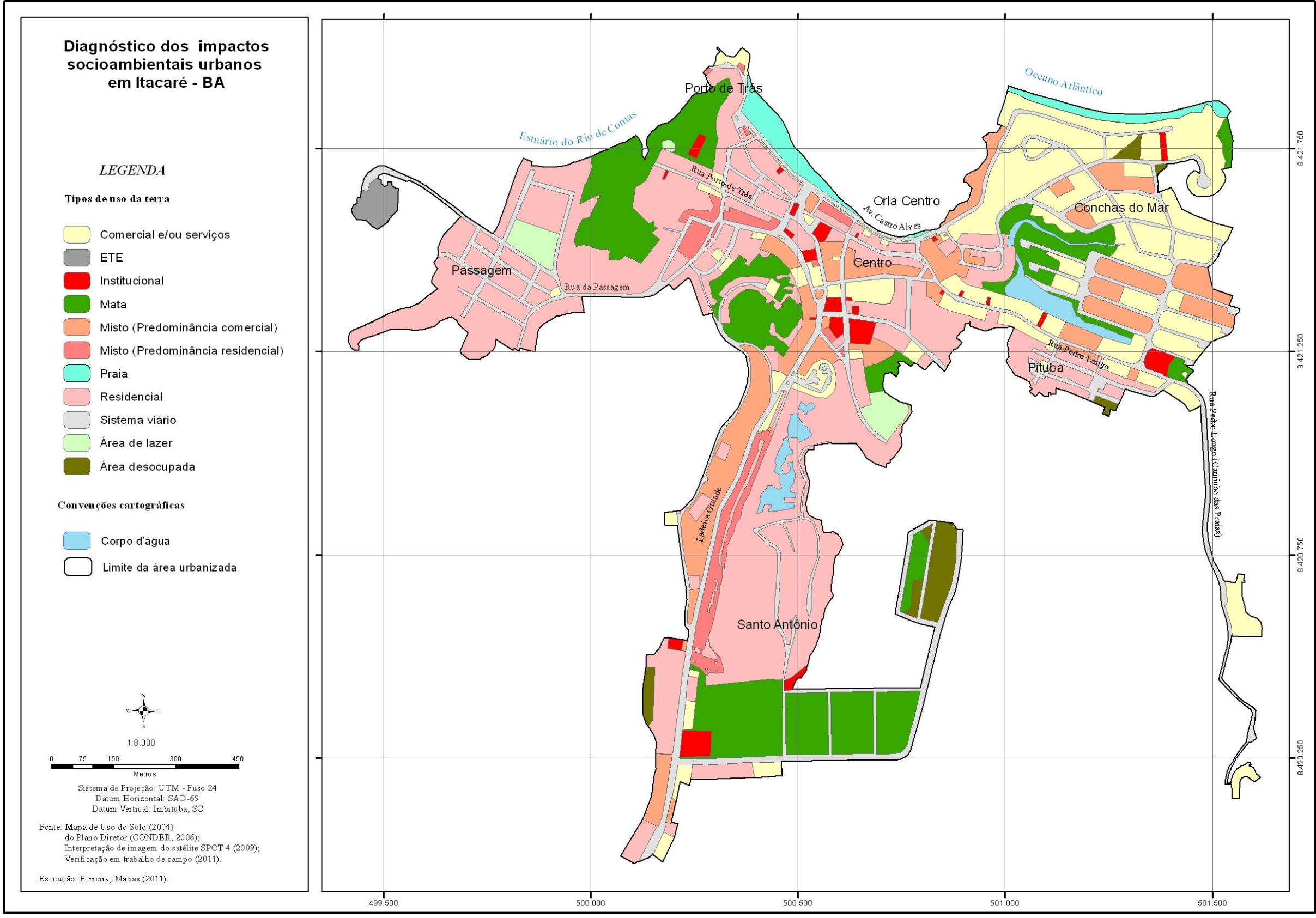


Figura 4.1 - Mapa de Uso da terra na área urbanizada de Itacaré Org.:Ferreira e Matias (2011).

A área central da cidade é a que possui melhor padrão de infraestrutura, reunindo maior oferta de equipamentos socioculturais, assim como disponibilidade de serviços. Nesta área também se encontra o lócus da estrutura administrativa do poder público, como poder executivo (Prefeitura e Secretarias), legislativo (Câmara de Vereadores) e judiciário (Fórum e Cartórios), classificados como uso institucional.

A área da Pituba apresenta predominância comercial voltada essencialmente à atividade turística. É o caminho de acesso às praias urbanas e a algumas trilhas para praias mais distantes, como a Prainha. Reúne a maior concentração de turistas, inclusive nas atividades noturnas pela oferta de bares e restaurantes e, segundo a CONDER (2006), apresenta impasses concernentes à questão fundiária e sofre contínua valorização e pressão imobiliária, justamente por abrigar o “corredor turístico” de Itacaré.

O Loteamento Conchas do Mar (Etapas I e II) está situado na extensão do centro em direção à orla sul, integra vizinhança com a Rua da Pituba e também apresenta predominância de comércio e serviços voltados ao turismo. Localizado defronte à praia da Concha, concentra as principais pousadas de padrão superior e, nas áreas mistas, também apresenta padrão residencial médio alto. Numa área de topografia plana, teve sua implantação sobre uma antiga várzea de escoamento das bacias dos riachos Bom Homem, Miranda e córrego da Fonte do Campo (CONDER, 2006). Atualmente se estuda a viabilização de sistemas de microdrenagem complexos em consórcio com soluções a serem adotadas nesse sentido, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (2010). Ainda em fase inicial, com sistema viário implantado, o Loteamento Conchas do Mar Etapa III ocupa a maior porção da vertente leste da cidade. A área reúne singular situação entre áreas de mata atlântica, nascentes de rios e clareiras antropizadas.

A área oeste da cidade delinea-se como predominantemente residencial habitada em grande parte pela classe média tradicional e pela comunidade nativa. A presença de equipamentos turísticos é inexpressiva, com dinâmica de uma pequena cidade interiorana. Nesta área também estão localizados os bairros Porto de Trás e o Atracadouro, o Bairro da Passagem e bairros contíguos como Baixa da Gia, Nova Brasília, Estrela do Mar, entre outros de padrão residencial inferior que avançam sobre o manguezal do estuário do Rio de Contas. Na Tabela 4.1

apresentam-se os dados referentes à quantificação dos tipos de uso da terra em sua extensão e porcentagem.

Tabela 4.1 - Tipos de uso da terra na área urbanizada de Itacaré – BA.

Tipo de uso	Área (m²)	(%)
Residencial	466.817,32	32,38
Comercial e/ou serviços	231.021,40	16,02
Sistema viário	229.951,43	15,95
Mata	213.838,97	14,83
Misto (Predominância comercial)	139.136,15	9,65
Misto (Predominância residencial)	34.755,81	2,41
Praia	26.565,10	1,84
Áreas alagadas	25.047,76	1,76
Área desocupada	23.571,94	1,63
Institucional	23.134,85	1,60
Área de lazer	18.797,66	1,30
ETE	9.074,65	0,63
Total	1.441.713,04	100%

Org.: Ferreira (2011)

4.2. Impactos socioambientais urbanos

A crescente urbanização subtrai a possibilidade de uso da terra para grande maioria da população. Ao analisar uma cidade de pequeno porte como Itacaré, pode-se inferir que as pequenas cidades também estão sujeitas aos mesmos problemas, de forma que os impactos socioambientais urbanos estão por toda parte, assim como nas grandes cidades, ainda que em uma escala reduzida.

As maiores consequências do crescimento urbano são o aterramento de manguezais, mananciais, restingas, aumento da poluição doméstica e industrial, que culmina em condições indevidas, instaurando uma situação de insustentabilidade urbana, citando Guerra (2009). Com efeito, pode-se afirmar, exceto pela poluição industrial (ainda inexpressiva em Itacaré), que todas as outras estão categoricamente manifestas no espaço urbano de Itacaré.

A atividade turística parece intensificar o contínuo processo de transformação do uso da terra, assim como a crescente demanda pela área urbanizada. Intensificam-se os processos de invasões, comprometendo áreas como o manguezal e o sistema de drenagem natural das bacias

hidrográficas localizadas na área em questão. A atual conjuntura atrelada à carência de infraestrutura urbana básica agrava a pressão sobre as áreas naturais, pronunciadas nos aterros de áreas alagadas, corpos d'água eutrofizados e contínuo avanço sobre as matas, entre outros aspectos que evidenciam o caráter emergencial dos impactos socioambientais urbanos da cidade.

As modificações e os desequilíbrios ecológicos são fatores reconhecidamente condicionantes da formação de áreas que representam perigo à ocupação humana, como os fundos de vale e as encostas. Não obstante, os impactos socioambientais urbanos mapeados nesse estudo estão relacionados principalmente à suscetibilidade a deslizamentos, às inundações, ao lixo doméstico e à ausência de saneamento básico, bem como aos problemas de saúde e segurança relacionados a estas questões.

Cabe salientar que os impactos socioambientais podem ser classificados como efetivos ou prováveis. Impacto efetivo é o que ocorre no momento da verificação, que pode ser constatado por observação direta. O impacto provável pode vir a ocorrer em virtude das atividades e indícios diagnosticados associados, pela observação *in situ* e/ou análise de temas e indicadores definidos. Ambos podem ser mensurados, o que envolve um caráter subjetivo. O diagnóstico é um momento da análise ambiental que envolve fases que compreendem processos relacionados à obtenção de dados, à análise integrada e a elaboração de indicadores que servirão de base para a análise (SANTOS, 2009). Neste estudo não houve quantificação de intensidade ou proporção, de modo que os resultados pressupõem a ocorrência dos impactos observados em campo, numa avaliação empírica de observação da realidade, estimando os riscos subordinados a determinadas condições.

O sistema de áreas úmidas da cidade engloba não apenas o Rio de Contas e o manguezal associado, mas também diversos rios de menor porte, distribuídos em toda a região. Nas áreas mais próximas da sede ocorre o comprometimento do sistema hídrico, com alto grau de poluição. É possível afirmar que há uma estreita ligação entre as irregularidades de ocupação de uso da terra e o número de impactos socioambientais urbanos registrados.

A demanda pelo espaço urbano favorece a ocupação de áreas naturais impróprias e, o bairro do Santo Antônio (Bairro Novo), que se constitui em um dos principais vetores de

crescimento da cidade, apresenta a maior concentração de tipos diferentes de impactos mapeados, os quais se destacam: a disposição irregular de lixo/entulho, os animais associados ao lixo, a poluição do solo, da água e visual, o desmatamento, as ocupações de APP, processos erosivos, suscetibilidade a deslizamentos, risco de enchentes e o mau cheiro. Pode-se visualizar na coleção de mapas (Figura 4.2), com a sinalização pontual dos impactos socioambientais espacializados na área de estudo por categoria e em ordem decrescente dos tipos de ocorrências registradas, possibilitando uma associação e leitura em nível de conjunto.

O lixo produzido na cidade se constitui em um grave impacto socioambiental presente em toda a área urbanizada. Segundo a Secretaria de Meio Ambiente, o município produz uma média de 15 toneladas de lixo por dia na área urbana, número que salta para a média de 45 toneladas por dia na alta estação. O município não possui aterro sanitário, sendo parte do lixo despejado a “cú aberto” na área de cabeceira de drenagem do rio Canoeiro. O esgoto retirado das fossas pelos caminhões limpa-fossa tem um destino semelhante, com um agravante, pois é lançado na cabeceira do Rio Jeribucassu, que tem parte de suas águas captadas para o consumo da cidade (MELIANI, 2003). Foi implantada recentemente a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE/EMBASA), localizada próxima ao bairro da Passagem, mas a mesma já trabalha acima da sua capacidade na alta estação.

Não existe rede de esgoto no local, ocorrendo utilização generalizada de fossas sépticas e/ou negras e o lançamento de águas servidas a céu aberto ou interligadas diretamente às galerias de drenagem pluvial, contaminando os corpos d’água. As áreas alagadas no mapa de uso da terra indicam nascentes e bacias dos riachos Bom Homem e Miranda, bem como dos canais de macrodrenagem (CONDER, 2006), configurando problemas de caráter emergencial a serem equacionados pelo poder público. Na Figura 4.3 pode-se verificar o lançamento de lixo e esgoto diretamente no córrego na localidade do bairro do Santo Antônio (Bairro Novo).

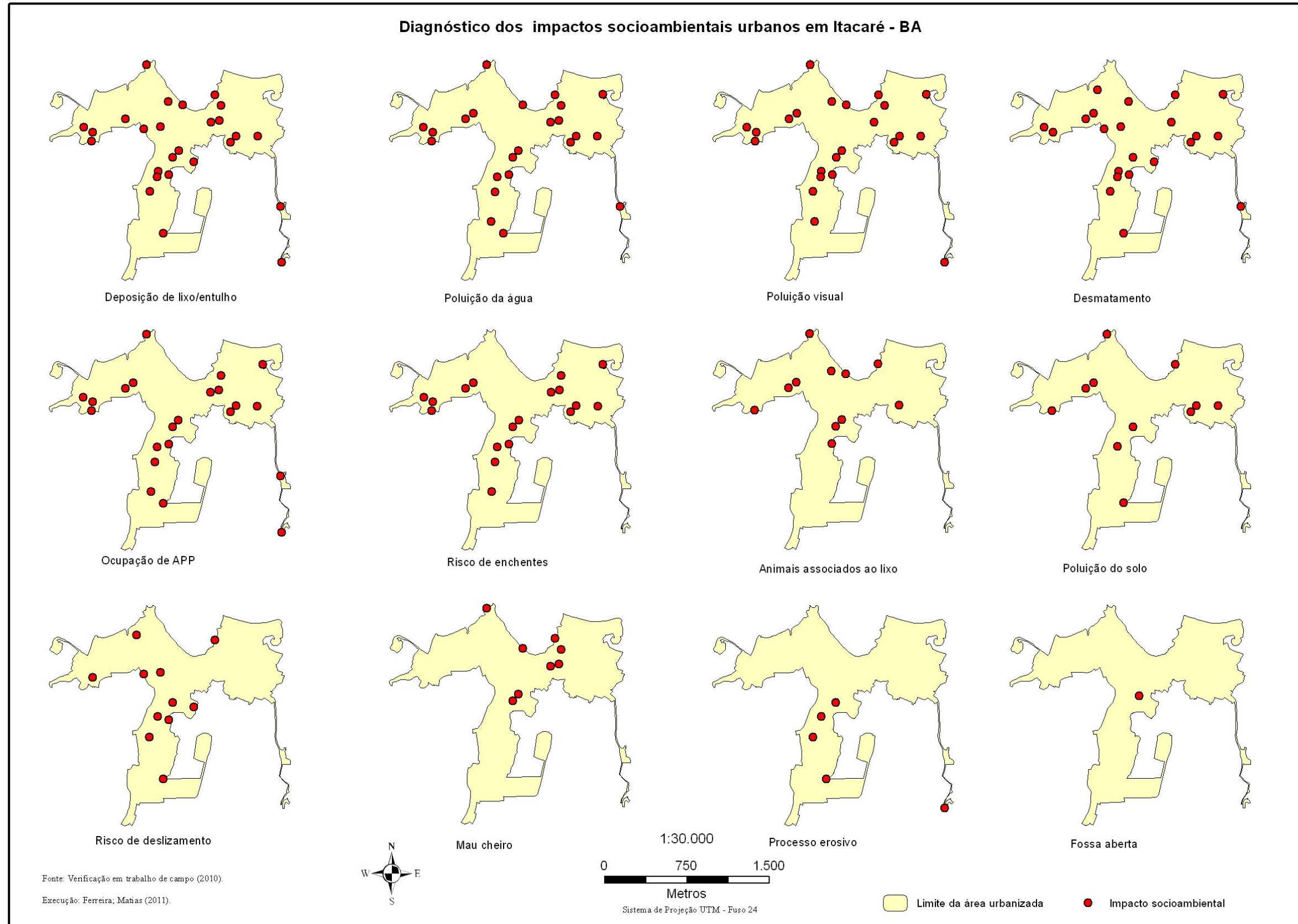


Figura 4.2 - Espacialização dos impactos socioambientais na área urbanizada de Itacaré (FERREIRA; MATIAS, 2011).



Figura 4.3 – Lançamento de lixo e esgoto diretamente no curso d'água no Bairro Novo (MATIAS, 2009).

Apesar da presença marcante dos remanescentes de mata atlântica em todo o entorno da sede de Itacaré, estes se encontram significativamente pressionados pela expansão urbana e atividades econômicas envolvendo ações de desmatamento e ocupação destas áreas (Figura 4.4). A fragmentação desses habitats tem se destacado como um exponencial agente para a extinção de espécies. Este quadro possibilita maior contato da mata com outros ecossistemas, potencializando o efeito de borda e comprometendo o equilíbrio ecológico através da intensificação dos ventos, insolação e atividades antrópicas (DIAMOND, 1992). Além do impacto direto das construções sobre esses espaços físicos, há a impermeabilização do solo, a alteração das paisagens naturais, a interrupção de trânsito de fauna e desbaste de vegetação no local das construções, assim como aumento da demanda por madeira nativa (SOLLBERG, 2008).



Figura 4.4 – Área desmatada nas proximidades da praia da Concha (FERREIRA, 2010).

Os deslizamentos possuem, do ponto de vista geológico, uma associação preferencial a declives, formação de depósitos na base desses declives e o caráter episódico, caracterizado pela dissipação de energia com deslocamento de grande quantidade de massa de sedimentos em tempo muito reduzido, de segundos a poucas horas, com diferentes conjunções de variáveis que podem conduzir ao mesmo efeito (GIANNINI; RICCOMINI, 2003). As áreas de maior suscetibilidade a deslizamentos de encostas estão situadas, em sua maioria nas áreas rurais de Itacaré e na encosta do Outeiro de Santo Antonio, mais precisamente na margem direita da Ladeira Grande, sentido Itacaré-Serra Grande (Gomes *et al.*, 2008). Em trabalho de campo foram observadas a ocupação de encostas e a não conservação das tipologias vegetais no Bairro do Santo Antônio.

Além da intensa ocupação de encostas, observa-se o lançamento de lixo pela vertente no referido bairro. Não é necessário um conhecimento geotécnico minucioso para divisar que a falta de adequação na ocupação dessas encostas supõe alterações como a supressão vegetal, modificação fisiográfica, aterros com solo divergente que alteram as condições de compactação original, além da decomposição de materiais extraordinários ao terreno (lixo, entulho, fossas etc.) culminando em sobrecargas e, portanto, em pontos suscetíveis a processos gravitacionais, entre os quais, os deslizamentos.

Como em qualquer outro fenômeno geológico, palavras como causa e previsão são forças de expressão, pois diferentes conjunções de variáveis podem conduzir ao mesmo efeito, de modo que o enfoque geológico não explica o porquê, mas como ocorre. Da mesma forma, não consegue prever a ocorrência, mas identificar a localização de zonas de iminência de fluxo e grau de risco de habitações. O equilíbrio de um conjunto é dado pela soma das forças de resistência que se opõem à componente tangencial da força-peso. Tal componente é tanto maior quanto mais acentuado o declive do terreno, o que explica a associação preferencial de processos gravitacionais com taludes e encostas. A encosta tem uma dinâmica incessante e, variáveis imponderáveis (como um recorde de pluviosidade, por exemplo) podem surgir, além de muitas outras variáveis que controlam a força-peso e as forças de resistência (GIANNINI; RICCOMINI, 2003).

Ainda segundo Giannini e Riccomini (2003), existem múltiplas possibilidades de desencadeamento de um fluxo gravitacional e, de uma forma ou de outra, todos se resumem em um desbalanço na equação de equilíbrio. Em determinadas condições de topografia, materiais inconsolidados podem manter-se em equilíbrio instável por muito tempo e, de um minuto para outro, movimentar-se declive abaixo com trágicas consequências. A seguir, pode se observar uma habitação em total desacordo com o declive do terreno, cujo único acesso de entrada é através de uma tábua suspensa, na qual se encontra, em destaque, a moça com uma criança no colo (Figura 4.5).



Figura 4.5 - Habitação em área suscetível a deslizamento no bairro do Santo Antônio (Bairro Novo) (MATIAS, 2010).

O primeiro registro de deslizamento em Itacaré ocorreu neste bairro, durante as chuvas de verão em março de 2010, felizmente sem vítimas fatais. Curiosamente, observou-se em campo preliminar (13/09/09) justamente essa situação de suscetibilidade a fenômenos gravitacionais, momento em que, oportunamente, foram registradas imagens dessa habitação. No campo realizado em julho de 2010, constatamos o que já era esperado. Como se pode observar na Figura 4.6 com as referidas imagens, antes (a), com a presença de varanda e do poste e, depois do ocorrido (b), já sem a varanda, o poste “pendurado” e a formação de depósitos na base do declive.



Figura 4.6 - Habitação em área com ocorrência de deslizamento no Bairro Novo em setembro de 2009 (a) e março de 2010 (b) (MATIAS, 2009; FERREIRA, 2010).

No Bairro Novo também há a ocupação de fundos de vale com lançamento de esgoto na rede de drenagem fluvial (Figura 4.7). Pela localização, a população residente sofre com frequentes inundações ocorridas nessas áreas, principalmente nos períodos chuvosos. O mesmo problema pode ser observado na Rua da Linha e Portelinha (contíguos ao Santo Antônio) e nos bairros São Miguel (Alagados), no bairro da Passagem e bairros adjacentes, como a Baixa da Gia e Nova Brasília. Verifica-se em todos eles a ausência de esgotamento sanitário e escoadouro *in natura* na rede fluvial, o que pode intensificar o risco de doenças infecciosas.

Cabe frisar que, diante de impactos visíveis e alarmantes como deslizamentos e inundações, doenças infecciosas como a dengue, leptospirose, entre outras, já foram reveladas e podem ser um sério impacto socioambiental urbano, ainda que “invisível” pela ausência de registros oficiais, mas não inexistente, segundo muitos moradores.



Figura 4.7 - Ocupação em fundo de vale no bairro Santo Antônio (Bairro Novo) (FERREIRA, 2010).

Contígua ao bairro do Santo Antônio, a favela da Portelinha apresenta todos os impactos registrados no bairro vizinho, exceto pelo risco de deslizamentos. Justamente pela sua localização em área plana e alagada, as precárias habitações são construídas como espécies de palafitas (Figura 4.8) e concentram graves impactos socioambientais concernentes à disposição direta de resíduos domésticos nas áreas alagadas (Figura 4.9).



Figura 4.8 - Habitações do tipo “palafitas” na favela da Portelinha em Itacaré (MATIAS, 2009).

Na área leste da área urbanizada pode-se observar uma concentração de tipos distintos de impactos socioambientais, geralmente associados. Nestes pontos foram registrados impactos como disposição irregular do lixo/entulho, poluição da água, do solo, desmatamento, ocupação de APP e risco de enchentes. Trata-se do Bairro São Miguel e de umas das ruas adjacentes à Pituba, denominada Pituba II (Figura 4.10). Segundo a CONDER (2006), a localização do bairro São Miguel (Alagados) em relação ao sistema natural de escoamento dos rios Miranda e Bom Homem o tornam uma espécie de “rolha”, quando após o aterro da Rua da Pituba, passou a ocupar a várzea de escoamento dessas bacias. Construções sobre o rio são comuns nesse local, conforme se observa na Figura 4.11.



Figura 4.9 - Área alagada na favela da Portelinha (MATIAS, 2009).



Figura 4.10 – Lançamento de águas servidas em corpo d'água na Rua da Pituba II (MATIAS, 2010).



Figura 4.11 – Construção irregular e lançamento de esgoto *in natura* em corpo d'água no Bairro São Miguel (MATIAS, 2010).

É oportuno ressaltar que toda ocorrência de eventos nos sistemas de drenagem, de origem antrópica ou natural, interfere na dinâmica dos mesmos, na quantidade e qualidade dos cursos d'água. Como bem afirma Santos (2009), não há dúvidas de que é essencial a proteção à água, pela sua condição de elemento fundamental para a vida e para as atividades humanas. Uma forma de avaliação indireta é comparar a caracterização da composição natural das águas com as atividades de borda e vizinhança dos cursos d'água e seu potencial de induzir impactos.

Outra área com intensa concentração de diferentes tipos de impactos socioambientais está localizada na área de acesso à praia da Concha. No local estão presentes alguns quiosques nos quais são vendidos artesanatos e cujos fundos também servem como habitações sem qualquer infraestrutura (Figura 4.12). Foram identificados impactos socioambientais como disposição irregular de lixo, animais associados ao lixo, poluição da água, do solo, poluição visual, suscetibilidade a processos gravitacionais e mau cheiro.



Figura 4.12 – Habitações nos fundos de quiosques para venda de artesanatos no acesso à Praia da Concha (MATIAS, 2010).

Os “moradores artesãos” (famílias em alguns casos) trabalham no local (Figura 4.13) e, curiosamente, apesar das precárias condições de moradia, as vendas podem ser realizadas com cartão de crédito com débito em conta, conforme se pode observar na Figura 4.14.

Na parte oeste da área urbanizada, os pontos mapeados identificam os impactos socioambientais registrados nos bairros de padrão residencial médio inferior e popular, que se consolidaram nas proximidades do porto e do manguezal, como o Porto de Trás, Marimbondo, Baixa da Gia, Passagem e Nova Brasília. As áreas são relativamente populosas e os impactos estão distribuídos em todas as localidades, nos quais se destacam: a disposição irregular do lixo, animais associados ao lixo, poluição da água, do solo e visual, desmatamento, ocupação de APP, risco de enchentes e em algumas localidades, o mau cheiro.



Figura 4.13 – Artesãos na entrada da praia da Concha (MATIAS, 2010).



Figura 4.14 - Quiosques para venda de artesanatos na entrada de acesso à praia da Concha (MATIAS,2010).

Cabe frisar que o Rio de Contas é o principal da região, cuja área de manguezal está bastante restrita à área urbanizada de Itacaré e encontra-se significativamente degradado especialmente pelas construções irregulares que avançam sobre sua vegetação e APP (Figura 4.15).



Figura 4.15 - Ocupação em área de mangue na localidade de Nova Brasília (MATIAS, 2009).

Os manguezais são uma espécie de “berçário” marinho, representando um local de reprodução e crescimento de muitas espécies, além de área de repouso e transição de parte da fauna fluvial e terrestre associada. A perda de mata ciliar (protegida por legislação federal e estadual) implica uma ameaça às funções ecológicas desse importante ecossistema que se encontra em processo de eutrofização decorrente da contaminação por lixo e/ou esgoto. Comprometendo muitas vezes a pesca e o consumo de mariscos, base da sobrevivência de muitas famílias nativas, segundo o PRUA (2003). As águas servidas lançadas diretamente ou interligadas às galerias de drenagem pluvial contaminam córregos e riachos que fluem em direção às praias.

A desembocadura dos rios em pequenas praias compõe uma característica peculiar ao litoral de Itacaré, pouco comum no litoral brasileiro, visto que o sistema hídrico é composto por rios de pequena extensão, entre os quais muitos possuem uma vazão que permite o banho de água doce na praia, atraindo visitantes. Itacaré apresenta poucas e pequenas praias urbanas, cujo uso predominante está relacionado aos equipamentos e serviços turísticos, como a Tiririca (Figura 4.16), a Ribeira e a Concha. Existe a presença de pousadas e barracas de praia implantadas sobre a areia sem a devida instalação sanitária, de modo que o esgotamento flui diretamente para o mar. Torres (2001) aponta a necessidade de regularização dessa situação e o estabelecimento de mecanismos de limitação e controle de acesso para do número de frequentadores, assim como medidas conservacionistas para garantia da qualidade paisagística desse local de alta atratividade.



Figura 4.16 - Pousada e barracas na praia de Tiririca (MATIAS, 2010).

A praia da Coroinha e a praia da Concha apresentam perda da vegetação natural e podem estar com a balneabilidade comprometida, segundo a CONDER (2006). As demais mantêm grande parte da vegetação original do supra-litoral preservada, contudo, ameaçada (assim como a fauna associada) pelo crescimento imobiliário e intensificado de pisoteio por turistas na alta estação.

A Orla Central também é conhecida como praia da Coroinha e, possui intensa movimentação de veículos e pedestres pela oferta de serviços turísticos (principalmente bares e restaurantes), com uma bela paisagem estuarina atrativa para visitação que pode ser conferida na Figura 4.17.



Figura 4.17 – Visão estuarina da Orla de Itacaré (praia da Coroinha) (MATIAS, 2009).

Contudo, apresenta uma degradação de sua paisagem bastante lembrada pelos entrevistados neste estudo, visto que contempla impactos socioambientais expressivos como a ocupação sobre os canais de drenagem, coleta de lixo incipiente, animais associados ao lixo, poluição da água e do solo, poluição visual e muitas vezes, o mau cheiro (Figura 4.18).

O problema concernente aos animais relacionados ao lixo é pronunciado praticamente em grande parte da área urbanizada, provavelmente em função da deficiência de saneamento e de remoção dos resíduos sólidos. É muito expressiva em Itacaré a presença de urubus, numa espécie de desequilíbrio ecológico que propicia a disseminação da ave, com habitat propício, água e alimento abundante e ausência de predadores naturais (Figura 4.19). Além de estar entre os principais impactos registrados, o problema resultou como o mais observado entre os entrevistados, característica contraproducente ao turismo.



Figura 4.18 - Lançamento de esgoto na Orla de Itacaré, Praia da Coroinha. (FERREIRA, 2010).



Figura 4.19 - Urubus na área urbanizada de Itacaré (MATIAS, 2009).

Um impacto socioambiental que merece destaque, tanto em função de sua localização - Praça São Miguel (ao lado da Igreja Matriz), ainda em fase de tombamento definitivo - como por sua origem, uma obra que não deveria ter sido licenciada pelo Governo Federal. Trata-se de um projeto da antiga administração da Prefeitura Municipal de Itacaré, o Projeto Orla, que tinha entre seus objetivos a edificação de um centro de artesanato, cuja construção resultou em um grande equívoco. A obra inacabada agride o monumento arquitetônico de maior importância na cidade, descaracterizando seu centro histórico e dificultando a contemplação da paisagem natural e cultural (GÂNDARA *et al.*, 2011).

De acordo com informações não oficiais obtidas na Secretaria de Desenvolvimento Urbano local, a obra foi embargada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) em 2008, depois de muitas discussões e ações do Ministério Público, movidas pela sociedade civil. Resultando em perda de tempo e de dinheiro público e, diante do impasse, gerando alguns impactos socioambientais caracterizados pela poluição visual, disposição irregular de entulho,

além de constituir um foco de mosquitos transmissores da dengue, em decorrência de água parada nos escombros (Figura 4.20). A situação já está sendo regularizada pela atual administração com a reconstrução da antiga praça, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.



Fig. 4.20 - Obra embargada desde 2008 no Centro histórico de Itacaré (FERREIRA, 2010).

A área onde está localizada o Cemitério de Itacaré (Figura 4.21) foi uma das grandes surpresas deste estudo, pois concentra impactos socioambientais “peculiares”. Situado no morro de mesmo nome, numa altitude aproximada de 80 metros, seu entorno está completamente ocupado pela expansão do bairro Porto de Trás. Contém algumas casas invadindo sua área, uma vez que se encontra com seus muros praticamente comprometidos, sucumbidos pelo declive do terreno e ação do tempo, parte deles já desmoronados. Suas instalações estão em total desacordo com a Lei do Código de Postura do Município de Itacaré (2001).



Figura 4.21 - Vista dos fundos do cemitério de Itacaré (FERREIRA, 2010).

Durante a execução das visitas em campo tivemos a boa ventura de encontrar com o ex-coveiro do cemitério de Itacaré (“Seu Nego”), ativo por mais de 20 anos e aposentado no momento. Durante nossa informal entrevista, seus netos divertiam-se e brincavam no local. Ele nos contou que é comum a retirada das ossadas depois de “um certo tempo” e que essas são lançadas no interior de uma estrutura em concreto denominada “Sumidouro” (Figura 4.22). Trata-se de uma espécie de poço com profundidade similar a do Morro do Cemitério, segundo o ex-coveiro e nativos. Uma informação como esta fomenta qualquer imaginário acerca da estrutura e situação geológica do referido morro, que abriga a população falecida da cidade neste local desde o século XVIII.



Figura 4.22 – “Seu Nego” (coveiro aposentado) apoiado no “Sumidouro” do Cemitério de Itacaré (MATIAS, 2010).

Na ocasião da entrevista realizada com o Diretor da Secretaria de Meio Ambiente, senhor Luciano Leal, este relatou que o Cemitério de Itacaré foi colocado novamente em pauta nas reuniões de sua Secretaria (que se empenha para a aprovação do Plano Diretor, previsto para até dezembro deste ano), em função das questões levantadas em nossas reuniões durante o desenvolvimento desta pesquisa. Em posterior entrevista com o Secretário do Meio Ambiente, o senhor Paulo Baracho afirmou que já está regularizando a situação do cemitério dentro das normas do Código de Postura Municipal de Itacaré (2001), com reforma de toda sua infraestrutura prevista para início próximo, que incluirá a poda das árvores adjacentes, restauração dos muros com altura mínima de dois metros, bem como da capela e da fachada, a construção de uma rampa de acesso para carro funerário, ampliação do número de gavetas, a devida regularização do registro de identificação dos jazigos e a desativação do “Sumidouro”, o que viabilizará seu funcionamento na mesma área pelos próximos 20 anos.

4.3. A Compreensão da comunidade sobre os impactos socioambientais urbanos

Nenhuma forma de planejamento se efetiva sem a participação popular e sem uma forte proposta educacional. O caminho para qualquer tomada de decisão deve verificar, discutir e estimular todas as possibilidades de mudanças de hábitos, práticas e comportamentos, promovendo dessa forma mudanças que não percam de vista os contextos político, econômico, social, ambiental e cultural dos grupos envolvidos, conforme Santos (2009). Isto posto, faz-se a seguir uma apresentação dos resultados obtidos na pesquisa direta com a população local.

Observa-se um equilíbrio entre homens (48%) e mulheres (50%). A maioria encontra-se na faixa etária entre 18 e 45 anos (73%). Quanto à ocupação, 25% do total se declararam autônomos, 16% como donas de casa, 15% são trabalhadores registrados, 10% encontram-se desempregados e 9% são assalariados, mas trabalham sem registro na Carteira de Trabalho. Como era esperado diante da atual realidade econômica da cidade, o principal setor de atuação é o de serviços, declarado por 36% dos entrevistados. Segundo Oliveira (2008), o setor de serviços em Itacaré tem se destacado, principalmente, a partir do período de 2001 a 2005, quando superou finalmente o agropecuário, que em décadas anteriores representava o segmento mais expressivo, devido à monocultura do cacau.

A distribuição dos entrevistados por localidade aponta que a maioria é residente do maior e mais populoso bairro e que também concentra maior parte dos impactos socioambientais registrados, o Santo Antônio (Bairro Novo), com 32% do total. Em relação à condição de domicílio, 73% declararam suas residências em situação Regular, enquanto 13% declararam Irregular, 10% declararam Outras Condições (ou não souberam/quiseram opinar) e 2% declararam morar em condições precárias, denominadas como favelas. Este item evidencia certo desconhecimento dos moradores em relação às suas habitações, já que grande parte dos entrevistados reside em situação de irregularidade, como as ocupações em Área de Proteção Permanente (APP) no Bairro Novo, na Portelinha, no bairro da Passagem e na Nova Brasília.

A maioria reside na cidade há mais de 10 anos (38%) e 19% residem entre 5 e 10 anos. Em contrapartida, 29% dos habitantes entrevistados chegaram entre 1 e 5 anos. De modo que, se 12% residem há menos de um ano no local, temos o convergente percentual de 41%

representando moradores recentes, que chegaram à cidade em menos de 5 anos. A expulsão do campo em decorrência da crise cacaeira e as perspectivas econômicas relacionadas ao advento do turismo destacam-se como os dois principais fenômenos associados ao crescimento demográfico experimentado nos últimos anos.

A partir da ascensão do turismo em Itacaré, muitas pessoas foram atraídas a fixar residência na localidade, embora em diferentes esferas (OLIVEIRA, 2008). Desde empresários e empreendedores visando lucros, conforme afirma Torres (2001), pessoas das cidades próximas e regiões circunvizinhas em busca de oportunidades de emprego e moradores da zona rural, expelidos pela crise do cacau (Reis, 2002). Na conversa com os entrevistados, muitos revelaram tal perfil.

Resultados obtidos por Ramos (2005) apontam aproximadamente 60% dos entrevistados como nascidos e criados em Itacaré, com 38% provenientes de outras localidades. Segundo Rebouças (2002), muitas pessoas dos grandes centros urbanos se mudam para pequenas cidades como Itacaré em busca de melhor qualidade de vida e também contribuem com esse quadro. Para a Secretaria de Turismo e Secretaria de Educação, esse elevado crescimento também está relacionado à mídia de forma geral, que expõe a atividade turística no município como promissora em termos de investimentos e/ou oportunidades no mercado de trabalho.

A Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca relaciona o vertiginoso crescimento da população urbana em grande parte ao êxodo rural e tem investido em medidas de contenção, no sentido de incentivar a implementação de programas que viabilizem a produção e comercialização de produtos agrícolas da zona rural. Ações como esta, que buscam a valorização e o conhecimento das famílias que vivem no campo, podem também ser pensadas no campo do turismo ou de outras atividades econômicas que envolvam a população rural de Itacaré (SILVA; MELIANI, 2007).

Esse contingente populacional foi distribuído espacialmente de acordo com o seu poder aquisitivo, resultando em uma redistribuição da população. Os empresários, empreendedores e migrantes mais abastados teriam ocupado a parte central e de caráter bucólico da cidade. Locais nos quais se pode observar empreendimentos voltados para o turismo e belas residências. Os

segmentos sociais menos favorecidos foram absorvidos nos bairros periféricos, originando as favelas, como o bairro Santo Antonio (OLIVEIRA, 2008) e a ocupação irregular de áreas naturais, segundo a Secretaria de Meio Ambiente (2011).

Quanto à procedência dos respondentes, 55% são migrantes, provenientes de outras cidades da Bahia (46%) ou de outros estados do país (9%). Os nativos representam 24%, nascidos e criados na localidade em que foram abordados, enquanto outros 10% são nascidos em Itacaré, mas moravam em outro local, assim como 7% também são nativos, mas provenientes da zona rural. Dos atuais moradores, 2% dos entrevistados são imigrantes de outros países. A maioria dos entrevistados divide a moradia com 3 (24% dos entrevistados) ou 4 (23% dos entrevistados) pessoas. O número de 5 residentes na mesma casa é de 16%, seguido por 12% que moram sozinhos, 11% que moram apenas com mais uma pessoa, 5% com mais de 8 pessoas.

No que concerne o Grau de Escolaridade, o Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série) representa 23% dos entrevistados, seguidos pelo Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série) e Ensino Médio Incompleto, ambos representados por 19% cada. O percentual do Ensino Médio Completo equivale a 17% dos respondentes, enquanto o de analfabetos representa 9% e o Nível Superior Completo e Incompleto equivalem a 7% e 3%, respectivamente. Reis (2002) apontou a educação em Itacaré como um dos grandes problemas em seu trabalho e a situação não mudou significativamente, principalmente no que se refere à educação de jovens e adultos. As vagas que exigem mão de obra qualificada, como cozinha especializada ou serviços em hotéis, que requerem conhecimento de língua estrangeira, muitas vezes são ocupadas por pessoas provenientes de outro lugar, aponta Meliani (2006). Nossa pesquisa identificou pessoas com relatos que confirmam o problema.

Ramos (2005) corrobora neste aspecto e acrescenta que os serviços oferecidos à comunidade sofreram redução em seus salários. O que parece de fato refletir na renda familiar dos entrevistados, visto que a maioria declarou a receita da família inferior ou igual a um salário mínimo (44%). Em seguida, 41% representam os entrevistados com renda familiar entre 2 e 3 salários mínimos, 10% entre 4 e 5 salários mínimos, 2% acima de 10 salários mínimos e 1% com a renda familiar entre 6 e 7 salários mínimos. A CONDER (2006) considera três segmentos básicos da população segundo os níveis de renda: 10% com renda acima de 5 salários mínimos,

20% entre 2 e 5 e 70% entre 0 e 2 salários mínimos. Este último é considerado o segmento crítico diante da ausência de alternativas para moradia pelo setor público, sendo o principal responsável pela ocupação de áreas com restrições físico-ambientais, loteamentos irregulares e clandestinos.

A Secretária de Turismo e o Prefeito da cidade apontam o investimento maciço em educação e oferta de cursos profissionalizantes compatíveis com o mercado de trabalho local e regional, especialmente ligados à área turística e à educação ambiental, como medidas emergenciais para inserção da comunidade local no mercado de trabalho. A Secretaria de Educação fez referências a políticas de qualificação profissional e treinamento do quadro docente, já em curso desde o início deste ano.

É importante que o município invista na qualificação profissional para um maior desempenho competitivo, visto que ao qualificar a mão de obra local, empreendem-se melhorias na eficiência para um aumento do fluxo turístico, gerando conseqüentemente maior satisfação do visitante, bem como uma maior receita para a cidade, que se reflete no cenário nacional e internacional (GUIMARÃES JÚNIOR *et al.*, 1996).

A perspectiva de emprego foi apontada por 32% dos entrevistados como principal motivo para residir em Itacaré, seguida pela proximidade da família, equivalente a 28%. Outros motivos representam 18% dos entrevistados, cujo item mais apontado é a qualidade de vida, em função dos aspectos naturais e características peculiares de uma cidade pequena. Também por esse motivo, a segurança é representada por 8%, o baixo custo de vida por 6% e todas as alternativas foram listadas por 5%. A busca pela oportunidade de trabalho neste sentido pode estar relacionada à visão positiva em relação ao turismo na cidade, apontada por 82% dos entrevistados, enquanto 12% declararam uma opinião negativa e acreditam que a atividade tem prejudicado a cidade, 4% não souberam/quiseram opinar.

Embora Rodrigues (2006) tenha constatado resultados econômicos favoráveis em relação ao turismo em Itacaré, no que concerne a geração de emprego (no qual seu estudo aponta 50% dos entrevistados atuando na referida atividade), em outro âmbito se constatou que 82% dos empreendimentos turísticos estão concentrados nas mãos de imigrantes, de modo que se pode inferir que a população atue como mão de obra, mas geralmente à margem do processo de gestão do turismo. A autora relata que a população local era colocada à margem do âmbito das políticas

públicas na antiga administração (dados de 2006), já que a maioria dos entrevistados declarou não receber informações turísticas da prefeitura, bem como informaram desconhecer informações públicas locais sobre as limitações em relação ao espaço turístico para os visitantes.

Silva e Meliani (2007) acreditam que, apesar do turismo representar um conjunto importante de empregos para a população de Itacaré, as atividades ligadas ao setor são predominantemente administradas por indivíduos vindos de outras localidades, restando à população nativa os empregos e as atividades de menor remuneração. Bomfim e Tupinambá (2010) afirmam que a qualidade das ocupações em relação à inclusão da população local na gestão da cadeia produtiva do turismo é mínima em Itacaré, visto que a propriedade dos empreendimentos turísticos é administrada, geralmente, por empresários provenientes de outras regiões do país.

Há um equilíbrio entre a aceitação e o repúdio à atividade turística no estudo de Ramos (2005). Entre os impactos positivos do turismo apontados pelo autor estão: a diversificação de serviços e comércio, novas opções de lazer, geração de emprego e melhor infraestrutura. Já a poluição das praias, encarecimento do custo de vida, ocupação desordenada, desemprego e aumento da criminalidade estão entre os impactos negativos do turismo. Em contrapartida, no presente estudo a comunidade acredita, de modo geral, que o turismo é um fator positivo e favorável ao crescimento econômico local (82%), mesmo estando em parte alijada desse processo.

As pessoas com maior grau de escolaridade estão mais satisfeitas com as mudanças trazidas pelo turismo do que as de menor grau, justamente por não conseguirem ingressar no mercado de trabalho local. Face ao baixo grau de escolaridade, o mercado de trabalho também é excludente para os nativos, que justamente pela ausência de qualificação adequada, perdem vagas para pessoas de outras localidades (RAMOS, 2005). Os dados do autor revelam que a maioria dos entrevistados empregados atua nas áreas de manutenção e limpeza, seguida pela gastronomia (cozinheiros/chefes e auxiliares de cozinha), atendimento ao público e outros serviços, como motoristas, vigilantes, salva-vidas etc., sendo que muitas vezes restam apenas as atividades sazonais e/ou mesmo informais. Para Oliveira (2008), observa-se uma acentuada exclusão social

da população local e marginalização de sua cultura, de modo que o turismo não vem proporcionando melhorias na qualidade de vida dos mais carentes.

Quanto à infraestrutura de moradia, 93% do total dos entrevistados declararam ter água encanada e 50% declararam possuir coleta de esgoto. A coleta de lixo atende 93% dos entrevistados, segundo os mesmos. A pavimentação nas ruas é existente onde moram 86% dos entrevistados. Do total, 96% declararam possuir serviço de energia elétrica. Contudo, em muitos casos, a energia elétrica existente nas habitações não é disponibilizada pela concessionária local de forma legal, mas obtida através de ligações irregulares, conforme observações em campo.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Itacaré é o que possui o mais baixo IDH em relação aos outros municípios que desenvolvem a atividade turística no sul da Bahia, com 0,588 (PNUD, 2011). Em todo o país, apenas 11% dos municípios estão em posição igual, ou inferior, a Itacaré. No que se refere ao estado da Bahia de modo geral, a situação não é diferente, já que apenas 18% dos municípios baianos estão em posição igual ou pior a um dos destinos de maior atratividade turística da Costa do Cacau, conforme afirmam Guzmán *et al.* (2010).

Reforçando esses índices, os impactos socioambientais são identificados por 89% dos entrevistados na área urbanizada de Itacaré. A maioria (83%) se preocupa com os problemas socioambientais que declararam observar, enquanto 15% declararam não se importar com essas questões, dados que podem ser observados nos gráficos das Figuras 4.23 e 4.24, respectivamente. Os números encontrados por Ramos (2005) também constataram que os moradores de Itacaré são capazes de identificar os impactos socioambientais urbanos da cidade.

O estudo de Oliveira (2008) aponta que o grande fluxo de turistas concentrados na alta estação vem contribuído de forma expressiva com a degradação socioambiental e revelando que o consumo do espaço turístico não está ocorrendo de forma sustentável, desrespeitando a capacidade de carga ambiental (quantidade de turistas que um local pode suportar sem causar maiores impactos ao meio ambiente) e resultando na degradação dos atrativos naturais, que representam o próprio produto turístico, podendo comprometer o futuro da atividade local. Todavia, o autor acredita que a maior parte da comunidade local entende o turismo como benéfico para a comunidade e que a atividade não causa prejuízos ambientais.

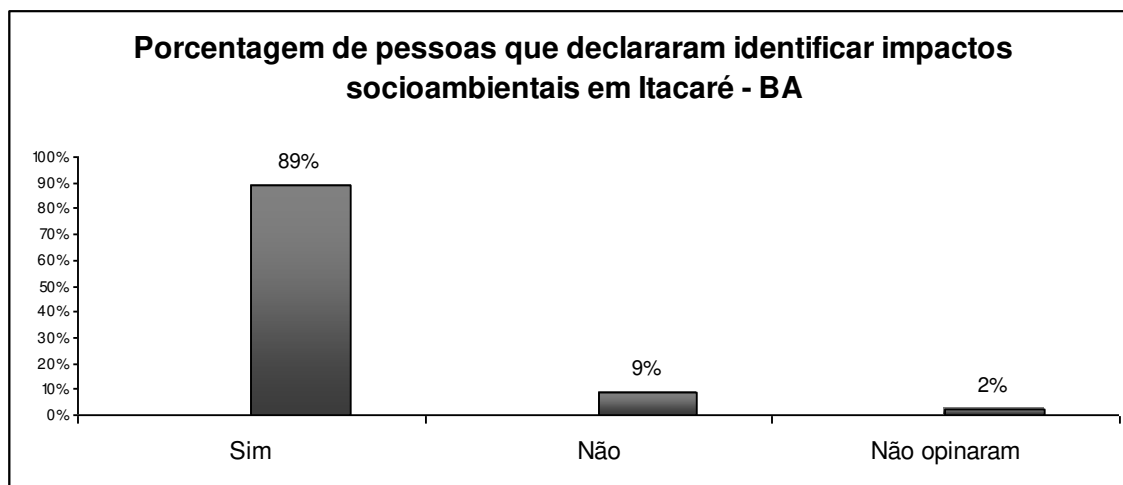


Figura 4.23 - Porcentagem de pessoas que declararam identificar impactos socioambientais em Itacaré – BA
Org.: Ferreira (2011)

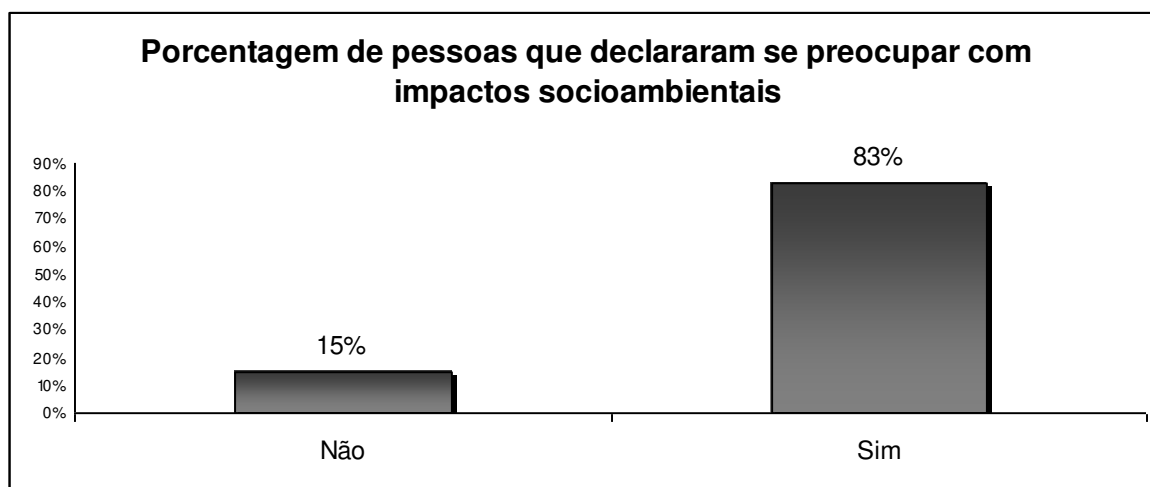


Figura 4.24 - Porcentagem de pessoas que declararam se preocupar com impactos socioambientais
Org.: Ferreira (2011)

Estudo realizado por Cerqueira e Freire (2008), evidencia que entre os atrativos turísticos de Itacaré, se destacam os recursos naturais, item que promoveu maior satisfação entre os entrevistados. De modo que, por este motivo, os turistas estão atentos à qualidade ambiental, principalmente das praias, local onde permanecem grande parte do tempo. A insatisfação surge em relação ao nível de limpeza, à ausência de saneamento básico e dos serviços públicos de segurança nestas áreas.

Diante dos impactos socioambientais apresentados, se destacaram entre os mais apontados pelos entrevistados, a saber: os animais associados ao lixo (81%), a disposição irregular de lixo/entulho (77%), a poluição das águas (67%), as fossas abertas (65%) e o mau cheiro (63%). Observam-se na Tabela 4.2 os resultados obtidos na íntegra.

Tabela 4.2 - Principais impactos socioambientais urbanos identificados pelos entrevistados.

Principais impactos socioambientais urbanos identificados pelos entrevistados	Número de casos	Porcentagem do impacto
1. Animais associados ao lixo	81	81%
2. Disposição irregular de lixo e/ou entulho	77	77%
3. Poluição das águas	67	67%
4. Fossas abertas	65	65%
5. Mau cheiro	63	63%
6. Risco de enchentes	57	57%
7. Desmatamento	54	54%
8. Poluição do solo	53	53%
9. Ocupação de APP	47	47%
10. Poluição sonora	40	40%
11. Risco de deslizamentos	39	39%
12. Poluição visual	37	37%
13. Poluição do ar	28	28%
14. Erosão	23	23%
Não souberam/quiseram opinar	2	2%

Org.: Ferreira (2011).

Um aspecto que pode presumir essa liderança é o incômodo provocado diretamente, que suscita uma reação imediata pela aflição de seus efeitos, sentida nas relações sociais e no próprio corpo com a queda da qualidade ambiental, afirma Araújo (2009). Os impactos com maior percepção aos sentidos como o olfato e a visão foram apontados pela maioria dos entrevistados, o que parece relacionar o incômodo a respeito dos referidos impactos socioambientais a uma situação presente de desconforto, em detrimento das situações de risco decorrentes de outros, como enchentes e deslizamentos, alvitados em menor proporção.

Fato este, que pode ser explicado pelo baixo grau de instrução e/ou ausência de conhecimento geográfico e ecológico acerca dos espaços em que vivem, ignorando muitas vezes os riscos a que estão expostos. Ao apontar um único e mais incômodo dos impactos socioambientais urbanos, os entrevistados elegeram a disposição irregular do lixo/entulho com 30%. Em seguida, as fossas abertas com 26%. Os dados estão representados graficamente na Figura 4.25.

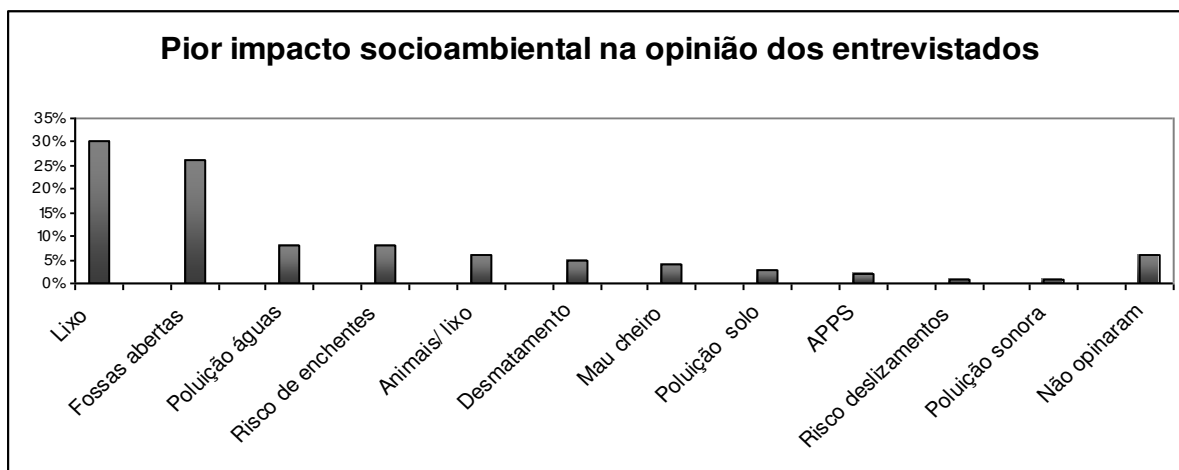


Figura 4.25 - Pior impacto socioambiental urbano na opinião dos entrevistados.
Org.: Ferreira (2011)

De acordo com o levantamento de Ramos (2005), a população itacareense entende os problemas socioambientais e é capaz de pensar em soluções lenitivas aos males enfrentados. Em contrapartida, a presente pesquisa revela que 49% já buscaram, com iniciativa própria, por medidas preventivas ou de remediação junto ao poder público, ONGs etc., enquanto que 48% nada fizeram. No que tange ações governamentais, 50% não têm conhecimento de melhorias face aos impactos relacionados neste sentido, enquanto 46% acreditam que medidas têm sido tomadas pela Prefeitura Municipal de Itacaré.

De todos os entrevistados, 72% declararam enfrentar condições de insalubridade em suas localidades, 25% não. O percentual de 32% representa as pessoas que associam doenças e/ou viroses recorrentes na família às condições insalubres enfrentadas próximas às suas residências, já 66% dos respondentes não enxergam nenhuma relação existente. Por meio desses indicadores, é possível definir elos entre a dinâmica social e a qualidade do ambiente natural (SANTOS, 2009). A ocorrência de doenças infecto-parasitárias, ausência de saneamento básico, más condições de habitação, precária educação e baixa renda de um determinado segmento da população estão frequentemente relacionados à baixa qualidade da água, por exemplo.

Diante da problemática exposta, Itacaré é considerada por 94% dos respondentes nesta pesquisa, um lugar tranquilo e vantajoso para se morar, enquanto 4% não a consideram da mesma

forma. De modo que 72% gostariam que as condições melhorassem, mas não se mudariam do local onde residem e 26% esperam apenas por uma oportunidade.

Face à complexidade e imensurabilidade dos efeitos socioambientais, trata-se de uma análise de natureza quali-quantitativa. Todavia, percebe-se uma força situacional enleada ao turismo que não pode ser ignorada, na medida em que afeta a estrutura demográfica e urbana, refletindo-se na estrutura social e no espaço geográfico. Os resultados parecem apontar para uma satisfação presente na maioria dos moradores entrevistados em Itacaré, em função da relativa tranquilidade e paisagem natural existente, embora haja uma predominância de fatores negativos concernentes aos aspectos socioeconômicos e aos impactos socioambientais, em sua maioria notórios e incômodos para a comunidade local.

Observa-se uma defasagem educacional que mantém parte da comunidade excluída do mercado de trabalho e alheia aos problemas socioambientais decorrentes dessas rápidas transformações que a cidade vem enfrentando. Como geralmente ocorre em outras localidades receptoras, há uma visão positiva em relação à atividade turística que pode estar relacionada ao “discurso triunfal do turismo”, nas palavras de Krippendorf (2001), fundamentado geralmente nas perspectivas de emprego e prosperidade, ignorando, contudo, os custos socioambientais nos levantamentos contábeis do setor.

4.4. Uma realidade social que pode obscurecer a beleza natural

Os impactos socioambientais são mudanças que ocorrem na natureza e na sociedade e, analisar tais aspectos, como os da área urbanizada de Itacaré, nos remete necessariamente a uma reflexão sobre uma adequação ambiental referente às escolhas feitas para o desenvolvimento da área urbanizada, que tem se processado de maneira espontânea. Assim como é necessário considerar a diversidade do meio físico, os aspectos históricos e culturais e a vantagem intrínseca, por tais motivos, de possuir uma atratividade social elevada.

Em pouco mais de dez anos, a cidade parece ter conhecido o apogeu e o declínio dessa intensa atratividade. Compete lembrar que antes da conclusão da Estrada Parque em 1998, trecho

da BA-001, uma das mais belas e menos movimentadas estradas do país, a pequenina cidade parecia esquecida na costa cacauera da Bahia. Os coronéis do cacau produziam os frutos em suas vastas propriedades, totalmente alheios à beleza do litoral nas quais suas fazendas terminavam e cuja mata manteve-se preservada em parte, por questões de ordem econômica, já que as cabruças são extremamente sensíveis ao sol forte.

Conforme Ramos (2005), o turismo eclodiu como um festejado incremento econômico durante a crise cacauera, pois, do pouco que a cidade tinha a oferecer à população local, obteve-se um retorno econômico imediato e uma salutar alternativa de desenvolvimento. O entusiasmo de visitantes esporádicos e essencialmente da mídia, contribuiu para que Itacaré surgisse como um dos destinos mais procurados do país em menos de cinco anos. Para fins de curiosidade, Dilma Rousseff descansou no Txai Itacaré Resort logo após vencer as eleições presidenciais em 2010, segundo o Correio do Estado da Bahia (03/11/2010).

Os geógrafos têm se voltado para novos desafios, que exigem um esforço significativo para construção de uma práxis geográfica que vislumbre alcançar a complexidade e o dinamismo dos fenômenos sociais (MATIAS, 2004). Embora o turismo seja um dos mais relevantes setores da atividade econômica em diversos países do mundo, inclusive no Brasil, contribuindo para a geração de riquezas, atraindo investimentos e as inovações que promove na infraestrutura, observa-se atualmente em Itacaré, um quadro exemplar de controvérsia.

Para Meliani (2006), a atividade turística demanda uma concentração de uso da terra de natureza urbana, em função das múltiplas funções terciárias que o espaço exerce, sendo, portanto, a urbanização, um fenômeno próprio da atividade, que tende naturalmente a um aumento populacional. A mesma ordem econômica que seleciona um destino turístico direciona a aplicação de investimentos em infraestrutura, dinamizando o fluxo de turistas, o que não se pode constatar neste caso. Mesmo que a atividade tenha trazido inegáveis benefícios econômicos para a localidade, a cidade se revela despreparada para receber esse contingente de pessoas, com uma infraestrutura urbana precária, além da evidente falta de planejamento econômico, socioambiental e cultural que vem enfrentando (OLIVEIRA, 2008).

Em função das condicionantes naturais oferecidas pelo sítio urbano (topografia acidentada, presença de remanescentes de mata atlântica, mangues, nascentes etc.) e pela expansão urbana voltada para os lotes de alto padrão, passou a ocorrer uma oferta reduzida de lotes para população de baixa renda, dando início às invasões na sede e seu entorno e à ocupação das áreas inadequadas. Problema este que tem se agravado continuamente ao longo dos anos, e com maior intensidade na última década, em função da atratividade local impulsionada pelas perspectivas econômicas da atividade turística.

Atualmente, a área urbanizada avança pelo principal vetor de crescimento, a Ladeira Grande que lhe dá acesso rodoviário e, justamente por esse motivo, tem fomentado muitas discussões acerca de um intenso processo de favelização na entrada da cidade (vizinha ao Bairro do Santo Antônio). Segundo a CONDER (2006), o destino da evolução da mancha urbana será certamente a rótula rodoviária situada na entrada da cidade, onde foi implantando o assentamento da Marambaia no início dos anos 1990, com seus lotes de agrovila, localizados à beira da BA-001. As políticas públicas apontadas pelo Exmo. Prefeito de Itacaré seguem nesta direção, incluindo loteamentos populares na referida área para realocação das famílias que se encontram em áreas irregulares. As projeções demográficas que caracterizam a demanda por lotes populares são notáveis e preocupantes e, até o momento, sem instrumentos específicos necessários para o controle dessa ocupação.

Às questões habitacionais, estão atrelados os problemas de saneamento básico, coleta e destino do lixo urbano. Como a recém-implantada rede de coleta de esgoto está restrita ao centro e poucos bairros adjacentes, as medidas sanitárias adotadas (fossas sépticas e despejo imediato em riachos e córregos) acabam por gerar problemas ecológicos e sociais, alterando a dinâmica natural dos ecossistemas que as integram e propiciando a proliferação de doenças (SILVA *et al.*, 2007).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Plano Diretor seria obrigatório para cidades que abrigam mais de 20.000 habitantes e integrem áreas de interesse turístico, como é o caso de Itacaré. Entretanto, o mesmo ainda encontra-se em processo de aprovação na Câmara Municipal desde 2006. Impasses jurídicos referentes a litígios e conflitos de interesses tornam a questão ainda mais complexa, dificultando as tentativas nesse sentido, comandadas no momento

pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Enquanto isso, as modificações continuam a se realizar sem um planejamento estratégico adequado. O Plano Diretor pode realmente interferir de forma positiva no quadro da atual ocupação espacial da cidade e pode-se afirmar que nunca esteve tão próximo de ser sancionado. Contudo, como grande parte dos municípios brasileiros, também se pode colocar em dúvida a sua efetiva implementação, haja vista certa desatualização frente aos aspectos geográficos atuais da urbanização local e ao avançado grau de desenvolvimento dos problemas existentes.

Na produção de espaços turísticos, há uma homogeneidade de funções espaciais derivadas de um direcionamento econômico específico. Quando se pressupõe que o principal instrumento de geração de renda é o espaço propriamente dito (RAMOS, 2000), a situação torna-se ainda mais delicada, pois há um antagonismo entre as forças de exploração e manutenção dos elementos naturais.

De acordo com a EMBRATUR (1999), os destinos turísticos são normalmente impactados em diversos setores, através das atividades de consumo e investimento. O turista pode contribuir com o desenvolvimento econômico do lugar ao gastar com hospedagem, alimentação, transporte, souvenirs e toda sorte de produtos, mas também contribui com o consumo de água, energia e produção de dejetos de diversos tipos (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008). Entre os impactos socioambientais mais graves nesse sentido existentes em Itacaré está a falta de infraestrutura para recolhimento e disposição adequada dos resíduos sólidos e esgotos.

A superpopulação nos meses do verão intensifica a poluição, agravando a situação das praias urbanas nesse sentido, afirma Burda (2007), comprometendo sua utilização para fins de recreação e lazer. Ademais, a incipiente rede de coleta existente trabalha de antemão acima de sua capacidade nesses períodos (CONDER, 2006). É provável que essa sobrecarga também ocorra através de fossas mal dimensionadas, elevando a taxa de matéria orgânica e saturando lençóis freáticos, bem como outros cursos d'água. Além disso, desde 1996 a rede de abastecimento de água da cidade não suporta a demanda em determinadas épocas do ano, sobretudo na alta estação, conforme Meliani (2006), ocasionando falta d'água para consumo.

Luchiari (2002) entende que a associação entre turismo e meio ambiente é tão inevitável quanto controversa. Observa ainda que a mercantilização das paisagens naturais, como áreas valorizadas para a exploração da atividade turística, pode promover alternativas de desenvolvimento das comunidades locais, mas, cria ao mesmo tempo, constrangimentos para a organização sociocultural e econômica das mesmas. Afinal, o desgaste e os problemas decorrentes de tal atividade não atingem diretamente o turista que retorna ao seu local de origem, mas à população residente (JAFARI, 1994).

O status financeiro diferenciado, entre outros fatores dessa ordem, pode ter uma repercussão muitas vezes maior do que se pode estimar. Sabe-se que o contato de veranistas com a comunidade local acompanha a introdução de novos hábitos, costumes e até mesmo valores sociais que podem gerar grandes impactos na identidade cultural (SOLLBERG, 2008), como os hábitos da comunidade pesqueira que podem ser citados nessa perspectiva, relata Ramos (2005).

Em decorrência da maior quantidade de barcos no porto, aumentou a poluição, muitas vezes causada por vazamentos de óleo. A pesca predatória praticamente substituiu a artesanal, encarecendo o produto para a população local em razão da exportação, tornando a atividade inviável em termos econômicos (BURDA *et al.*, 2007). De modo que muitos dos filhos de pescadores não se interessam mais em acompanhar os pais nas pescarias, quebrando um ciclo histórico de transmissão cultural (RAMOS, 2005). Verificou-se nas andanças pelas praias a constante presença de crianças nativas circulando entre grupos de turistas, oferecendo serviços e artesanatos, o que também pode configurar certas transformações socioculturais engendradas pelo turismo.

Na medida em que essa nova cultura importada passa a predominar e modificar o cotidiano da cidade, surgem conflitos relacionados à incapacidade de adaptação da comunidade nativa aos novos costumes. Nas entrevistas, diversos nativos revelaram uma espécie de autosegregação, visto que, apesar de residirem nas proximidades das praias urbanas, sequer as conhecem, pois se sentem constrangidos diante desse novo universo. Estudos indicam que grande parte da população local se considera despreparada para lidar com essas transformações que o município vem sofrendo, tanto nos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais (ITI, 2005; RAMOS, 2005; OLIVEIRA, 2008).

Conforme se multiplicam as interdependências e cresce o número de atores envolvidos no processo, podemos dizer que se alarga a dimensão dos contextos. Dentro de cada cidade, o princípio de unidade é dado, ao mesmo tempo, pelo mercado e pelo território, responsáveis pela unificação dos diversos segmentos característicos da vida urbana [...] havendo, porém, submercados e subcircuitos espaciais da produção específicos, cada qual com a sua racionalidade (SANTOS, 2006, p. 210).

Nessa acepção de Santos (2006), outra característica curiosa se expressa no espaço urbano de Itacaré, a progressiva atividade familiar caracterizando esse subcircuito. Muitas famílias de baixa renda do núcleo urbano passam a hospedar visitantes por preços mais acessíveis, cobrando por pernoite e refeições, transformando suas pequenas habitações em modestas pousadas, campings, lanchonetes ou armazéns. Situação que cria um embaraço entre muitos empresários, levantando a questão tributária, além de constituir, para muitos deles, um atrativo para visitantes menos abastados.

Examinando os diferentes entendimentos sobre a ocupação do espaço urbano de Itacaré, percebe-se que o interessante para grande parte da comunidade é manter uma crescente quantidade de turistas, mesmo que isso implique o comprometimento de bens ambientais. O poder público local procura administrar os diversos interesses e satisfazer os eleitores com seu desejo do crescimento econômico, enquanto as agências estatais aplicam medidas paliativas para conter os conflitos. Tais circunstâncias contextualizam uma reorganização espacial do município, pautada num quadro administrativo complexo em que a intersecção entre a problemática ambiental e a iniquidade social é claramente evidenciada.

Para Oliveira (2008), as políticas públicas têm oferecido o mínimo necessário ao desenvolvimento, com diminutos investimentos em infraestrutura turística e urbana, com o capital privado ocupando um papel cada vez maior no município. O acelerado crescimento da atividade turística no local vem revelando outras faces deste núcleo receptor, como a degradação ambiental, especulação imobiliária, importação e conseqüente vazamento de renda, inflação, ocupação desordenada do espaço urbano, aumento dos índices de prostituição, do tráfico de drogas e, conseqüentemente, da criminalidade.

É possível que prevaleça o desconhecimento da gravidade da situação, mas é provável que a preservação ambiental não esteja ocorrendo pelos mesmos motivos que não tem ocorrido em uma escala mais abrangente. Visto que a razão para a preservação é de ordem ética, para algumas pessoas, mas de ordem recreacional e econômica para a grande maioria. E dessa forma, como em muitas outras circunstâncias, os ganhos em curto prazo sobrepujam qualquer valor contido na preservação e ganhos de longo prazo, como bem afirmam Begon *et al.* (2006).

Em suma, o turismo tem promovido uma reorganização espacial pautada na expansão urbana desordenada e na degradação socioambiental na cidade de Itacaré. De modo que a atividade vem se tornando insustentável – sem induzir ao apelo ecológico e emblemático do verde atlântico, mas no sentido literal do que não é capaz de se manter ou se sustentar - ao atrair um elevado contingente de pessoas, contudo, incapaz de absorver toda essa mão de obra (desqualificada em sua maioria) e originando diversas consequências associadas, como os processos de subemprego, submoradias e seus decorrentes impactos socioambientais, que podem certamente comprometer a atividade turística.

Enquanto atividade econômica, o turismo tende a usar o espaço como mercadoria e este, portanto, deve ser preservado, já que ao se devastar o meio natural, se reduz o valor contido no lugar e pode se condenar um promissor empreendimento ao fracasso. Na medida em que os impactos socioambientais se cristalizam originando uma paisagem nada atrativa, ocorre a devastação de componentes paisagísticos de seu sítio urbano, incorporando não apenas os aspectos naturais, mas também os aspectos infraestruturais indispensáveis ao seu funcionamento.

A urbanização associada ao turismo, com seus graves conflitos de utilização e apropriação do espaço, coloca em cheque a própria sustentabilidade da atividade. Segundo Ramos (2000), a exploração do espaço através do turismo de massa (em que a pressão demográfica é sazonal ou não), desvinculado de parâmetros mínimos de planejamento, colabora significativamente com o aprofundamento dos impactos socioambientais.

Pode-se dizer que a cidade de Itacaré vive um momento de crise (de identidade e econômica) e que passou a ser vista com uma espécie de “Eldorado”, nas palavras do Exmo. Prefeito de Itacaré, numa analogia à lenda da cidade de ouro no período da colonização espanhola

na América do Sul. A Secretária de Turismo, senhora Diana Quadros e o empresário Marcos Almeida (dono de “O Restaurante”), coincidentemente utilizaram a mesma metáfora. Este declarou que diante das atuais circunstâncias, seu empreendimento está com os dias contados.

Cabe frisar que a insatisfação com os aspectos concernentes ao espaço urbano de Itacaré e sua infraestrutura - ou falta dela - foi validada por dois casais de turistas, presentes nas praias urbanas da Concha e da Tiririca, durante entrevistas realizadas em novembro de 2010. Os mesmos reclamaram muito da questão do lixo, dos animais associados ao mesmo (principalmente os urubus), da poluição da praia da Coroinha (Orla Central) e do turismo de massa. Este não existia há alguns anos e tem se intensificado com a inauguração da continuação da BA-001 que interliga Itacaré a Camamu, reduzindo o percurso de forma significativa e atraindo turistas do tipo *day use*. Na opinião dos representantes públicos e empresários entrevistados, este tipo de turista não é interessante para a cidade, visto que não se hospeda no local, não consome produtos ou serviços, além de deixar para trás grande quantidade de resíduos sólidos, geralmente de produtos provenientes do local de origem, utilizando as famosas “caixas de isopor”.

A comunidade de Itacaré já demonstrava preocupações, em plenárias do Conselho Gestor da APA Itacaré-Serra Grande, com a rodovia Itacaré-Camamu em 2005, em função das consequências negativas atribuídas à conclusão da BA-001 em 1998, tais como o crescimento populacional, maior quantidade de lixo e dos índices de criminalidade. Apesar de também reconhecer sua importância no sentido de fomentar o turismo e facilitar o escoamento de produtos agropecuários, além do acesso aos serviços básicos de saúde e educação das famílias que vivem isoladas na zona rural (IESB, 2005).

Algumas políticas públicas apontadas pelos representantes locais estão no sentido de incentivar o turismo realizado fora da área urbanizada, nas bacias do Rio de Contas, Jeribucassu e Burundanga, numa tentativa de descongestionamento do litoral e da sede. Entre as quais se destacam o turismo rural nas antigas fazendas de cacau e as atividades de aventura praticadas sob a supervisão de guias, como a prática de *rafting*, arvorismo, passeios em trilhas, cachoeiras etc., onde geralmente é cobrado pelos serviços e pela entrada em propriedades particulares.

Cerqueira e Freire (2008) realizaram uma avaliação descritiva de indicadores da oferta turística de Itacaré e apontam que a satisfação do turista (consequentemente seu retorno e

recomendação) não depende apenas da capacidade local em oferecer atrativos naturais. É realmente necessário atentar para o fato de que o contentamento de quem escolhe um determinado destino, depende da preservação e conservação socioambiental, ou seja, da qualidade dos equipamentos, serviços e de toda a infraestrutura disponível. Os autores relatam que os atrativos naturais, a hospitalidade, os equipamentos e serviços gastronômicos agradaram os entrevistados. Em contrapartida, as empresas de receptivo, o patrimônio histórico-cultural e as condições sanitárias das cabanas de praias destacaram-se negativamente.

Portanto, muitos elementos apontam o turismo como um fator significativo de muitos dos problemas aqui discutidos. Ao examinar a intersecção entre os processos socioeconômicos e demográficos com a espacialização da infraestrutura urbana de Itacaré, percebe-se que há uma distribuição desigual da mesma, manifesta na segregação espacial do espaço urbano. Embora não se possa afirmar que a economia do cacau não possua uma participação expressiva nesse aspecto, visto que gerou riquezas extraordinárias para uma abastada minoria, o turismo parece estar contribuindo com o aprofundamento dessas “novas desigualdades”.

A área urbanizada do município reflete que grande parte da comunidade local enfrenta não apenas o acesso limitado ao consumo, mas aos serviços básicos de infraestrutura. Todavia, resta a essa população como única alternativa, os “pedaços” da cidade, destituídos de quaisquer condições para moradia, em muitos casos com alta suscetibilidade a deslizamentos e inundações, fatores estes que se caracterizam como impactos socioambientais e, muitas vezes, representam situações de ameaça à vida.

Os resultados nos remetem a processos de segregação socioespacial, já que os segmentos menos favorecidos convivem de perto com a maioria dos impactos socioambientais. Visto que estes ocorrem em maiores proporções nas áreas periféricas da cidade, assim como nas áreas naturais inadequadas à ocupação. Sem muito esforço, é possível constatar a “sobrevivência” de grande parte da população em condições insalubres, suscetível a intempéries e a uma gama de doenças. Para a CONDER (2006), o Plano Diretor tem grande importância no ordenamento urbano, no qual a oferta de habitação e lotes populares pelo poder público tem papel estratégico nesse sentido.

Na busca por melhores formas de governabilidade é imprescindível ter como base um bom planejamento. Contudo, embora soluções possam ser propostas, sua implementação demandará ações sociais, políticas e econômicas coordenadas. A solução dos problemas socioambientais enfrentados por Itacaré, e pela maioria das cidades brasileiras, depende de um esforço conjunto da sociedade, através de mobilização e reivindicação de atendimento às suas expectativas (OLIVEIRA; HERRMAN, 2009) diante do poder público que, geralmente, se reduz à condição de espectador de um processo de urbanização parcial e injusto.

Guardadas as proporções, a problemática socioambiental que aflige a cidade de Itacaré não é diferente da realidade socioeconômica de grande parte das cidades brasileiras: a questão habitacional, crescimento desordenado, deficiência de saneamento básico e abastecimento de água, ocupações irregulares de áreas naturais como encostas e várzeas, destino do lixo urbano, violência, entre outros. Contudo, apresenta um quadro enigmático e bastante controverso, já que, por outro lado, suas belas paisagens naturais ainda conservadas (praias, mata atlântica, cachoeiras etc.) atraem turistas do mundo inteiro. Tratando-se inclusive de uma referência internacional para a prática de surf e outros esportes radicais dispendiosos, que refletem um contraste expressivo diante das precárias condições atuais de grande parte da comunidade residente.

Seja qual for a estratégia adotada para a avaliação de impactos socioambientais, é necessário buscar compreender de forma integrada a dinâmica dos processos atuantes, buscando constante aprimoramento e possibilitando uma maior participação pública nos processos decisórios. A suposição neste estudo é que o desenvolvimento local sem um compromisso mais arrojado de planejamento e com expansão urbana voltada para o turismo gera impactos socioambientais e a degradação da qualidade de vida, especialmente dos segmentos mais pobres da população de Itacaré.

Fundamentando-se no diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos registrados, os resultados parecem corroborar essa hipótese. A literatura e os dados obtidos em campo nos remetem a esta conclusão, além das entrevistas realizadas com turistas, empresários e representantes do poder público, que pronunciaram semelhante opinião.

Infere-se que é necessária uma implementação de ações visando o combate ao desequilíbrio na qualidade urbana de modo geral. Embora a pobreza exista em todos os lugares do mundo, de forma ainda mais expressiva em países com desigualdades tão latentes como no Brasil, as subjetividades locais e as perspectivas de crescimento econômico atreladas ao turismo, têm gerado impactos socioambientais evidentes, mas muitas vezes difusos e, ao contrário do que se esperava, parecem estar revelando, até o momento, obscuros processos da realidade social nesse belo lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, a diversidade paisagística de Itacaré e sua área urbanizada foram apresentadas através de nossa visão geográfica, tal qual nossa preocupação, enquanto geógrafos, recai categoricamente sobre os aspectos socioambientais. Além do registro cartográfico e da compreensão geográfica de determinados problemas que envolvem temáticas tão abrangentes, como a urbanização, o turismo, as questões ambientais e a sociedade, é de extrema relevância tentar traduzir certos padrões existentes que envolvem a problemática desse estudo, com considerações objetivas.

A área de estudo revela-se como inesgotável fonte de pesquisa, por apresentar uma série de particularidades históricas, físicas e socioculturais. Além de um crescimento populacional e urbano que vem se realizando através de movimentos espontâneos, orientados em sua maioria pela especulação imobiliária e pela indevida apropriação de espaços naturais, cujas propriedades físicas são frequentemente ignoradas. Enquanto isso, os impactos socioambientais tendem a se multiplicar repetidamente ao longo dos anos.

Com efeito, ao analisar a problemática socioambiental urbana de Itacaré observa-se que o crescimento da cidade e seu potencial turístico à luz do plano de desenvolvimento ocorrem de maneira desordenada. Não há um monitoramento do espaço geográfico, fiscalização efetiva ou controle legal, produzindo efeitos negativos que podem comprometer o potencial turístico da cidade - base da economia local atualmente – com sérias tendências, portanto, ao agravamento da situação.

Itacaré apresenta uma sinuosa “topografia social” e surge como produto de duas realidades opostas, mas indissociáveis. Uma cidade de pequeno porte, que compreende uma infinidade de complexos problemas socioambientais inseridos num circuito elitista do turismo internacional, que apesar do apelo ecológico, contribui para o agravamento dos mesmos. Segundo Koga (2004), é nessa perspectiva dinâmica e relacional que se busca compreender os processos que terminam por fragilizar determinadas populações e grupos sociais de uma cidade, e que a ferramenta do geoprocessamento, pode auxiliar a tornar mais visíveis.

O diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré guarda estreita relação com a espacialização diferencial dos segmentos sociais, assim como com cada momento histórico de sua trajetória social e política. A expectativa é que estudos como este possam auxiliar o planejamento das cidades, uma das funções mais nobres do Poder Público. Cabe destacar neste caso, que todos os representantes públicos entrevistados concordaram, em unanimidade, que estudos embasados cientificamente são imprescindíveis para um planejamento eficaz e melhor direcionamento de políticas públicas.

Um diagnóstico de impactos socioambientais constrói cenários que buscam identificar potencialidades, acertos, fragilidades e conflitos, como bem afirma Santos (2009). É necessário superar os entraves entre especialistas, conceitos e métodos. Toda escolha traz limitações e riscos que evidenciam a quimera da perfeição, na qual nos restam o relativamente certo e o possivelmente errado diante da complexidade da problemática analisada e dos distintos pontos de vista e convicções. É imprescindível um processo contínuo de comunicação e interatividade que possibilite um espectro de alternativas a serem avaliadas e comparadas pelos tomadores de decisão.

Abrem-se através desta via muitos questionamentos e a possibilidade de possíveis impasses ou redefinições, relacionados a alguns conceitos ou mesmo, concernentes à metodologia. Contudo, assim se faz ciência. Na análise dos impactos socioambientais, a multidimensionalidade não pode ser negligenciada. De modo que questionamentos como, quais as incitações decorrentes de uma investigação dessa natureza ou como transformar problemas ecológicos urbanos em fenômenos sociais, representam apenas o início de um grande desafio aos especialistas da área, pesquisadores, cientistas e representantes públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCON, D. T.; SCHIAVETTI, A. O Conhecimento dos Pescadores Artesanais de Itacaré sobre a Fauna de Vertebrados (não peixes) Associados às Atividades Pesqueiras. **Revista de Gerenciamento Costeiro Integrado**, 4(3): 1. 2005.

A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços. **ISTOÉ**, São Paulo, n. 2149, p. 40-53, jan. 2011. Três Ltda.

AMORIM, R.R. **Análise geoambiental como subsídio ao planejamento no uso e ocupação das terras da zona costeira da região Costa do Descobrimento (Bahia)**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Unicamp, Campinas, 2011. 224f.

ANDRIOTTI, J. L. S. **Fundamentos de Estatística e Geoestatística**. São Leopoldo, Unisinos, 2003.

ANGEL, S. et al. **The dynamics of global urban expansion**. Washington DC, Transport and Urban Development Department, The World Bank, 2005.

ARAÚJO, L.A. Danos ambientais na cidade do Rio de Janeiro. In: GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B.C. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009. 416p.

ARAÚJO, M. M. S. **A ferrovia e a configuração urbana da cidade de Alagoinhas-BA**. 2005, 113f. Monografia (Graduação em Urbanismo). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.

BAHIA, GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano de manejo Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré- Serra Grande**. Zoneamento ecológico-econômico e plano de gestão. Salvador 1998.

BAHIATURSA. **Oferta hoteleira costa do cacau: município de Itacaré**. Salvador: DST – Diretoria de Serviços Turísticos. Disponível em: <<http://www.bahiatursa.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

BALMFORD, A. *et al.* Economic reasons for conserving wild nature. **Science**, vol. 297 no. 5583 p. 950-953, ago. 2002.

BARRETO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papyrus, 1991. 101p.

BARROW, C.J. **Environmental and social impact assessment**. Centre of Development Studies, University of Wales Swansea, New York, 303p. 1997.

BARTELÓ, C. **Costas da Bahia**. ViverBAHIA. Salvador, ano 5, no 8, p. 30-31, 2000.

BEGON, M.; TOWNSEND, C.R.; HARPER, J. L. **Ecology: from individuals to ecosystems**. 4th ed. Blackwell Publishing Ltd, 738 p. 2006.

BONFIM, M.V. **Análise da capacidade de geração de emprego e renda no setor de alimentos e bebidas na cadeia produtiva do turismo no município de Ilhéus**. 2001. 57f. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus. 2001.

BONFIM, N.R.; TUPINAMBÁ, K. Itacaré o “paraíso” perdido: Representação, impactos e planejamento sustentável. **Cultur** - Revista de cultura e turismo, Ilhéus, ano 5, n. 1, jan. 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro, 1992. (Série Manuais Técnicos em Geociências, n. 1).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR. **Estudo da demanda turística internacional**. Ministério do Esporte e Turismo. Brasília, DF. 1999. 52 p.

BRITO, N.S. A constituição da rede urbana na Bahia ontem e hoje: um estudo de Canavieiras-BA. **Anais**. XVI Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre, 2010.

BURDA, C.L. **Análise ecológica da pesca artesanal e consumo de pescado por quatro comunidades pesqueiras da costa de Itacaré-BA**. Dissertação (Mestrado em Ecologia), 2007. 109f. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

BURDA, C. L. *et al.* Análise da Cadeia Causal para a Criação de Unidade de Conservação: Reserva Extrativista Marinha de Itacaré (BA) – Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**. 7(1): 57-67. 2007.

CÂMARA, G., DAVIS JR., C.A. Apresentação. In: CÂMARA, G., DAVIS JR, C.A., MONTEIRO, A.M.V. **Introdução à ciência da geoinformação**. 2001. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br>> Acesso em: 01 de out. de 2009.

CAMPOS, E.M. **O assoreamento do baixo curso do Rio de Contas: uma abordagem hidráulico-sedimentar**. 2002. 78f. Dissertação (Mestrado em Geologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

CARLOS, A. F. A. **(Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1996. 270p.

CAVALCANTI, M. A. **Estratificação de ambientes, com ênfase no solo, da região de Itacaré – BA**. 1994. Dissertação (Mestrado). Viçosa, MG. Universidade Federal de Viçosa, 1994.

CEPLAC - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Dinâmica do uso da terra. In: CEPLAC. **Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira**. Ilhéus, 1976. v. 3. 280 p.

CERQUEIRA, C.A.; FREIRE, C.R.F. O turismo do município de Itacaré (BA): uma aplicação da análise fatorial para estimar os fatores determinantes da oferta turística na alta estação do ano de 2006. In: **IV Encontro de Economia Baiana**. set, 2008.

COELHO, M.C.N. Impactos ambientais em áreas urbanas – Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa. In: GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B.C. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009. 416p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA- CONDER. **Plano de Referência Urbanístico Ambiental de Itacaré – BA**. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Salvador, BA. 2003.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA- CONDER. **Plano Diretor Municipal de Itacaré – Versão final da Câmara Municipal após discussão com a comunidade e conselho gestor da APA**. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Salvador, BA: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Governo do Estado da Bahia. 2006.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. São Paulo: 3. ed. Ática, 1995. 96p.

COSTA, H.S.M *et al.* População, Turismo e Urbanização: conflitos de uso e gestão ambiental. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto**, MG. nov. 2002.

CORREIO DO ESTADO DA BAHIA. **Dilma hospedada no Txai Itacaré Resort**. Disponível em: <http://correiodoestadobahia.blogspot.com/2010/11/dilma-esta-hospedada-no-txai-resort-em.html>. Acesso em: 07 nov.2010

COUTO, P.A.B. **O direito ao lugar: situações processuais de conflito na reconfiguração social e territorial do município de Itacaré, BA**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense, 2007.

COUTO, P.A.B. Porto de Trás: Etnicidade, turismo e patrimonialização. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 9(3) Special Issue págs. 19-30. 2011

DIAMOND, J. Overview of recent extinctions. In: WESTER, D.; PEARL, M. **Conservation for the twenty-first century**. WCI, New York Zoo. Soc. Oxford, New York, 1992. p. 37-41.

DREW, D. **Processos interativos Homem-Meio Ambiente**. São Paulo: Diefel, 1986. 206p.

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. **Estudo da demanda turística internacional**. Ministério do Esporte e Turismo. Brasília, 1999. 52p.

FALCON, G. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianama, 1995. 149p.

FERNANDES, E. Impacto socioambiental em áreas urbanas sob a perspectiva jurídica. In: MENDONÇA, F.(Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: UFPR, 2004.

FIALHO, E. S. **O meio ambiente: discurso geográfico rumo a transdisciplinaridade**. Revista Ponto de Vista, v. 4, p. 39-48, 2007.

FREITAS FILHO, M. et al. Análise geoambiental com aplicação de geotecnologias nas nascentes do riacho dos Macacos: bacia do rio Acaraú-CE. **Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Goiânia, GO. abr. 2005, INPE.

GÂNDARA, J.M.G. *et al.* Sementes da mata atlântica : conformação do produto cultural para o destino Itacaré – Bahia. **Cultur** - Revista de cultura e turismo, Ilhéus, ano 5, n. 1, jan. 2011.

GIANNINI, P.C.F.; RICCOMINI, C. Sedimentos e processos sedimentares. In: TEIXEIRA, W. *et al.* (Orgs.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2003. 568p.

GOMES, L. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história do Brasil e de Portugal. São Paulo: Planeta, 2007. 414p.

GOMES, R. *et al.* Diagnóstico da expansão urbana do distrito-sede de Itacaré (BA) com ênfase na degradação ambiental e na ocupação de áreas de risco. **Relatório CNPq**. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

GONÇALVES, R. N.; PEREIRA, R. Climatologia em Uso potencial da Terra. **Projeto RADAMBRASIL**. Folha SD. 24 Salvador: Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e Uso potencial da terra. (Acompanha material cartográfico em escala 1: 1.000.000). RJ: Ministério das Minas e Energia, 1981.

GONÇALVES, L.F.H.; GUERRA, A.J.T. Movimentos de massa na cidade de Petrópolis (RJ). In: GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B.C. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.

GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B.C. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009. 416p.

GUIMARÃES JÚNIOR, G.S. *et al.* Análise dos atrativos naturais e equipamentos/serviços turísticos do município de Itacaré– estado da Bahia. In: **Anais**. X Seminário de Iniciação Científica da UESC – Ciências Sociais Aplicada, Ano XVII, n. 56, dez., 1996. p. 479.

GUZMAN, S.J.M. *et al.* Turismo de experiência : uma proposta para o atual modelo turístico em Itacaré – BA. **Cultur** - Revista de cultura e turismo, Ilhéus, ano 5, n. 1, jan. 2011.

HARVEY, D. **Justice, nature and the geography of difference**. Blackwell Publishers. 1997.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 349 p.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIO-AMBIENTAIS DA BAHIA (IESB). **Inventário de Oferta Turística**. Oficina de Planejamento Participativo Área de Proteção Ambiental de Itacaré, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

INSTITUTO DE TURISMO DE ITACARÉ (ITI). **Plano Itacaré 2015**. HVS.Internacional. Itacaré, 2005.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO CULTURAL DA BAHIA (IPAC). **Bens Culturais Tombados e Registrados pelo Estado da Bahia**. Salvador, Bahia, 2010. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/uploads/file/1.%20Bens%20Tombados%20no%20Estado%20da%20Bahia%20%5BNOVO%5D.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

ITACARÉ. **Prefeitura Municipal de Itacaré**. Lei do Código de Postura do Município de Itacaré. Itacaré, 2001.

JAFARI, J. **La cientificacion del turismo: estúdios y perspecivas en turismo**. Buenos Ayres: CIET, v.3, n.1, 1994. p.7-36.

KENT, M. **The hidden stone discovered: tourism, enviromental preservation and social conflict in the Brazilian town of Itacaré: an analysis of discources**. MA- Thesis in cultural antropology. Vrije Universiteit, Amsterdam. 2000.

KOGA, D. A incorporação da topografia social no processo de gestão de políticas públicas locais. In: **IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Madrid, Espanha. 2004.

KOROSSY, N.; CORDEIRO, I. Discussões sobre a urbanização turística e a natureza das cidades turísticas a partir do estudo de caso da cidade de Portimão (Portugal). In: **XI Encontro nacional de turismo com base local Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios**. Niterói, RJ. 2010.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Sao Paulo: Aleph, 2001. 186p.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 176p.

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, n. 24, 2008, p.109-123.

LEVINE, D. M. et al. **Estatística: Teoria e prática usando Microsoft Excel em português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LIMA, P.G.B. **A estratégia de atração de resorts como impulsionador do turismo na Bahia: estudo de caso do complexo Costa do Sauípe**. 2006. 148f. Universidade Federal da Bahia. Dissertação (Mestrado em Administração), Salvador, 2006.

LIMA, M.A.O. **Crescimento inicial de três espécies arbóreas nativas cultivadas em condições de sombreamento artificial, pleno sol e ‘cabruca’**. 2007. 58f. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

LIMA, R.M. **Conflitos socioambientais urbanos: o lugar enquanto categoria de análise no processo de intervenção pública**. 2007. 215f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

LINDBERG, K; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2001. 292p.

LUBAMBO, C. **Urbanização Recente na Região Nordeste: dinâmica e perfil da rede urbana**. Recife, 2003. Textos Especiais - Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

LUCHIARI, A. Algumas considerações sobre as aplicações dos produtos do sensoriamento remoto para levantamento do uso e revestimento da terra. In: **Anais**. X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo.

LUCHIARI, M.T.D.P. A mercantilização das paisagens naturais. In: Bruhns, H. T. & Gutierrez G. L. (orgs.) **Enfoques Contemporâneos do Lúdico: III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade**. Campinas, SP.: Autores Associados, Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2002.

MAHONY, M.A. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In: **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 737-793.

MAIA, L.P. *et al.* Dinâmica hidrológica para o estuário do Rio de Contas (Itacaré - BA). In: **XII Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar – XII COLOCMAR**, Florianópolis, 2007.

MARÇAL, M.S.; GUERRA, A.J.T. Processo de urbanização e mudanças na paisagem da cidade de Açailândia (MA). In: GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B.C. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.

MARTINS, S. Prefácio. In: **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.7-12.

MATIAS, L.F. Sistemas para In[form]ação. **Espaço & Geografia**, v.5, n.1. 2002. p.101-118.

MATIAS, L.F. Por uma economia política das geotecnologias. **Scripta Nova**. Vol. VIII, n. 170 (52), ago. 2004.

MELIANI, P.F. **Análise geomorfológica das bacias dos rios Jeribucassu e Burundanga, Itacaré, Bahia – mapeamento em escala 1: 25.000**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003. 147p.

MELIANI, P.F. De porto cacauero a destino turístico: Transição funcional e permanência do espaço derivado de Itacaré, município da região cacauera da Bahia. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n.3, 2006. p. 555-569.

MENDONÇA, F. **Aspectos da problemática ambiental urbana da cidade de Curitiba - PR e o mito da “capital ecológica”**. GEOUSP. Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 12 , 2002.

MENDONÇA, F. **Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 10. UFPR, 2004.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S. **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. UFPR, 2002.

MENDONÇA, F.; LEITÃO, S. **Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos**. GeoTextos, vol. 4, n. 1 e 2, 2008.

MENEZES, S.; CARMO NETO, D. **A Modernização do agribusiness do cacau**. Salvador: Cargill, 1993, 180 p.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MORAES, A.C.R. **Contribuições para a gestão da Zona Costeira do Brasil**. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 229 p.

MOREIRA, G.L. O turismo na reprodução do espaço urbano litorâneo: uma análise das transformações sócio-espaciais da cidade de Ilhéus no sul da Bahia. In: **Anais**. IV Seminário de Pesquisa em Geografia Humana (IV SEPEGE-GH), 2010. Universidade de São Paulo, 2010.

MULLINS, P. **Tourism urbanization**. *International Journal of Urban Regional Research*. 15(3): 326-342, 1991.

NASCIMENTO, E. **Geoprocessamento aplicado ao mapeamento e análise das áreas de uso e ocupação irregular da terra urbana em Ponta Grossa (PR)**. 2005. 140f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

NASCIMENTO, E. **Espaço e desigualdades: Mapeamento e análise da dinâmica de exclusão/inclusão na cidade de Ponta Grossa (PR)**. 2008. 173f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

NUNES, B.T.A. et al. Geomorfologia. **Projeto RADAMBRASIL**. Folha SD. 24 Salvador: Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e Uso potencial da terra. (Acompanha material cartográfico em escala 1: 1.000.000). RJ: Ministério das Minas e Energia, 1981.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e uma proposta metodológica para estudos comparativos. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007.

OLANDA, E.R. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela Geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, GO, v. 2, n. 4, p.183-191, ago. 2008.

OLIVEIRA, E. S. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré- BA**. 2008. 153f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

OLIVEIRA, M.A.T.; HERRMANN, M.L.P. Ocupação do solo e riscos ambientais na área conurbada de Florianópolis. In: GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B.C. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.

ONU. UNITED Nations **Population Division**. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population>>. Acesso em 20 nov. 2010.

PAULA, F.C.F.; FIGUEIREDO, A.F.R. Influência da fisiografia e usos da terra na dinâmica da interface continente-oceano na foz do Rio de Contas (BA). In: **XII Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar – XII COLOCMAR**, Florianópolis, 2007.

PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R. Uma longa crise. In: **Revista de Agronegócios da FGV**. Agroanalysis; Rio de Janeiro p. 59, set. 2001.

RAMOS, M.V. Impactos Sócio-Ambientais do Turismo: A produção do Espaço Urbano em Porto Seguro BA.. In: **XII Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000**. Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, Brasil. 2000.

RAMOS, L.A.E. A percepção da comunidade de Itacaré sobre os impactos socioambientais. **Universitas Ciências Sociais Aplicadas**, Brasília, v. 1, n.1, p. 133-157, jul./dez.2005.

REBOUÇAS, R.C. As faces do turismo em Itacaré. In: **Anais do VI Encontro Baiano de Geografia**. Salvador: Editus, 2002.

REIS, D.S.J. dos. **Comportamentos de indicadores socioeconômicos do município de Itacaré de 1971 a 1996**. 2002. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2002. 56 p.

REIS, J. J. Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizerio – Bahia, 1806. In: REIS J.J.; GOMES, F.S. (orgs.). **Liberdade por um fio. Histórias dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

RIBEIRO, A.L.R. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. 280 p.

RICKLEFS, R.E. **A economia da natureza**. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2003.

RODRIGUES, S.M. **Análise dos impactos socioeconômicos da atividade turística em Itacaré-BA**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas)-Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

RODRIGUES, T.K. *et al.* Aspectos morfológicos e ambientais da linha de costa entre a Praia de Coroinha (Itacaré) e a Praia da Maramata (Ilhéus) – sul do estado da Bahia. In: **Anais. X Seminário de Iniciação Científica - UESC**. Ilhéus : Editus, 2004.

SAMBUICHI, R.H.R. **Fitosociologia e diversidade de espécies arbóreas em cabruca (Mata Atlântica raleada sobre plantações de cacau) na região sul da Bahia, Brasil**. Acta Botânica Brasílica, v.16, n.1, p.89-101, 2002.

SÁNCHEZ, L.E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina dos textos, 2008. 495p.

SANTOS, C.A.J. Impactos territoriais do turismo na cidade de Aracaju – SE. In: **XI Encontro nacional de turismo com base local Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios**. Niterói, RJ. 2010.

SANTOS, J.C. Turismo e desenvolvimento em Salvador. In: **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR**, Salvador: 2005.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 176 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 259 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 174 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e sociedade no início de século XXI**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 473p.

SANTOS, R.F dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Oficina dos textos, 2009. 184p.

SANTOS NETO, A.A.L. **A responsabilidade socioambiental da indústria do turismo e do lazer: o empreendimento Costa de Sauípe**. 2003. 112f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. **Caracterização e dimensionamento do turismo receptivo na Bahia 2008**. Disponível em:

<<http://www.setur.gov.br/indicadores/pesquisas/fluxo-turistico/>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

SEI. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. **Municípios em síntese, contagem da população 2007**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=429&Itemid=278>. Acesso em 16 jul. 2010.

SILVA, G.S. *et al.* Análise da expansão urbana e identificação dos processos de degradação ambiental do distrito sede de Itacaré, Bahia. In: **Anais**. X Simpósio de Geografia Urbana, 2007, Florianópolis, SC.

SILVA, M.; MELIANI, P.F. Dinâmica sócio-espacial recente em Itacaré, estado da Bahia - O desmatamento da Bacia do Rio Jeribucassu entre 1965 e 1997. In: **Revista Especiaría** (UESC), v. 06, fascículo 12, dez. 2007.

SOBREIRA, F.G. A ocupação desordenada nas encostas de Ouro Preto, MG. In: **Revista Escola de Minas**, 42 (4): 12-16.

SOLLBERG, I.P.D. **As potencialidades do desenvolvimento local aliadas ao turismo, o caso do município de Itacaré/ Bahia**. 2008. 55f. Monografia (Graduação em Geografia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, A. P. A. **O turismo como transformador do espaço em Ilhéus e Itacaré, Bahia**. 2005.129f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1997. 80 p.

SRH. **Plano Diretor da Bacia de Recursos Hídricos. Bacia do rio de Contas**. Governo do estado da Bahia, 1993.

TORRES, A. P. **Capacidade de carga turística como fator de sustentabilidade ambiental: o caso da cidade de Itacaré, BA**. 2001. (Monografia). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2001.

VASCONCELOS, F.P.; CORIOLANO, L.N.M.T. **Revista da Gestão Costeira Integrada** 8(2): 259-275, 2008.

VESTENA, L.R.; SCHIMIDT, L.P. **Algumas reflexões sobre a urbanização e os problemas socioambientais no centro-sul paranaense**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. Maringá, v. 31, n. 1. 2009, p. 67-73.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. A.; LINS, S. C.; SANTOS, M. P. C.; SANTOS, M.C. **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Cedesp, 1999, p. 221-236.

VILLAÇA, F. Perspectiva do planejamento urbano no Brasil de hoje. In: **II Seminário Cidades Brasileiras - Desejos e Possibilidades**, Campo Grande, MS, jul.2000.

VINHAES, J.C. **São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX**. Ilhéus, BA: Editus, 2001. 352p.

ZILIOLI, R.M. **Levantamento do impacto socioambiental causado pelo turismo na região do Rio Carapitangui e povoado de Barra Grande- BA**. 2008. 71f. Monografia (Graduação em Turismo)- Universidade Estadual de São Paulo, Rosana, 2008.

APÊNDICE A – Ficha de avaliação de impactos socioambientais urbanos em Itacaré (BA)

APÊNDICE B – Formulário de entrevista com a comunidade local de Itacaré – BA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Departamento de Geografia
Programa MINTER de Pós-Graduação em Geografia



Mestrado em Geografia – Programa de Pós-Graduação - Instituto de Geociências da UNICAMP - IG

Projeto: Mapeamento e análise dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré, BA.

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Pesquisador: _____ Questionário N°.: _____ Data: ____/____/2010.

1. Endereço da residência: _____.

2. Sexo do entrevistado(a): Masculino Feminino

3. Idade: 14-18 anos 18-25 anos 25-35 anos 35-45 anos 45-55 anos Mais de 55

4. Quantidade de pessoas que residem na moradia: Até 3 4-6 7-9 Mais de 9

5. Grau de escolaridade do(a) entrevistado(a):

Analfabeto(a) Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série) Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série)
 Ensino Médio incompleto Ensino Médio completo Superior incompleto Superior completo

6. Qual a ocupação do(a) entrevistado(a) no momento?

Estudante Dona de casa Desempregado(a) Trabalhador(a) Informal Trabalhador(a) assalariado(a) (registro em Carteira de Trabalho) Autônomo(a)
 Outra: _____

7. Qual o setor da ocupação do entrevistado(a):

Agricultura Comércio Serviços Turismo Indústria
 Outro: _____

8. Qual a opinião do entrevistado(a) sobre o turismo na cidade de Itacaré:

Positiva Negativa Não soube opinar

9. Qual a renda familiar total aproximada: Até 1 SM 2-3 SM 4-5 SM 6-7 SM 8-9 SM Acima de 10 SM Não quis/ soube responder

10. A família recebe algum tipo de ajuda governamental (bolsa-escola, bolsa-família etc.): Sim Não
 Qual(is)? _____

11. Tempo de residência no local:

Menos de 1 ano 1-5 anos 5-10 anos Mais de 10 anos

12. Local de procedência: Outro bairro da cidade: _____

Outra cidade da Bahia: _____ Outro Estado: _____

13. Condição do domicílio:

Regular Irregular Favela Outros: _____

14. Principal motivo para residir no local:

() Segurança () Proximidade da família () Proximidade do emprego () Baixo custo
 () Outros: _____

15. Infraestrutura no domicílio:

- a) Água encanada: () Sim () Não Decorrências: _____
 b) Rede de esgoto: () Sim () Não Decorrências: _____
 c) Coleta de lixo: () Sim () Não Decorrências: _____
 d) Energia elétrica: () Sim () Não Decorrências: _____
 e) Pavimentação: () Sim () Não Decorrências: _____

16. Preocupação dos residentes com a questão socioambiental: () Sim () Não

17. Percebe(m) impactos socioambientais no local: () Sim () Não
 Decorrências: _____.

18. Tipos de impactos socioambientais que são observados pelo(s) morador(es):

- () 1. Deposição de lixo/entulho
 () 2. Animais associados ao lixo
 () 3. Fossas abertas
 () 4. Poluição do ar
 () 5. Poluição do solo
 () 6. Poluição da água
 () 7. Poluição visual
 () 8. Poluição sonora
 () 9. Desmatamento
 () 10. Ocupação da Área de Proteção Permanente (APP)
 () 11. Erosão
 () 12. Risco de deslizamentos
 () 13. Risco de enchentes
 () 14. Impacto odorífero (mal cheiro)
 () Outros: _____

Observações: _____

19. Entre os tipos de impactos mencionados (1 ao 14), o mais grave (prejudicial) na opinião do entrevistado(a):
 Porquê: _____

20. Houve alguma iniciativa do entrevistado(a) para tentar melhorar as condições nesse sentido:
 () Sim () Não O quê: _____

21. Houve alguma intervenção do governo (estadual/municipal) para melhoria nesse sentido:
 () Sim () Não O quê: _____

22. O entrevistado(a) sente desconforto ou observa condições de insalubridade no local:
 () Sim () Não O quê: _____

23. Há casos de doenças/viroses recorrentes na família:
 () Sim () Não Qual(is): _____

24. O entrevistado(a) associa as mesmas às condições locais:

() Sim () Não Por quê? _____

25. O entrevistado (ou família) considera(m) vantajoso residir no local: () Sim () Não

Por quê: _____

26. O entrevistado(a) (e/ou família) gostaria(m) de se mudar do local: () Sim () Não

Por quê: _____

27. O entrevistado(a) gostaria de fazer alguma outra consideração: () Sim () Não

O quê: _____

Observações do pesquisador:

() Recusou-se a responder às questões: _____

() Não soube responder às questões: _____

Outras observações: _____

Sobre o local:

() Faixa de drenagem

() Declividade acentuada

() Processos erosivos

() Assoreamento

() Ocupação APPS

() Poluição cursos hídricos

() Deposição inadequada do lixo

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com representantes do Poder Público
de Itacaré - BA**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Departamento de Geografia
 Programa MINTER de Pós-Graduação em Geografia



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Representantes do Poder Público Local

- O turismo e sua perspectiva de desenvolvimento econômico tem aumentado a atratividade local e conseqüentemente a pressão demográfica?
- O acelerado crescimento da atividade turística no município vem revelando faces negativas deste núcleo receptor? Como a administração municipal pode enfrentar isso a médio e longo prazo?
- O turismo pode ser uma alternativa saudável e muito promissora. Como receber turismo com uma mão de obra qualificada e gerar oportunidades para todos?
- Que ações podem ser desenvolvidas para promover um crescimento sem comprometimento do meio socioambiental?
- Na opinião do (a) senhor/senhora, a causa dos problemas socioambientais pode estar relacionada a uma assimetria entre as classes sociais, o poder político e econômico?
- Programas sociais do governo federal podem aliviar a pressão sobre a administração municipal?
- De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Plano Diretor seria obrigatório para cidades que abrigam mais de 20.000 habitantes e integrem áreas de interesse turístico, como é o caso de Itacaré. Qual a situação do Plano Diretor em discussão na Câmara desde 2006?
- Que tipo de colaboração a sociedade local poderia dar para melhorar a qualidade de vida?
- O crescimento e o desenvolvimento local sem um compromisso estratégico de planejamento e com expansão urbana voltada para o turismo, pode gerar impactos socioambientais e degradação da qualidade de vida dos segmentos mais pobres da população?
- Na opinião do(a) senhor/senhora, pesquisas dessa natureza (embasadas cientificamente) podem auxiliar a Prefeitura/Secretaria em tomadas de decisão e direcionamento de políticas públicas?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com empresários de Itacaré – BA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Departamento de Geografia
 Programa MINTER de Pós-Graduação em Geografia



ROTEIRO DE ENTREVISTA
Empresários de Itacaré - BA

-O turismo e sua perspectiva de desenvolvimento econômico tem aumentado a atratividade local e consequentemente a pressão demográfica?

-O acelerado crescimento da atividade turística no município vem revelando faces negativas deste núcleo receptor? Quais?

-Na opinião do(a) senhor/senhora, como o poder público pode enfrentar esse crescimento demográfico e a expansão urbana desordenada?

-Que ações podem ser desenvolvidas para promover um crescimento sem comprometimento do meio socioambiental?

-Na opinião do(a) senhor/senhora, a causa dos problemas socioambientais pode estar relacionada, a uma assimetria entre as classes sociais, o poder político e econômico?

-O turismo pode ser uma alternativa saudável e muito promissora. Como receber turismo com uma mão de obra qualificada e gerar oportunidades para todos?

-O crescimento e o desenvolvimento local sem um compromisso de estratégico de planejamento e expansão urbana voltada para o turismo, pode gerar impactos socioambientais e degradação da qualidade de vida dos segmentos mais pobres da população?

-Na opinião do(a) senhor/senhora, pesquisas dessa natureza (embasadas cientificamente) podem auxiliar a Prefeitura/Secretaria em tomadas de decisão e direcionamento de políticas públicas

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista com turistas em Itacaré – BA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Departamento de Geografia
 Programa MINTER de Pós-Graduação em Geografia



Roteiro de Entrevista com Turistas em Itacaré - BA

I. DADOS

1. Sexo: () Masculino () Feminino
2. Idade: () 18-25 anos () 25-35 anos () 35-45 anos () 45-55 anos () Mais de 55
3. Origem: _____
4. Objetivos: _____
5. Segmento de atuação: _____
6. Primeira vez que visita a localidade? _____ Pretende voltar? _____

07. O turismo afeta as condições de vida da população local? Como?

08. Considera que o turismo causa impactos socioambientais na cidade? Quais os mais observados?

09. O turismo pode aumentar a violência (drogas, prostituição, assaltos) na cidade?

10. Na sua opinião, o turismo aumenta a renda, o poder de compra e a oferta de empregos das pessoas que moram na cidade?

11. Sobre o turismo na cidade, e levando em consideração os benefícios e prejuízos que ele pode gerar, considera que o turismo na cidade é...

- () Ótimo
- () Bom
- () Regular
- () Ruim
- () Péssimo
- () Não sabe responder

Por quê? _____

12. Em qual área a cidade necessita de mais investimentos? (escolher apenas uma)

- () Serviços () Segurança () Saúde () Lazer () Limpeza Pública
- () Áreas verdes () Esgotamento Sanitário
- () Terminal Rodoviário () Estradas de Acesso () Não sabe responder

Outros _____

Outras considerações:

